

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO - PPA

GIULIANO SILVEIRA DERROSSO

**A INFLUÊNCIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NA RECONFIGURAÇÃO DAS  
IDENTIDADES: UM ESTUDO JUNTO AOS REASSENTADOS PELA CONSTRUÇÃO  
DA USINA HIDRELÉTRICA DE SALTO CAXIAS - PR**

Maringá - PR

Julho de 2012

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO - PPA

GIULIANO SILVEIRA DERROSSO

**A INFLUÊNCIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NA RECONFIGURAÇÃO DAS  
IDENTIDADES: UM ESTUDO JUNTO AOS REASSENTADOS PELA CONSTRUÇÃO  
DA USINA HIDRELÉTRICA DE SALTO CAXIAS - PR**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração – Mestrado em Administração – da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Administração.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Elisa Yoshie Ichikawa

Maringá - PR

Julho de 2012

GIULIANO SILVEIRA DERROSSO

**A INFLUÊNCIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NA RECONFIGURAÇÃO DAS  
IDENTIDADES: UM ESTUDO JUNTO AOS REASSENTADOS PELA CONSTRUÇÃO  
DA USINA HIDRELÉTRICA DE SALTO CAXIAS - PR**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de mestre em Administração, do Programa de Pós-Graduação em Administração, da Universidade Estadual de Maringá, sob apreciação da seguinte banca examinadora:

Aprovada em 10 de Julho de 2012

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Elisa Yoshie Ichikawa (PPA-UEM)

Presidente

---

Prof. Dr. Luís Miguel Luzio dos Santos (PPGA-UEL)

Membro Convidado

---

Prof. Dra. Sandra Mara Schiavi Bankuti (PPA-UEM)

Membro

## **AGRADECIMENTOS**

Aos professores do programa de pós-graduação em Administração da Universidade Estadual de Maringá (UEM) pelos ensinamentos e estímulo a pesquisa durante todo o período da convivência acadêmica.

Em especial a minha orientadora profa. Dra. Elisa Yoshie Ichikawa pela atenção e paciência dedicada na realização deste trabalho, pela prontidão e disponibilidade no auxílio a todas as dúvidas, inquietações e anseios ao longo deste percurso.

Aos meus pais Eucárdio Derrosso e Nora Derrosso pela disponibilidade em auxiliar sem nada pedir, pela confiança inabalável nas minhas capacidades e no estímulo ao estudo, mesmo frente a todas dificuldades encontradas.

A minha esposa Carolina Ellwanger pela compreensão dos momentos de ausência e pelo exemplarismo diário de dedicação e persistência frente aos objetivos traçados.

## RESUMO

Esta dissertação aborda a temática da influência dos movimentos sociais que atuaram no período de construção da usina hidrelétrica de Salto Caxias (Paraná), na reconfiguração das identidades dos ribeirinhos compulsoriamente deslocados. Para isto buscamos uma compreensão sobre a temática da identidade, enfocando a visão de diferentes autores sobre o tema, assim como discutimos sobre identidade pessoal e social e também como se dá o processo de construção da identidade. Também é discutida a constituição e estruturação dos movimentos sociais e suas ações, procurando analisar o papel destes movimentos em especial na construção da Hidrelétrica de Salto Caxias/PR. A usina de Salto Caxias é uma das hidrelétricas que pertence à COPEL (Companhia Paranaense de Energia Elétrica) e foi construída no rio Iguaçu tendo cerca de 140 m<sup>2</sup> de área inundada para seu reservatório e deslocado uma população de mais de mil famílias. Na busca de compreender de que forma estes movimentos sociais exerceram influências nas mudanças de identidades dos sujeitos deslocados, realizamos entrevistas de história oral temática, procurando recuperar, através da fala, as memórias deste período e as consequências no conjunto destes sujeitos. No caso da usina de Salto Caxias, que foi objeto de estudo desta dissertação percebemos que o senso de luta coletiva fomentado pela criação e mobilização da CRABI permeou os processos de mudança da identidade dos sujeitos, sendo que a efetiva participação da população deslocada fez com que fossem conquistadas melhores condições de enfrentamento desta situação. Sendo assim, foi possível compreender neste caso como que a CRABI marcou a história dos indivíduos e trabalhou em prol do bem coletivo, através de suas ideologias e valores compartilhados pelos indivíduos.

**Palavras-chave:** identidade, usinas hidrelétricas, movimentos sociais, populações ribeirinhas, deslocamento compulsório.

## ABSTRACT

This dissertation addresses the influence of the social movements that were operating at the time that the hydroelectric power plant of Salto Caxias (Paraná) was built and their impact on the reconfiguration of Identity of the Riparians who were compulsorily displaced. Salto Caxias is one of the power plants owned by COPEL, and it was built on the Iguassu River after approximately 140 m<sup>2</sup> of area was flooded in order to build its reservoir. As a consequence, more than a thousand families were displaced. In this context, we attempted to comprehend the topic of identity focusing on different authors' perspectives, as well as discussing personal and social identities and how the process of construction of a new identity occurs. Also addressed was the constitution and organization of these social movements and their actions, analyzing their specific role on the construction of the hydroelectric power plant of Salto Caxias/PR. Having as a goal to understand how these social movements influenced the change on the displaced persons' identities, we conducted interviews of thematic oral history, trying to recapture through speech, the memories of that time and the effects on the subjects. In the case of Salto Caxias, we found that the sense of collective struggle fostered by the foundation of CRABI pervaded the processes of change of identity, and the effective participation of the displaced population in the institution made possible the achievement of better conditions to face the situation. Thus it was possible to understand how the CRABI marked the lives of those individuals and worked in favor of a common good through shared ideologies and values.

**Keywords:** identity, power plants, social movements, coastal communities, compulsory relocation.

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Potencial Hidrelétrico Brasileiro – 1999 – Capacidade Instalada MW.....	42
Quadro 2 – Evolução do consumo de eletricidade (cenário tendencial 1990-2020).....	45
Quadro 3 – Impacto Qualitativo dos Tipos de Geração de Energia Elétrica.....	47
Quadro 4 – Síntese dos instrumentos de coleta de dados utilizados na dissertação.....	70
Quadro 5 – Municípios pertencentes à Região de Salto Caxias e sua emancipação.....	85
Quadro 6 – Principais Produtos Agrossilvopastoris e Principais Indústrias dos Municípios da Região de Salto Caxias.....	86
Quadro 7 - População e Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da região de Salto Caxias.....	87
Quadro 8 – Percentagem da área inundada em relação à área total do espelho do reservatório.....	91
Quadro 9 – População Economicamente Ativa nos municípios da Região de Salto Caxias.....	93

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Mapa da Região de Salto Caxias.....	81
--	----



## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

<b>ANEEL</b>	Agência Nacional de Energia Elétrica
<b>CAHTU</b>	Comissão dos atingidos pela hidrelétrica de Tucuruí
<b>CANGO</b>	Colônia Agrícola Nacional General Osório
<b>CEMIG</b>	Companhia de Energia Elétrica de Minas Gerais
<b>CEPEL</b>	Centro de Pesquisa de Energia Elétrica
<b>CONAMA</b>	Conselho Nacional de Meio Ambiente
<b>COPEL</b>	Companhia Paranaense de Energia Elétrica
<b>CRAB</b>	Comissão Regional de Atingidos por Barragens
<b>CRABI</b>	Comissão Regional dos Atingidos por Barragens da Bacia do Rio Iguaçu
<b>CUT</b>	Central Única de Trabalhadores
<b>ELETOBRÁS</b>	Centrais Elétricas Brasileiras S.A.
<b>ELETRONORTE</b>	Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A.
<b>EIA</b>	Estudo de Impacto Ambiental
<b>IAP</b>	Instituto Ambiental do Paraná
<b>IAPAR</b>	Instituto Agrônômico do Paraná
<b>ICMS</b>	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Bens
<b>IDH</b>	Índice de Desenvolvimento Humano
<b>MAB</b>	Movimento dos Atingidos por Barragens
<b>MASTES</b>	Movimento dos Agricultores sem terra do Sudoeste do Paraná
<b>MASTRO</b>	Movimento dos Agricultores Sem Terras do Oeste Paranaense
<b>MST</b>	Movimentos do Sem Terra
<b>MW</b>	Megawatt
<b>PEA</b>	População Economicamente Ativa
<b>RIMA</b>	Relatório de Impacto Ambiental
<b>UHEs</b>	Usinas Hidroelétricas (s)
<b>KM<sup>2</sup></b>	Quilômetro/ quadrado

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	11
1.1 OBJETIVO GERAL E OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	16
1.2 JUSTIFICATIVA.....	17
1.3 ESTRUTURA DO TRABALHO .....	18
<b>2 REFERENCIAL TEÓRICO-EMPÍRICO</b> .....	20
2.1 IDENTIDADE .....	20
<b>2.1.1 As diferentes concepções de identidade</b> .....	21
<b>2.1.2 Identidade pessoal e social</b> .....	28
<b>2.1.3 A construção da(s) identidade(s)</b> .....	31
2.2 A INSTALAÇÃO DAS USINAS HIDRELÉTRICAS E AS POPULAÇÕES LOCAIS.....	41
<b>2.2.1 A construção de usinas hidrelétricas (UHEs)</b> .....	42
<b>2.2.2 Hidrelétricas e população local</b> .....	50
2.3 TERRITÓRIO E IDENTIDADE NO CONTEXTO DAS POPULAÇÕES RIBEIRINHAS DESLOCADAS .....	52
2.4 A CONSTITUIÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E SUA ATUAÇÃO COLETIVA ....	57
<b>3 PERCURSO METODOLÓGICO</b> .....	65
3.1 PERGUNTAS DE PESQUISA .....	66
3.2 NATUREZA DA PESQUISA .....	66
<b>3.2.1 Tipologia da pesquisa</b> .....	68
3.3 DADOS: INSTRUMENTOS DE COLETA, PARTICIPANTES E <i>LOCUS</i> DA PESQUISA .....	69
<b>3.3.1 Pesquisa documental</b> .....	71
<b>3.3.2 Entrevistas semiestruturadas</b> .....	72
<b>3.3.3 Entrevistas de história oral</b> .....	73
<b>3.3.4 Escolha dos participantes das entrevistas</b> .....	75
3.3.4.1 Roteiros das entrevistas .....	77
3.4 ANÁLISE DOS DADOS .....	77
<b>4 A USINA HIDRELÉTRICA SALTO CAXIAS: CONSIDERAÇÕES SOBRE SUA HISTÓRIA, CONSTRUÇÃO E A LUTA DOS RIBEIRINHOS.</b> .....	80

4.3 A POPULAÇÃO DA REGIÃO DE SALTO CAXIAS: HISTÓRIA DE LUTAS, RESISTÊNCIA E CONQUISTAS.....	95
4.4 OS MOVIMENTOS SOCIAIS ATUANTES NA HISTÓRIA DA CONSTRUÇÃO DE SALTO CAXIAS.....	102
4.4.1 CRABI – Comissão Regional dos Atingidos da Barragem do Rio Iguaçu .....	102
4.4.2 MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens.....	105
<b>5 A POPULAÇÃO DE SALTO CAXIAS, OS MOVIMENTOS SOCIAIS E A RECONFIGURAÇÃO DAS IDENTIDADES .....</b>	<b>109</b>
5.1 OS REASSENTAMENTOS: A HISTÓRIA DOS INDIVÍDUOS QUE RECONSTRUIRAM SUAS IDENTIDADES EM UM NOVO ESPAÇO .....	109
5.1.1 Os Ribeirinhos deslocados da Usina de Salto Caxias e suas histórias de vida .....	111
5.1.2 O deslocamento compulsório da população ribeirinha de Salto Caixas e os impactos percebidos pelos indivíduos na resignificação das suas identidades. 127	
5.2 OS PAPÉIS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NA RECONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DOS RIBEIRINHOS .....	135
<b>6 CONCLUSÃO .....</b>	<b>145</b>
<b>7 REFERÊNCIAS .....</b>	<b>151</b>

# 1 INTRODUÇÃO

O Brasil, segundo Bermann (2003), principalmente a partir dos anos de 1970, inicia seu projeto de política energética assentada na construção e implantação de grandes projetos hidrelétricos, como fonte principal para o abastecimento e para a suficiência energética do País. Nesse sentido, o Brasil é privilegiado, tendo em vista suas grandes reservas de água doce e a vazão dos seus rios, suficientes para a geração de energia elétrica. Já a partir dos anos 90, inicia-se a implementação de projetos de usinas hidrelétricas em diversas regiões do País, com o objetivo de evitar o desabastecimento no fornecimento energético, necessário para sustentar o crescimento econômico brasileiro.

O tema da instalação de usinas hidrelétricas está constantemente sendo trazido para o debate público, principalmente pelo projeto do Estado brasileiro em explorar esse tipo de geração de energia, aproveitando o potencial dos rios existentes. Juntamente com isso, questões sociais como o impacto ecológico, deslocamento das populações, são apresentadas, relacionadas ao fenômeno de construção de um grande empreendimento como esse.

Este trabalho está contextualizado no momento em que estudos, conforme aborda Bermann (2003), demonstram que apenas 22% dos recursos hidrelétricos disponíveis estão sendo utilizados, o que representa grande potencial ainda a ser explorado através da construção de novas usinas hidrelétricas em diferentes regiões do País. Segundo Bermann (2003), para suprir a demanda energética do Brasil, já estavam previstas construções de 494 novas usinas hidrelétricas, em fase de aprovação.

Outro fator importante a ser considerado está na condição de grande parte do potencial de geração de energia hidrelétrica, que está em áreas de rios com alta densidade populacional, como é o caso das bacias dos rios Uruguai e Paraná. Essas regiões, na visão de Rosa (2007), foram fundamentalmente constituídas por pequenos agricultores rurais, e a partir da construção desses empreendimentos, eles perderam suas plantações e seus referenciais de vida - aquilo que dá significado à existência do indivíduo - em função dos deslocamentos sofridos e da necessidade de desocupação do território em função da construção da usina.

Assim, além dos aspectos técnicos e estruturais na construção de empreendimentos hidrelétricos, tem-se que levar em consideração aspectos subjetivos, humanos e simbólicos que precisam ser esclarecidos para a melhor gestão desses projetos. Segundo Rosa (2007), a construção de uma usina hidrelétrica necessita, em primeiro lugar, de um encontro de rios e um relevo que possibilite a queda d'água para a produção de energia elétrica. Para isso, há a necessidade de construção de uma represa ou barragem para conter a água. É nesse momento de construção da barragem que começam os principais problemas ambientais e sociais, pois uma grande área de terra (na maioria das vezes, produtiva) será alagada e todo sistema social e ecológico será destruído para sempre. Para Bermann (2003), do ponto de vista ecológico, as populações de animais, ecossistema, fauna e flora são alagados para abrigar o reservatório de água. Do ponto de vista social, as populações que ali residiam são compulsoriamente deslocadas e, junto com isso, mudam hábitos, rotinas, funções produtivas, relações sociais.

Segundo Queiroz (2000, p.7), “o enchimento de reservatórios tem levado ao esvaziamento da vida de milhares de pessoas, a despeito das insuficientes e amiúdes equivocadas ações compensatórias a elas dirigidas pelo poder público”. A construção das usinas, na maior parte das vezes, provoca um deslocamento de famílias e de modos de vida, para outras áreas territoriais, visando à formação do reservatório da futura hidrelétrica. Conforme dados apresentados por Queiroz (2000), as usinas construídas até aquele momento no País já deslocaram cerca de duzentas mil famílias. Essa mudança não é apenas de espaço físico, mas principalmente altera as relações sociais, as ocupações laborais, as rotinas, as representações simbólicas, os vínculos, ou seja, a identidade dessas populações.

O processo de implantação de projetos hidrelétricos pode ser entendido, além do processo da engenharia, como um fenômeno social, pois a retirada compulsória das populações ribeirinhas provoca uma alteração na dinâmica desses grupos sociais. Ou seja, as consequências da construção de hidrelétricas não se restringem apenas a aspectos técnicos e ecológicos, mas também englobam aspectos sociais, que devem ser considerados nos projetos de viabilidade e na proposta de desenvolvimento do setor. Essas populações comumente são vistas apenas como empecilhos ou obstáculos à

construção dessas usinas, com o argumento da necessidade de geração de energia para sustentar o crescimento da demanda (REIS, 2001).

Segundo Queiroz (2000), o conjunto das populações deslocadas compulsoriamente passa por um processo, muitas vezes, traumático, de desestruturação-reestruturação de todo sistema de referências, costumes e culturas que formam a essência da identidade desses sujeitos. Enfim, todo universo dessas pessoas e seus conjuntos de representações passa por um processo de destruição e reconstrução, advindo dos novos espaços territoriais que serão ocupados por essa população. Uma das principais consequências desse deslocamento está na dificuldade de restabelecimento das atividades produtivas, visto que os novos espaços ocupados não oferecem, normalmente, as mesmas condições e qualidade do ambiente já conhecido e produtivamente reconhecido.

Durante a fase de estruturação dos projetos de novas usinas, as populações desalojadas, na visão de Queiroz (2000), são “iludidas” com o mito da terra prometida, ou seja, a promessa de um novo espaço que reúna todas as condições e qualidades para uma vida plena. Mas isso dificilmente ocorre e o mais comum é a decepção e a dificuldade da retomada das atividades corriqueiras e, principalmente, da reestruturação dos significados perdidos na terra deixada para trás. A mudança para o novo território faz parte de um processo de reordenamento territorial regional, a alteração das referências e dos significados dos ambientes, das pessoas e da dinâmica do local. E aí está a dificuldade das populações em se adaptar a essa nova situação e ressignificar suas identidades, ligadas ao espaço territorial passado, deixado para a construção do reservatório da nova usina.

Da mesma forma, a possibilidade de tornar-se proprietário de um novo espaço de terra e deixar a condição de “posseiro” ou “arrendatário” parece prometer uma nova perspectiva para o conjunto dessas populações.

Nesse sentido, observamos também que um conjunto de organizações interage nesse momento de transição e na fase de implantação dos projetos hidrelétricos. Entidades ligadas ao governo interferem na aprovação, discussão e concessão dos projetos de implantação. Outras organizações ligadas a movimentos sociais e religiosos buscam proteger as populações atingidas, reivindicando seus direitos e trazendo o debate

dessa problemática social ao público. Já as organizações ligadas à construção da hidrelétrica buscam a otimização dos recursos, dos prazos e do lucro através de estratégias e ações direcionadas para seu fim. Finalmente, um conjunto de organizações interfere e coexiste nesse espaço criado em função da implantação do novo empreendimento.

E essas organizações, cada uma trabalhando em função de suas ideologias e papéis, podem interferir e influenciar na identidade dessa população atingida pela implantação das usinas hidrelétricas. No meio de toda essa rede de interesses, estão os sujeitos que terão suas vidas significativamente alteradas em função da construção da hidrelétrica e do deslocamento compulsório sofrido. Cabe, então, verificarmos de que forma essas organizações influenciam na identidade desses sujeitos. Destacaremos, no contexto, os papéis desempenhados pelos movimentos sociais, principalmente pelas ações coletivas executadas e pelas lutas e conquistas que tais movimentos empreenderam junto às populações ribeirinhas.

No Paraná, diversas hidrelétricas foram construídas nos últimos trinta anos, e uma delas é a Usina Hidrelétrica Governador José Richa ou comumente chamada de Salto Caxias. Segundo Lima *et al.* (2005), os seus 108,65 km<sup>2</sup> de área alagada causaram impactos ambientais relacionados principalmente à erosão de terrenos rurais e urbanos, a não adaptação dos peixes e espécies endêmicas, que necessitavam de corredeiras e cachoeiras para sobreviver e o uso abusivo de agrotóxicos nas lavouras. No aspecto social, ocorreu a migração forçada de inúmeras famílias. Na região, foram cerca de 1025 famílias indenizadas, sendo que 600 foram reassentadas em outros municípios não atingidos pelo lago da usina. Isso causou uma grande migração da região atingida, ampliando o agravamento dos problemas sociais e econômicos resultantes da diminuição da população.

Segundo Lima *et al.* (2005), a usina hidrelétrica de Salto Caxias é considerada mais eficiente em relação a outros projetos hidrelétricos, pois com a sua área alagada, ela chega a produzir 20% a mais de energia do que a hidrelétrica de Itaipu, considerando a razão entre a produção de energia sobre a área alagada. Isso torna a usina referência para outros projetos hidrelétricos.

Com relação às famílias deslocadas em função dela, destaca-se que a usina de Salto Caxias realizou uma ação inédita, fornecendo a opção de escolha aos atingidos da forma de indenização. Cerca de 600 famílias foram reassentadas em locais providos de infraestrutura e recursos financeiros para seu bem-estar e o restante recebeu indenizações ou cartas de crédito, conforme sua escolha. A COPEL (Companhia Paranaense de Energia Elétrica), proprietária do estabelecimento, acompanhou a desocupação e financiou as despesas de mudança dessas famílias (LIMA *et al.*, 2005).

Uma parcela das famílias deslocadas foi reassentada em assentamentos nas cidades de Cascavel e Corbélia (distantes cerca de 100 km da Usina) e outro grupo, em cidades próximas à região da Usina. Sendo assim, esse movimento migratório, seja para próximo ou distante da antiga moradia, teve consequências na reordenação do espaço físico e nas referências simbólicas do conjunto desses sujeitos, podendo ter alterado suas identidades, ou na forma pelo qual eles se percebem e se definem. A questão da terra tem relação direta com a identidade, com papéis produtivos e com o significado que o indivíduo dá para si mesmo.

Muitas das conquistas do espaço e do território dessa população estão relacionadas ao histórico de lutas que foi empreendido juntamente com os movimentos sociais que participaram ativamente de todo processo de construção da Usina. Os papéis que esses movimentos desempenharam junto com as populações ribeirinhas foram de fundamental importância para a garantia das mínimas condições dos reassentamentos e das indenizações que a população recebeu.

Assim, a retirada compulsória dos territórios para a construção da hidrelétrica de Salto Caxias fez com que os sujeitos perdessem suas referências pessoais, sociais, laborais e relacionais e é nesse contexto que os movimentos sociais atuam, apoiando esses sujeitos. Isto se dá através da atuação dos movimentos sociais na busca de uma reparação mais adequada a essa perda de referências, para que os indivíduos tenham minimizados os efeitos do deslocamento.

Scherer-Warren (1996) aborda a questão das transformações dos movimentos sociais, durante as últimas décadas no Brasil, como novas formas de organização coletiva na luta de direitos, como é o caso do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e das Comissões Regionais dos Atingido por Barragens (CRAB's), que se iniciaram nos



anos 70 com a construção da usina Sobradinho no Nordeste e também no Paraná com a construção da Itaipu Binacional. Para a autora, a grande diferença desses novos movimentos consiste nas formas de organização e no encaminhamento de suas lutas, com a valorização da participação popular nas bases do movimento.

Os movimentos sociais assumem a defesa desse conjunto de sujeitos afetados e formando um grupo organizado, empreende uma série de mobilizações em defesa dos ideais do movimento. Atrás dos discursos políticos e sociais desses movimentos temos uma preocupação com a garantia da cidadania desses sujeitos frente às necessidades das grandes corporações e governos, a favor do progresso, como é o discurso corrente na construção de novos empreendimentos hidrelétricos.

Dessa forma, esta dissertação está voltada para a compreensão da influência dos movimentos sociais envolvidos na construção da Usina Hidrelétrica de Salto Caxias (Paraná), nas transformações da identidade da população ribeirinha atingida e a reconfiguração das suas identidades. Em outras palavras, podemos questionar: **Qual a influência dos movimentos sociais que atuaram no período de instalação da Usina Hidrelétrica de Salto Caxias (Paraná), na reconfiguração da identidade dos ribeirinhos compulsoriamente deslocados?**

## 1.1 OBJETIVO GERAL E OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Para responder a essa pergunta de pesquisa, esta dissertação tem como objetivo geral compreender a influência dos movimentos sociais que atuaram no período de construção da Usina Hidrelétrica de Salto Caxias (Paraná), na reconfiguração da identidade dos ribeirinhos compulsoriamente deslocados.

De modo acessório, temos quatro objetivos específicos:

1. Apresentar fatores históricos, econômicos e sociais relacionados com a construção da Usina Hidrelétrica de Salto Caxias, buscando compreender os componentes estruturais e o contexto dessa instalação.
2. Identificar papéis, formas de atuação e ações locais dos movimentos sociais envolvidos na implantação da Usina Hidrelétrica de Salto Caxias.
3. Descrever as transformações na identidade dos ribeirinhos que sofreram o deslocamento compulsório sofrido.

4. Desvelar a influência dos movimentos sociais na transformação e reconfiguração da identidade desses ribeirinhos, evidenciando culturas, valores e trajetórias de vida.

## 1.2 JUSTIFICATIVA

O tema da instalação de usinas hidrelétricas está constantemente sendo trazido para o debate público, principalmente pelo projeto do Estado brasileiro em explorar esse tipo de geração de energia, aproveitando o potencial dos rios existentes. Assim, este trabalho se justifica pela possibilidade de ampliar as abordagens, fornecendo mais dados sobre o papel das diversas organizações ligadas à construção de tais empreendimentos, no processo de ressignificação das identidades nas populações que vivem à beira dos rios utilizados.

Enfocamos, neste trabalho, o papel que os movimentos sociais tiveram na reconfiguração das identidades dos sujeitos, ou seja, através deste estudo estamos aprofundando os conhecimentos a respeito da estrutura e funcionamento dos movimentos sociais e sua relação com a identidade dos sujeitos. Os movimentos sociais enquanto novas estruturas organizacionais que se relacionam e influenciam os indivíduos passam a ser uma área de interesse para a Administração na procura de uma compreensão desse fenômeno social e organizacional.

Do ponto de vista teórico, este estudo tem por objetivo ampliar a compreensão sobre identidade, que é formada pelo indivíduo, a partir de suas interações com a sociedade e com instituições ao longo do tempo e do espaço. Ou seja, procuramos verificar de que forma questões institucionais, objetivas, têm impacto e ressignificam questões pessoais, subjetivas.

Por fim, por se tratar de um estudo na área de ciências sociais aplicadas, espera-se que este trabalho forneça mais dados para a formação de políticas públicas e ações governamentais e sociais do desenvolvimento da política energética do País, minimizando os impactos sobre os indivíduos desse tipo de instalação e auxiliando no planejamento das ações públicas e privadas no setor. Já é possível verificar diversos estudos em outras

áreas do conhecimento, e com este estudo se objetiva ampliar as discussões com a contribuição da Administração.

Temos, assim, condições de ampliar os referenciais de discussão sobre a forma como organizações podem interferir na subjetividade dos indivíduos, principalmente no caso estudado, da implantação de usinas hidrelétricas. Diante disso, esta dissertação se justifica, igualmente, por todas as questões técnicas e sociais apresentadas, contribuindo para a ampliação do debate e de evidências empíricas sobre a temática, dentro do campo das ciências sociais aplicadas.

### 1.3 ESTRUTURA DO TRABALHO

Este trabalho está organizado em seis capítulos. No primeiro, há a introdução ao tema, a problematização e os objetivos da dissertação.

Em seguida, há a busca de referenciais teóricos que procurem aprofundar e explicar os principais temas envolvidos nesta pesquisa como a identidade, o projeto hidrelétrico brasileiro, as populações locais e a construção de usinas hidrelétricas. Também se discute a questão do território (ou perda dele) na constituição da identidade dos sujeitos. Os movimentos sociais também são alvo de discussão nesse capítulo.

No terceiro capítulo, é discutido o percurso metodológico utilizado durante a pesquisa desta dissertação. São apresentadas as trajetórias e caminhos percorridos para o alcance dos objetivos da presente pesquisa.

Em seguida, é realizada uma contextualização da região de Salto Caxias (dados históricos, geográficos, locais), o processo de construção dessa hidrelétrica, as instituições que fazem parte do contexto e a apresentação de dados secundários a respeito da construção e implantação da Usina. Com isso, temos melhores condições de compreender o contexto social pelo qual a usina foi construída.

No quinto capítulo, é efetivada a apresentação e análise dos dados obtidos através do trabalho de campo, junto aos movimentos sociais e junto à população ribeirinha deslocada pela construção da hidrelétrica, para descrever o impacto nas suas identidades

e o papel que as organizações envolvidas – principalmente a CRABI - tiveram nesse processo.

Ao final, temos as conclusões do estudo, evidenciando de que forma os movimentos sociais influenciaram as mudanças da identidade dos sujeitos atingidos pela construção da Usina Hidrelétrica de Salto Caxias, tendo em vista as especiais condições que o empreendimento apresenta, como modelo na gestão e implantação tanto na parte técnica quanto na parte social.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO-EMPÍRICO

Para o desenvolvimento deste trabalho, faz-se necessário o entendimento relativo aos tópicos retratados no problema de pesquisa. Primeiro, faremos uma discussão da temática da identidade, vista por diferentes autores, procurando compreender as múltiplas perspectivas que podem ser adotadas. Segundo, procuraremos adentrar no universo das populações compulsoriamente deslocadas por projetos hidrelétricos, buscando similaridades e dados a respeito desse fenômeno vivenciado pelos sujeitos atingidos.

Nosso objetivo consiste em compreender de que forma a identidade dos sujeitos compulsoriamente deslocados foi influenciada pelo processo e principalmente compreender os papéis que os movimentos sociais que participam da implantação desse empreendimento desempenham e suas relações com a população. Com essa base teórica apresentada na sequência, procuramos alguns recursos que nos auxiliem na compreensão dos fatos, formando a base conceitual da pesquisa apresentada.

### 2.1 IDENTIDADE

Um dos conceitos importantes a ser discutido neste trabalho situa-se no campo da identidade. Traremos diferentes abordagens e formas de definição da identidade com o objetivo de compreender como o fenômeno se desenvolve e, principalmente, como ele, na modernidade, vem sofrendo alterações e flutuações frente aos diferentes estímulos que o indivíduo recebe. Compreender a identidade é entender de que forma o indivíduo se reconhece e se identifica frente aos demais indivíduos, procurando verificar como suas experiências de vida vão delineando e moldando sua nova identidade.

Buscamos diferentes concepções relacionadas à constituição do sujeito, mas não temos por objetivo encontrar aquela que melhor explica ou que fornece a definição ideal, mas, sim, procuramos dar uma visão mais abrangente de um fenômeno complexo que é o da identidade. Primeiramente, exploramos as diferentes concepções de identidade, buscando as definições que os autores que abordam o tema utilizam, depois passamos a

discutir o aparente paradoxo da identidade pessoal e social para finalmente discutirmos de que forma se dá a construção da identidade nos indivíduos.

### **2.1.1 As diferentes concepções de identidade**

Para compreendermos o campo do estudo da identidade, primeiramente se faz necessário desvelar os conceitos e os elementos que constituem a identidade, e para isso procuramos trazer para a discussão a visão de diferentes autores que abordaram esse conceito.

A origem do conceito está na filosofia, onde ele é utilizado para descrever a propriedade que algo tem de ser idêntico a si mesmo, e, portanto, diferente dos demais. Segundo Habermas (2009), a concepção filosófica da identidade não exige que os indivíduos tenham que se distinguir uns dos outros por qualidades especiais. Também não exige que eles tenham que apresentar um padrão básico de comportamento que possibilite vê-los como um todo unitário, pois mesmo alguém que se comportasse de forma diferente a cada momento teria de ser caracterizado como idêntico a si mesmo, como portador de uma unidade.

Ao conceituar a identidade do eu, Habermas (2009) refere-se ao indivíduo como sendo capaz de construir novas identidades a partir de identidades fragmentadas ou superadas, mas que se tornam de tal maneira integradas, que o tecido das interações se organiza na forma de uma biografia que pode ser atribuída como sua. Isso ocorre sempre que o indivíduo assume a sua própria biografia e responsabiliza-se por ela, utilizando a narrativa para voltar-se a si mesmo e suas interações.

Habermas (2009) aborda a concepção da psicologia ao tema da identidade, referindo-se a uma propriedade complexa que as pessoas podem adquirir a partir de uma determinada idade, e os torna independente da influência das outras pessoas (autodeterminação), como a capacidade da pessoa se identificar consigo mesma de forma reflexiva (autorrealização). Isso significa dizer que a identidade, por mais mutável e inconstante que seja, é sempre uma relação dialética entre o indivíduo e a sociedade,

entre suas identificações e as identidades reconhecidas pelos outros, entre distinção e semelhança e entre mudança e continuidade.

Outro autor, Erik Erikson (1987), dentro de uma concepção mais psicológica e psicanalítica, apresenta uma visão de identidade que tem seu início na infância do indivíduo e que, juntamente com seu crescimento, vai se desenvolvendo através de crises que ele enfrenta, sendo a principal delas na adolescência. Trata-se de um processo localizado no âmago do indivíduo e, entretanto, também no núcleo central da sua cultura coletiva. Essa cultura coletiva refere-se também ao conjunto, cada vez mais amplo, de identificações que o indivíduo faz.

Erikson (1987, p.21), ao tratar sobre a formação da identidade, coloca que ela emprega um processo de reflexão e observação simultâneas, um processo que ocorre em todos os níveis de funcionamento mental, pelo qual o indivíduo se julga a si próprio à luz daquilo que ele percebe ser a maneira como os outros julgam, em comparação com eles próprios e com uma tipologia que é significativa para eles. Ou seja, a identidade passa por um processo individual, ordenado pelo próprio processo de desenvolvimento pessoal, mas também é moldado pelo conjunto de identificações e reconhecimentos que o indivíduo confronta com a sociedade.

Encontramos também na literatura autores que corroboram com a referida concepção de identidade, como é o caso de Manuel Castells (2008), no momento em que ele aborda os atores sociais, entendendo por identidade o processo de construção de significado com base em um atributo cultural, ou ainda, um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, o qual prevalece sobre outras fontes de significado. Para um determinado indivíduo ou ainda um ator coletivo, pode haver identidades múltiplas. No entanto, essa pluralidade é fonte de tensão e contradição tanto na autorrepresentação quanto na ação social.

Para Castells (2008, p.23), identidades, por sua vez, constituem fontes de significado para os próprios atores, por eles originadas, e construídas por meio de um processo de individuação. Em termos mais genéricos, pode-se dizer que identidades organizam significados, enquanto papéis organizam funções. O autor define significado como a identificação simbólica, por parte de um ator social, da finalidade da ação praticada por tal ator. O significado organiza-se em torno de uma identidade primária

(uma identidade que estrutura as demais), autossustentável ao longo do tempo e do espaço.

Encontramos, então, uma concordância entre os autores no que se refere à concepção do processo de identidade, existindo um núcleo pessoal, primário, que ao socializar-se com os demais indivíduos, em sociedade, passa por novas identificações e vão formando a sua identidade. Nesse sentido, destacamos a natureza autorreflexiva das ações do indivíduo e a continuidade na sua biografia (espaço/tempo). Há então uma identidade que estrutura as demais, provenientes da interação do indivíduo com os outros (CASTELLS, 2008; ERIKSON, 1987; HABERMAS, 2009).

Sobre a continuidade do tempo e do espaço, relacionada à biografia do indivíduo, encontramos a concepção de Anthony Giddens para identidade. Segundo Giddens (2002), quando falamos em identidade, ao contrário de falar do eu enquanto fenômeno genérico, estamos pressupondo uma consciência relativa de que o indivíduo está “autoconsciente” de algo. Assim, a identidade não é algo a ser apresentado, mas sim algo que é criado e sustentado rotineiramente nas atividades de autorreflexão do indivíduo sobre a sua realidade. A identidade não pode ser verificada como algo pronto ou instituído, deve ser observada como parte do movimento de individualização, própria da capacidade de reflexão e raciocínio.

Há ainda a questão existencial que a autoidentidade pode fornecer, por estar mesclada com a natureza de que o indivíduo fornece de si mesmo. Não é possível encontrar a identidade de uma pessoa no comportamento nem nas reações dos outros. Ela é encontrada na capacidade do indivíduo em manter em andamento uma narrativa particular, um contínuo do desenvolvimento pessoal e da biografia particular (GIDDENS, 2002).

Conforme aborda Giddens (2002), a autoidentidade não é um traço distintivo, ou mesmo uma pluralidade de traços, possuído pelo indivíduo. É o eu compreendido reflexivamente pela pessoa em termos de sua biografia. A identidade ainda supõe a continuidade no tempo e no espaço: a autoidentidade é essa continuidade reflexivamente interpretada pelo agente. A reflexão sobre sua biografia determina um conceito de autoidentidade ao indivíduo que elabora, na continuidade das suas experiências de vida, o seu próprio conceito e definição.



Por outro lado, a construção reflexiva da autoidentidade, segundo Giddens (2002), depende tanto da preparação para o futuro quanto da interpretação do passado, e exigindo-se que o indivíduo organize sua história e que de alguma forma os outros reconheçam seu comportamento como apropriado ou razoável. Tal tipo de reconhecimento faz com que o indivíduo se sinta psicologicamente seguro em relação à sua autoidentidade e autoafirmação.

Assim, a pessoa com senso mais desenvolvido de autoidentidade, tem a sensação de continuidade de sua biografia e é capaz de comunicar essa continuidade a outras pessoas. Fica evidente sua identificação e características para si e para os outros. Essa sensação de estabilidade é vista, ainda, com outras repercussões, segundo Giddens (2002, p.56):

Uma sensação estável de auto-identidade pressupõe os outros elementos da segurança ontológica – uma aceitação da realidade das coisas e dos outros – mas não é diretamente derivável deles. Como as outras dimensões existenciais da segurança ontológica, a sensação de auto-identidade é simultaneamente sólida e frágil. Frágil porque a biografia que o indivíduo reflexivamente tem em mente é só uma “estória” entre muitas outras estórias potenciais que poderiam ser contadas sobre seu desenvolvimento como eu; sólida porque um sentido de auto-identidade muitas vezes é mantido com segurança suficiente para passar ao largo das principais tensões e transições nos ambientes sociais em que a pessoa se move.

Assim, temos uma concepção da identidade como uma atividade que precede a reflexividade do indivíduo, que se traduz na “estória” contada por ele da sua biografia particular, ainda com a noção da continuidade no tempo e no espaço.

Hall (2006), apresenta uma proposta de desenvolvimento da concepção da identidade ao longo do tempo. Para o autor, há três concepções muito diferentes relacionadas à identidade, que são o sujeito do Iluminismo (sujeito unificado e coeso), o sujeito sociológico (sujeito relacional) e o sujeito pós-moderno (sujeito descentrado).

Segundo Hall (2006, p.10), o sujeito do Iluminismo está baseado numa concepção da pessoa humana como um indivíduo totalmente centrado, unificado, dotado das capacidades de razão, de consciência e de ação, cujo centro consistia em um núcleo interior, que emergia pela primeira vez quando o sujeito nascia e como ele se desenvolvia, ainda que permanecendo essencialmente o mesmo – contínuo ou idêntico - a ele, a identidade do sujeito está baseada em uma compreensão basicamente individualista.

Outra concepção de análise da identidade, segundo Hall (2006), está no sujeito sociológico. Com o nascimento da biologia darwiniana e de novas ciências sociais como a psicologia e a sociologia, nasce a compreensão da concepção do sujeito apoiada nas relações sociais, internalizando o exterior e externalizando o interior. Essa concepção está apoiada também na crescente complexidade do mundo moderno e na consciência de que o núcleo interior do sujeito não era autônomo e autossuficiente, mas era formada na relação com “outras pessoas importantes para ele”.

O sujeito sociológico é, segundo Hall (2006, p.11), visto como um ser social que interage com o mundo exterior, construindo seu núcleo interior. O sujeito ainda tem um núcleo ou essência interior, que é o “eu real”, mas são formado e modificado num diálogo contínuo com os mundos culturais “exteriores” e as identidades que esses mundos oferecem. Nesse sentido, a identidade sociológica preenche o espaço entre o “interior” e o “exterior” – entre o mundo pessoal e o mundo público. Essa visão de sujeito sociológico aproxima-se mais das concepções apresentadas por Habermas (2009), Giddens (2002) e Erikson (1987).

Na terceira concepção de identidade, temos a análise do sujeito pós-moderno. Para Hall (2006, p.12), no sujeito pós-moderno não se pode falar em uma identidade, mas de várias, algumas vezes contraditórias ou mal resolvidas. O sujeito, antes visto como tendo uma identidade unificada e estável, está se tornando fragmentado. Esse processo produz o sujeito como não tendo uma identidade fixa, essencial ou permanente. A identidade torna-se uma “celebração móvel”: formada e transformada continuamente em relação às formas nas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam. Na medida em que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis. Referida visão do sujeito pós-moderno e sua identidade, também foi ampliada por outros autores: Giddens (2002) e Baumann (2004).

Na modernidade, ao contrário de outros tempos, conforme afirma Giddens (2002, p.79), a identidade não está mais relacionada à tradição, o que fica em evidência é a individualidade, ou seja, esta época é conhecida como um rompimento da história, e cada pessoa passa a ser responsável por si mesma e pelas próprias definições identitárias, não mais cabendo ao Estado ou a qualquer outro ente esta definição. Para isso, a

modernidade apresenta diariamente uma infinidade de opções que devem ser selecionadas pelo indivíduo, de acordo com o seu estilo de vida, ou seja, o conjunto de hábitos e orientações que forma a unidade ordenada do indivíduo.

Ampliando ainda mais a compreensão da identidade na modernidade, temos o sociólogo polonês Zygmunt Baumann que, ao abordar a temática, traz reflexões do tema relacionado aos processos da modernidade líquida, a era da globalização. Identificar-se dá espaço a um destino conhecido, que não pode ser influenciado, muito menos controlado. Para Baumann (2004, p.16), as pessoas em busca de identidade se vêem invariavelmente diante da tarefa intimidadora de “alcançar o impossível”. Ou seja, a tarefa da busca da identidade na modernidade é uma utopia frente à complexidade das relações e a perenidade da existência.

Para o sociólogo, neste mundo novo de oportunidades fugazes e seguranças frágeis, as identidades vistas do modo antigo, como rígidas e inegociáveis, simplesmente não existem. Sobre esta impossibilidade da identidade na modernidade, Baumann (2004, p. 17), expõe esta condição:

Tornamo-nos conscientes de que o pertencimento e a identidade não têm solidez de uma rocha, não são garantidos para toda a vida, são bastante negociáveis e revogáveis, e de que as decisões que o próprio indivíduo toma, os caminhos que percorre, a maneira como age – e a determinação de se manter firme a tudo isso – são fatores cruciais tanto para o pertencimento quanto para a identidade. Em outras palavras a ideia de ter uma identidade não vai ocorrer às pessoas enquanto o pertencimento continuar sendo o seu destino, uma condição sem alternativa. Só começarão a ter essa ideia na forma de uma tarefa a ser realizada, e realizada às vezes e vezes sem conta, e não de uma só tacada.

Assim, todas as decisões do indivíduo, as experiências que ele vivencia de alguma forma interferem na sua identidade pessoal. Baumann (2004) fala que o indivíduo, no seu caminho, vai moldando a identidade e cada nova experiência vai influenciar na forma com que ele se percebe/define. O espaço ocupado pela identidade está em transpor a barreira criada entre o “deve” e o “é”.

Segundo Baumann (2004, p.52), houve um tempo em que a identidade humana de uma pessoa era determinada fundamentalmente pelo papel produtivo desempenhado na divisão social do trabalho, quando o Estado garantia (se não na prática, ao menos nas intenções e promessas) a solidez e a durabilidade desse papel; assim, a relação entre esse papel socialmente desempenhado e a identidade se confunde, como uma força

cristalizadora da ocupação frente à complexidade do indivíduo. Podemos considerar que o indivíduo e sua identidade são muito mais que apenas os papéis que socialmente ela cumpre como sua profissão, seus hábitos. A identidade é mais que a soma das ocupações e papéis desempenhados pelo indivíduo durante sua vida, mas também envolvem suas interações, identificações e outros tantos complexos subjetivos.

Na modernidade, nem mesmo o Estado consegue de alguma forma garantir a identidade do indivíduo como ocorria nos tempos antigos. A questão foi abordada por Baumann (2004, p.56):

Quando a modernidade substituiu os estados pré-modernos (que determinavam a identidade pelo nascimento e assim proporcionavam poucas oportunidades para que surgisse a questão do “quem sou eu?”) pelas classes, as identidades se tornaram tarefas que os indivíduos tinham de desempenhar [...]. Como Jean Paul Sartre afirmou de modo admirável, para ser burguês não basta ter nascido na burguesia – é preciso viver a vida inteira como burguês! Quando se trata de pertencer a uma classe, é necessário provar pelos próprios atos, pela “vida inteira” – não apenas exibindo ostensivamente uma certidão de nascimento – que de fato se faz parte da classe a que se afirma pertencer. Deixando de fornecer essa prova convincente, pode-se perder a qualificação de classe.

Assim, o indivíduo, além de pertencer a uma determinada classe ou estrato social, deveria desempenhar as atitudes correspondentes à sua classe e isso simplesmente definia a sua identidade, durante grande parte da sua vida. Existiam poucas, ou quase nulas oportunidades para que o indivíduo alterasse a natureza da sua condição social e econômica, determinando sua identidade. Hoje, isso se tornou menos segmentado e mais dinâmico, o que também faz com que a identidade acompanhe essa condição. O indivíduo, na modernidade, tem a chance de experimentar várias condições de vida, dentro da sua existência, alterando sua identificação e compreensão de si mesmo.

Por fim, podemos afirmar que a identidade, segundo Baumann (2004, p.83), é um “conceito altamente contestado”. Sempre que se ouvir essa palavra, pode-se estar certo de que está havendo uma batalha. O campo de batalha é o lar natural da identidade. A identidade é uma luta simultânea contra a dissolução e a fragmentação; uma intenção de devorar e ao mesmo tempo uma recusa resoluta de ser devorado. Trilhamos, em uma busca infundável, a afirmação do que verdadeiramente somos como recurso para sustentar uma existência em comunidade.

A partir das concepções apresentadas, podemos observar que a maior parte delas integra as temáticas da identidade com o processo social, levando à compreensão de que o desenvolvimento da identidade relacionada com a sociedade, mesmo nas concepções mais tradicionais, até a abordagem mais moderna (ou pós-moderna) do tema não se esgota. Ou seja, consolidamos nossa identidade na interação com os demais e nossas vivências, da mesma forma, nos auxiliam a moldar e determinar a maneira como nos percebemos, ou nossa identidade. O conceito de identidade liga-se ao processo de identificação e diferença.

Assim, no mesmo momento em que o indivíduo procede a um processo de reflexão sobre sua própria condição, ao mesmo tempo reflete uma comparação entre outros que dão significado à sua identidade. Silva (2000, p.96), coloca que a identidade e a diferença não são entidades preexistentes, que estão aí desde sempre ou que passaram a aí permanecer a partir de algum momento fundador. Elas não são elementos passivos de cultura, mas têm que ser constantemente criadas e recriadas. A identidade e a diferença têm a ver com a atribuição de sentido ao mundo social e com disputa e luta em torno dessa atribuição.

A pessoa transforma-se e se constitui pelo processo contínuo de identificação com o ambiente social (ambientes, grupos sociais e ações). Dessa forma, para Ciampa (1996, p.64), a identidade é construída na relação com os diversos grupos dos quais o indivíduo toma parte, assim como pelo seu agir, uma vez que a pessoa é sua ação, e transforma-se por meio dela: “[...] nós somos nossas ações, nós nos fazemos pela prática”.

Sendo assim, a partir da compreensão sobre as diferentes concepções de identidade, faremos uma discussão sobre a identidade pessoal e social, buscando entender as diferenças nestas abordagens, procurando recursos para posteriormente discutirmos como a identidade é construída.

### **2.1.2 Identidade pessoal e social**

Nas discussões estabelecidas nos itens anteriores, podemos compreender a concepção da identidade como algo que é fruto do desenvolvimento pessoal e do núcleo

interno do sujeito, que, em conjunto com o grupo, as interações sociais, os relacionamentos estabelecidos vão ocorrendo as identificações necessárias e as desidentificações para formar no indivíduo aquilo que de fato ele é, ao longo do tempo. Quando falamos em construção da identidade, também estamos falando em um processo de construção social, contínuo em relação ao tempo e ao espaço. A partir daqui, iremos discutir especificamente o tema da identidade pessoal e social, enfocando na revisão da literatura que aprofunda o assunto.

O conceito de identidade pessoal e o de identidade social possuem um conteúdo reflexivo ou comunicativo, uma vez que supõe relações sociais tanto quanto um código de categorias (valores, caráter ideológico e cultura) destinado a orientar o desenvolvimento (identidades: mantidas, construídas, reafirmadas e/ou ressignificadas). Segundo Oliveira (2007), para orientar esse processo é fundamental a apreensão dos mecanismos de identificação.

Na visão de Fernandes e Zanelli (2006), a identidade social refere-se aos conceitos que a pessoa desenvolve sobre si mesma e que decorrem de sua afiliação em categorias ou grupos emocionalmente significativos para ela, o que inclui as identidades por afiliação étnica ou cultural, de gênero, de orientação sexual, de classe social, de idade ou profissionais e assim por diante. É com base nessa aglutinação de categorias da pessoa que a identidade social se torna possível ou é formada.

Para Castells (2008, p.4), a identidade é mediada pelas relações estabelecidas entre determinados grupos e construída num contexto específico: a construção de identidades vale-se da matéria-prima fornecida pela história, geografia, biologia, instituições produtivas e reprodutivas, pela memória coletiva e por fantasias pessoais, pelos aparelhos de poder e revelações de cunho religioso. Porém, todos esses materiais são processados pelos indivíduos, grupos sociais e sociedades que reorganizam o seu significado em função de tendências sociais e projetos culturais enraizados na sua estrutura social, bem como na sua visão de tempo/espaço.

Sendo assim, destacamos a importância do componente social para a discussão e entendimento da identidade. Erikson (1987, p. 160) aborda de que forma a identidade vai ocorrendo e o papel da comunidade neste contexto:

A formação de identidade começa onde a utilidade da identificação acaba. Surge do repúdio seletivo e da assimilação mútua de identificações da infância e da absorção destes numa nova configuração, a qual, por seu turno, depende do processo pelo qual uma sociedade (muitas vezes através de sub-sociedades) identifica o indivíduo jovem, reconhecendo-o como alguém que tinha de tornar-se o que é e que, sendo o que é, é aceito como tal. A comunidade, muitas vezes não sem alguma desconfiança inicial, dá esse reconhecimento como uma manifestação de surpresa e prazer em travar conhecimento com um indivíduo recém-emergente (ERIKSON, 1987, p.160).

Podemos analisar a identidade enquanto um fenômeno individual, mas também um fenômeno social, pois é através das interações que o indivíduo estabelece que sua identidade vai sendo continuamente constituída. Conforme abordado por Erikson (1987, p.49), uma identidade pessoal baseia-se em duas observações simultâneas: a percepção de uniformidade e continuidade da existência pessoal no tempo e no espaço; e a percepção do fato de que os outros reconhecem essa uniformidade e continuidade da pessoa.

Quando encontramos um sentido dentro do contexto social que nos identifica com algo, atribuímos esse significado ao conjunto de afirmações sobre nós mesmos e ao mesmo tempo nos diferenciando de algo que não se relaciona conosco. Segundo Silva (2000, p.75) as afirmações sobre diferença só fazem sentido se compreendidas em sua relação com as afirmações sobre a identidade. As afirmações sobre diferença também dependem de uma cadeia, em geral oculta, de declarações negativas sobre (outras) identidades.

Quando afirmamos que somos algo, estamos no mesmo momento dizendo que não somos um conjunto de outras afirmações que diferenciam da afirmação que nos identifica logo a identidade, é um processo socialmente construído no momento em que ela necessita de um conjunto de referências (positivas e negativas) para definir o indivíduo. Ao mesmo tempo, como aborda Silva (2000), na disputa pela identidade, está envolvida uma disputa mais ampla por outros recursos simbólicos e materiais da sociedade. A afirmação da identidade e a enunciação da diferença trazem o desejo de diferentes grupos sociais, assimetricamente situados, de garantir o acesso privilegiado aos bens sociais. A identidade e a diferença estão, pois, em estreita conexão com relações de poder.

Para Hall (2000, p.110), a identidade se relaciona com o outro e se dá através da constatação das diferenças. As identidades podem funcionar, ao longo de toda a sua história, como pontos de identificação e apego apenas por causa da capacidade para excluir, para deixar de fora, para transformar em exterior. Com isso, temos a condição da identidade vista como um processo social de identificação, de exclusão ou separação entre o que é igual e o que é diferente. As identidades, portanto, são construídas no interior de um jogo de poder e da exclusão.

Essa visão do papel da comunidade/sociedade também é corroborada por Baumann (2004, p.32), quando afirma que buscamos, construímos e mantemos as referências comunais de nossas identidades em movimento – lutando para nos juntarmos aos grupos igualmente móveis e velozes que procuramos, construímos e tentamos manter vivos por um momento, mas não por muito tempo. Durante todo o tempo, procuramos desenvolver um conjunto de identificações com o grupo com que nos relacionamos com o objetivo de significar nossa existência.

Desse modo, uma pessoa pode apresentar identidades múltiplas em um contínuo processo de autoconstrução e individualização. O único sentido da história é a história que faz sentido para a pessoa. A identidade passa a ser determinada não pelo que ela faz, mas sim pelo que ela é. Segundo Castells (2008, p.2) “entende-se por identidade a fonte de significados e experiências de um povo”.

### **2.1.3 A construção da(s) identidade(s)**

Após discorrermos sobre as concepções que encontramos na literatura a respeito de identidade, procuramos desenvolver um aspecto importante desse constructo que se refere à forma como a identidade é construída, ou seja, a forma pelo qual, na avaliação dos autores, os indivíduos se constituem enquanto sujeitos e dão sentido à sua existência, criando algum tipo de identificação ou senso identitário.

De acordo com Castells (2008, p.23), não é difícil concordar com o fato de que, do ponto de vista sociológico, toda e qualquer identidade é construída. A principal questão, na verdade, diz respeito ao fato de como, a partir de quê, por quem, e para que isso



acontece. A construção de identidades vale-se da matéria-prima fornecida pela história, pela memória coletiva e por fantasias pessoais, pelos aparatos do poder e revelações de cunho religioso.

Na abordagem de Mesquita (1992), a construção da identidade é algo que ocorre sem que estejamos conscientes de todos os aspectos envolvidos ou relacionados. Esse processo ocorre com a socialização entre indivíduos (na família, na escola e em todas as instituições). Por essa razão, fica difícil separarmos o que é nosso enquanto indivíduos daquilo que absorvemos ou repetimos, de forma consciente ou inconsciente, do processo de socialização. Sendo assim, muitas vezes aquilo que conferimos como sendo nosso, na verdade, é a resultante do processo de socialização, mesmo que não tenhamos consciência disso.

Essa mesma visão é apresentada por Ciampa (1996) quando ele aborda que durante toda a vida o indivíduo constrói sua identidade desempenhando uma série de personagens, tendo em vista a necessidade de cumprimento de papéis sociais e de algumas situações impostas. De acordo com as situações, esses personagens se alteram e dão sentido e significado à sua experiência. Assim, tudo há de ter um sentido e um significado, e estes são adquiridos quando as pessoas fazem suas escolhas e encontram significados para os acontecimentos, o que contribui para que a apatia perante as situações ou a loucura não se manifeste.

Portanto, dada a complexidade do sistema que envolve o indivíduo, como sociedade, cidade, país e etnia, a identidade pode ser vista como uma possibilidade dentre várias outras. Fernandes e Zanelli (2006) abordam que a identidade direciona a ação e é resultado da história da pessoa, das suas relações e interações, dos seus processos cognitivos e crenças, das influências culturais e biológicas. Todo esse grande complexo interfere na construção da identidade do indivíduo, tornando-se um fenômeno multidimensional.

Considerando a influência de uma série de fatores na construção da identidade, Castells (2008) afirma que esse processo é uma construção social e que ocorre em um contexto marcado pelas relações de poder. Para isso, propõe a distinção entre três formas e origens da construção da identidade:

1. Identidade Legitimadora: introduzida pelas instituições dominantes da sociedade no intuito de expandir e racionalizar a sua dominação em relação aos atores sociais;
2. Identidade de Resistência: criada por atores sociais que se encontram em posições/condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica da dominação, construindo, assim, trincheiras de resistência e sobrevivência com base em princípios diferentes dos que permeiam as instituições da sociedade, ou mesmo opostos a esses últimos.
3. Identidade de Projeto: quando os atores sociais se utilizam de identidade capaz de redefinir sua posição na sociedade, e, ao fazê-lo, buscam a transformação de toda a estrutura social.

Para o autor, a identidade legitimadora dá origem a uma sociedade civil, ou seja, a um conjunto de organizações e instituições, bem como uma série de atores sociais estruturados e organizados, embora às vezes de modo conflitante, reproduzem a identidade que racionaliza as fontes de dominação estrutural. Nesse sentido, podemos perceber o papel que as instituições dominantes têm sobre a identidade do indivíduo, que interioriza um conjunto de padrões e crenças a partir de uma lógica dominante, muitas vezes nem percebida pelo próprio indivíduo.

A identidade destinada à resistência leva à formação de comunas ou comunidades. É a construção de uma identidade defensiva nos termos das instituições/ideologias dominantes, revertendo o julgamento de valores e, ao mesmo tempo, reforçando os limites da resistência. Esta identidade é moldada a partir da resistência com ideias hegemônicas, criando um grupo de indivíduos que procuram algum tipo de diferenciação, se contrapondo à lógica social dominante.

Ainda segundo Castells (2008), o terceiro processo de construção da identidade forma os sujeitos. Sujeitos não são indivíduos, mesmo considerando que eles são formados por indivíduos. É o ator social coletivo pelo qual indivíduos atingem o significado holístico em sua experiência. A partir da definição do seu papel na sociedade o indivíduo assume sua condição de sujeito enquanto agente social, exercendo sua identidade dentro de um contexto social mais amplo.

Essas categorias de construção da identidade estão embasadas no processo de construção social pelo qual o indivíduo passa, buscando uma significação e uma identidade. Entretanto, Castells (2008) não aborda a parcela individual ou mesmo íntima na construção dessa identidade, como encontraremos em outros autores. Ou seja, na sua obra não fica claro se o indivíduo possui potencialidades ou características que, em conjunto com sua ação social, constroem sua identidade.

Nessa visão, no sentido de uma integração entre a parte individual e social, temos a abordagem de Erikson (1987) que fala que construir uma identidade implica definir quem a pessoa é, quais são seus valores e quais as direções que deseja seguir pela vida, visto que a formação da identidade recebe a influência dos seguintes fatores: intrapessoais, que são as capacidades inatas do indivíduo e as características adquiridas da personalidade; interpessoais, que se referem às identificações com outras pessoas; culturais, valores sociais aos qual uma pessoa está exposta, tanto no âmbito global como no comunitário.

A construção da identidade é feita sempre com a integração entre elementos do presente e do passado, evitando-se, assim, uma descontinuidade. Essa ação contínua que a pessoa trava com ela mesma para estabelecer uma clara identidade é que consiste na “crise de identidade” que nada mais é que a própria busca pela identidade (ERIKSON, 1987). Ou seja, assim como os demais autores apresentados, a identidade se constrói através de múltiplos fatores que coexistem na história do indivíduo, seja passada ou atual e talvez até mesmo no futuro.

Para Erikson (1987, p.22), a identidade nunca é estabelecida como uma realização na forma de uma armadura de personalidade ou de qualquer outra coisa estática. Há uma dinâmica no desenvolvimento da identidade e da sua formação. As experiências dos indivíduos e suas relações vão delineando o que se entende por identidade, sendo um processo crescente de diferenciação, tornando-se cada vez mais abrangente na medida em que o indivíduo vai ganhando maior consciência.

Ao longo de sua vida, o indivíduo vai constantemente se reidentificando com novas situações e vivências que fazem com que ele coloque em “crise” sua identidade atual. Através de novas identificações, o indivíduo vai transformando a natureza da sua identidade, e, ao final do ciclo, há a necessidade de reconhecimento pela comunidade

dessa nova identificação. Erikson (1987, p.86) aborda que a identidade é um produto singular que enfrenta agora uma crise a ser exclusivamente resolvida em novas identificações com os companheiros da mesma idade e com figuras líderes fora da família.

Durante todo esse processo, o indivíduo pode apresentar sentimento de perda da identidade, enquanto uma nova identificação é reconhecida e incorporada ao indivíduo. A perda de um sentimento de identidade, segundo Erikson (1987, p.173), se expressa frequentemente numa hostilidade desdenhosa e esnobe em relação aos papéis que lhe são oferecidos como adequados e desejáveis na família ou comunidade imediata.

Ainda segundo Erikson, (1987), outro risco que o indivíduo pode correr, principalmente com a tecnologia dos tempos atuais, é tornar-se aquilo que faz, ou confundir a execução de um determinado papel com sua identidade, enquanto construção histórica. Assim, hoje, as organizações, máquinas e associações podem fornecer uma identidade ajustável a todos os indivíduos que necessitam de referências para formar seu senso identitário.

Na visão de Erikson (1987), a identidade final, tal como fixada no final da adolescência, é superordenada em relação a qualquer identificação singular com indivíduos do passado; ela abrange todas as identificações significativas, mas também as altera de modo a construir com elas um todo único e razoavelmente coeso. Essa visão não é corroborada por outros autores como Giddens (2002), Baumann (2004), Habermas (2009), Mesquita (1997) e outros, que consideram o referido processo de construção da identidade contínuo dentro da história do indivíduo. Para eles, mesmo na adultidade, o indivíduo pode estabelecer novas identificações, passando a ressignificar a sua própria biografia.

Por fim, Erikson (1987, p.181) destaca que o desenvolvimento da identidade do indivíduo traz algumas contribuições como a confiança primitiva no reconhecimento mútuo; os rudimentos de uma vontade de sermos nós próprios; a previsão do que poderemos vir a ser; e a capacidade de aprender como ser, como proficiência, aquilo em que estamos prestes a nos tornar. Todos esses sentimentos e atitudes são consequências positivas do desenvolvimento de um senso de identidade que o indivíduo vai manifestando em sua vida.

Giddens (2002) também considera que duas condições são chaves para o desenvolvimento da autoidentidade. A primeira refere-se ao estabelecimento de uma confiança e a segunda diz respeito ao estabelecimento do eu-ideal, que forma um canal de aspirações positivas nas quais a autoidentidade é produzida.

Outra questão abordada é da mudança da identidade. Segundo Giddens (2002), a tarefa de forjar uma identidade distinta pode ser capaz de trazer ganhos psicológicos específicos, mas também é claramente um peso. Uma autoidentidade precisa ser criada e de certa forma reordenada contra o pano de fundo das experiências cambiantes da vida diária e das tendências fragmentadoras das instituições modernas. A tarefa do indivíduo reside em criar e manter uma base da sua identidade pessoal contra as constantes e flutuantes mudanças da modernidade. Conforme aborda Giddens (2002), a narrativa da autoidentidade deve ser formada, alterada e reflexivamente sustentada em relação a circunstâncias da vida social que mudam rapidamente, numa escala local e global.

Ao discutir uma visão pós-moderna mais extrema e fragmentada do que os demais autores apresentados anteriormente, Baumann (2004) expõe que nessa complexa situação em que vivemos e que a identidade é transformada constantemente, não só nossas escolhas, mas também as pessoas à nossa volta podem influenciar diretamente na identidade do indivíduo. Segundo Baumann (2004, p.19), as identidades flutuam no ar, algumas de nossa própria escolha, mas outras são infladas e lançadas pelas pessoas em nossa volta, e é preciso estar em alerta constante para defender as primeiras em relação às últimas. O indivíduo procura estabelecer seu critério pessoal de discernir entre as próprias escolhas e as escolhas influenciadas por outros, o que aparentemente não ocorre de maneira tão fácil.

Baumann (2004) afirma que a identidade pode ser vista como algo a ser inventado, e não descoberto, como fruto de um esforço ou de um objetivo. Pode ser compreendida como uma situação que precisa ser construída a partir do zero ou da escolha entre alternativas e aí então deve ser protegida. Nessa situação, o indivíduo deve abrir mão da condição de eternamente inconclusa no que se refere a sua identidade. No caso da identidade, o trabalho total é direcionado para os meios. Não se começa pela imagem final, mas por uma série de peças já obtidas ou que pareçam valer a pena ter, e então se tenta descobrir como é possível agrupá-las e reagrupá-las para montar imagens

(quantas?) agradáveis. Você está experimentando com o que tem. Seu problema não é o que você precisa para chegar lá, ao ponto que pretende alcançar, mas quais são os pontos que podem ser alcançados com os recursos que você já possui, e quais deles merecem os esforços para ser alcançados.

A tarefa de construção da identidade envolve a utilização dos recursos disponíveis, guiada pela racionalidade e pelo objetivo. Em uma perspectiva moderna, podemos encarar que as identidades estão soltas, sem determinação por parte do sujeito. Resta a cada um incorporar certas identificações para construir sua identidade. Ao mesmo tempo, o espaço do vazio neste sentido é evitado em troca da sensação de autosssegurança. Baumann (2004, p.35) relata:

As identidades ganharam livre curso, e agora cabe ao indivíduo, homem ou mulher, capturá-las em pleno vôo, usando os seus próprios recursos e ferramentas. O anseio de identidade vem do desejo de segurança, ele próprio um sentimento ambíguo. Embora possa parecer estimulante num curto prazo, cheio de promessas e premonições vagas de uma experiência ainda não vivenciada, flutuar sem apoio num espaço pouco definido, num lugar teimosamente, perturbadoramente, “nem-um-nem-outro”, torna-se em longo prazo, uma condição enervante e produtora de ansiedade. Por outro lado, uma posição fixa dentro de uma infinidade de possibilidades também não é uma perspectiva atraente.

Assim, nenhum indivíduo quer citada condição de ansiedade que a falta de identidade produz, procurando alguma referência para significar sua existência. Entretanto, como afirma o autor, uma posição fixa, irrevogável também não é adequada, dentre um mundo cheio de possibilidades de realização, do vir-a-ser. Estamos construindo nossa identidade utilizando nossos próprios recursos e ferramentas, orientando nossas experiências, na procura de algo que nos confira sentido e significado.

Baumann (2004, p.91) afirma que:

(...) a construção da identidade assumiu a forma de uma experimentação infundável. Os experimentos jamais terminam. Você assume uma identidade num momento, mas muitas outras, ainda não testadas, estão na esquina esperando que você escolha. Muitas outras identidades não sonhadas ainda estão por ser inventadas e cobijadas durante a sua vida.

Para o autor, você nunca saberá ao certo se a identidade que agora exhibe é a melhor que pode obter e a que provavelmente lhe trará maior satisfação. Em todo o momento, o indivíduo está experimentando novas identidades e reformulando sua conceituação de auto-identidade.

Em nosso mundo moderno, segundo Baumann (2004), comprometer-se com uma única identidade para toda a vida, ou até menos do que a vida toda, é um negócio arriscado. As identidades são para usar e exibir, não para armazenar e manter. Ao mesmo tempo, sabemos da importância de consolidarmos uma identidade, pois se nossos esforços fracassam por escassez de recursos ou falta de determinação, outra identidade, intrusa e indesejada, pode ser posta sobre aquela que nós mesmos escolhemos e construímos. A identidade precisa de muita coerção e convencimento para se consolidar e se concretizar em uma realidade imaginável.

Para Woodward (2000), a vida moderna e as instituições fazem com que o indivíduo constantemente tenha que se adaptar a novas realidades, regras e convenções sociais a fim de reconhecer-se como parte. Criar e, principalmente, manter tais identidades pode representar um peso para o indivíduo, no momento em que ele busca sustentar uma identidade longe da sua realidade objetivando a adequação a novos comportamentos e papéis. Temporariamente, essas novas identidades podem trazer ganhos ao indivíduo, mas em longo prazo, elas se tornam insustentáveis, principalmente por serem identidades em conflito, diferentes do eu real.

Procurando ampliar como ocorre a interação entre indivíduo e sociedade, citado pelos autores acima, discutimos a abordagem do autor do livro "Identidade Social", Richard Jenkins (2008). Ele propõe que o estudo da identidade, ou identificações, pode ser entendimento através de três ordens, a saber: a individual, a de interação e a institucional.

Sob essa abordagem, o autor afirma que a construção da identidade do sujeito se dá a partir do seu nascimento, ou seja, ao entrar no mundo o indivíduo entra em contato com identidades que já existem antes mesmo da existência dele e a partir das identificações ele vai criando sua identidade pessoal. Assim, o autor afirma que durante a infância o indivíduo cria um trabalho em favor da identificação com os outros, ou seja, a identidade está no "mundo do outro". E, juntamente com o desenvolvimento, o indivíduo vai interagindo com outras pessoas e moldando sua identidade, ocorrendo, com esta interação, a formação dos grupos onde pessoas com identidades semelhantes se encontram.

De acordo com Jenkins (2008), as identidades não são inatas, não nascem conosco, precisam ser construídas e esta construção passa pela interação com o outro, pois só a interação social permite viver em sociedade.

Assim, se dá a conexão entre a identidade individual e a identidade institucional, com o fato dos indivíduos terem algo subjetivo que compartilham, formando a sociedade. Para Jenkins (2008, p.157), as instituições são parte integrante de nossas vidas, pois elas definem o modo como as coisas devem ser e, por consequência, a vida humana se dá através das interações que estabelecemos entre o nível individual e o institucional. Esse nível individual é o resultado das socializações primárias que formam ao longo do tempo uma identidade mais durável. Já as instituições, para o autor, representam a ordem coletiva e formam um conjunto de regras e características, sendo consideradas fluidas, contingentes e passíveis de negociação.

Portanto, a identidade se dá através das interações entre a ordem individual, resultado da socialização primária e a ordem institucional, através dos grupos. E a conexão entre essas duas ordens é feita pelo nível da interação. Ou seja, o conjunto das ordens individual, institucional e interação é que, de fato, formará as identificações e constituirá o sujeito. Por meio de um conjunto de significados e identificações os indivíduos se ligam a grupos e pelo nível da interação passam a ligar o conjunto das suas representações (ordem individual) com as representações coletivas (ordem institucional) (JENKINS, 2008; RAMPAZO, 2009).

Para Jenkins (2008), se a identidade é necessariamente um pré-requisito para a vida social, o inverso também é verdadeiro. Assim, a identidade social deve ser encarada tanto no âmbito individual como no coletivo de forma dialética. A identidade social seria então um processo dialético, interno e externo, de semelhança e diferença, para que as pessoas, ao se identificarem ou mesmo não se identificarem umas com as outras, se relacionassem significativamente.

Jenkins (2008) aborda o papel da família nessa construção da identidade do indivíduo, tendo em vista que é na infância que a identidade é mais durável e formada. A família fornece ao indivíduo as referências de regras e condutas, fruto do meio social em que ela está inserida. Esse meio social está representado pelo conjunto de instituições como a política, a religião, a escola e a cultura, que influencia a forma como o indivíduo



percebe, interpreta e age. Ou seja, a partir da interação com as instituições, a família forma a sua identificação e acaba repassando ao indivíduo ditas influências. E, juntamente com o seu desenvolvimento biológico, o indivíduo passa, além da família, a ter influências de outras instituições e com essas novas interações a identidade vai sendo formada ou (re)construída.

Com a abordagem de Jenkins (2008), temos que a identidade se dá a partir da interação entre o nível individual e o nível institucional, que fornece o conjunto de regras e suposições. Assim, ao mesmo tempo em que a identidade é um fenômeno individual, também é social e carece do grupo para sua construção.

Ainda na abordagem do autor, a construção da identidade social resulta de uma síntese dinâmica entre o modo como nos percebemos (autodefinição interna) e o modo como os outros nos percebem (definição externa). Para o autor, os grupos mobilizam dispositivos de similaridade entre si de modo a criarem um sentimento de pertença, não importando quão ilusório possa ser esse sentimento. Simultaneamente, a percepção de um “nós” pressupõe a existência de “outros”, que se definem em relação àqueles pelos dispositivos de diferenciação que ostentam. Portanto, identidade social não deve ser vista como uma posse fixa, mas como um processo social, em que o individual e o social estão intrinsecamente relacionados. A personalidade individual é um fenômeno social, mas o mundo social é constituído pelas ações dos indivíduos.

Sendo assim, a identidade, na visão de Mesquita (1992, p.36) é sempre uma produção social, mesmo quando ela reflete a necessidade que temos de encontrar uma singularidade enquanto indivíduos. Isso tudo nos leva à compreensão da afirmativa de Lévi-Strauss de que “não há identidade a não ser social; é um processo de construção social”.

Este é o conceito de identidade social que adotamos neste trabalho, ou seja, o de Jenkins (2008). Analisamos a reconfiguração das identidades dos indivíduos, particularmente os ribeirinhos deslocados pela construção da hidrelétrica, a partir das interações que eles estabelecem com a ordem institucional (normas, movimentos sociais) e assim vão estabelecendo e definindo um conceito da sua própria identidade. Através da interação da ordem individual com a ordem institucional, temos a contínua construção da identidade do sujeito (JENKINS, 2008).

## 2.2 A INSTALAÇÃO DAS USINAS HIDRELÉTRICAS E AS POPULAÇÕES LOCAIS

Buscando contextualizar nosso objeto de estudo, faremos aqui uma exposição a respeito de como as usinas hidrelétricas vem sendo implantadas como política pública de governo, como se dá a construção desses empreendimentos, verificando possíveis impactos e consequências e, por fim, identificamos como as populações locais - deslocadas em função das usinas - são tratadas e os problemas enfrentados por esses grupos sociais.

Para Bermann (2003, p.19), a avaliação dos potenciais energéticos em um país depende do nível de conhecimento de seus recursos e reservas. A dimensão de reservas, no Brasil ou em qualquer outra nação, depende das condições econômicas e tecnológicas em que é feita a avaliação. Essas condições não são constantes, nem no tempo e nem na escala, e variam em função do grau de avanço ou conhecimento tecnológico, que possibilita uma maior ou menor capacidade de recuperação ou aproveitamento dos recursos, e em função da conjuntura econômica, que torna viável ou inviabiliza financeiramente a recuperação ou o aproveitamento dos recursos a partir de seus custos.

Todas essas avaliações, em geral, levam em conta apenas aspectos técnicos, econômicos e produtividade do futuro empreendimento. A incorporação de aspectos sociais e ambientais nas avaliações dos potenciais energéticos ainda não se revelou importante em nosso País, embora ela seja absolutamente necessária. As decisões são tomadas em funções de interesses econômicos e políticos visando à garantia da demanda de energia elétrica do País.

Segundo Bermann (2003), alguns critérios se estendem aos aspectos sociais, particularmente com relação às populações ribeirinhas atingidas pelas obras, e invariavelmente desconsideradas frente à perspectiva da perda irreversível das suas condições de produção e reprodução social, determinada pela formação do reservatório. Esta parece ser a orientação do projeto do governo brasileiro para a geração de energia elétrica, para atender a demanda cada vez mais crescente do consumo do produto.

### 2.2.1 A construção de usinas hidrelétricas (UHEs)

O Brasil é considerado um país com grande potencial hidrelétrico (utilização da água) para geração de energia elétrica, em função da imensidão dos seus rios e do relevo que possibilita intensos desníveis de terreno, favoráveis para esse tipo de geração. Com base nos dados do quadro a seguir, observa-se que o potencial hidroelétrico atualmente em operação (cerca de 56,5 mil MW) representa apenas 22% do potencial hidroelétrico total, estimado em 260,3 mil MW. Referida situação é utilizada como argumento para aqueles que preconizam uma expansão mais vigorosa dos projetos de usinas hidrelétricas do Brasil (BERMANN, 2003, p.21).

Bacia	Operação	Inventário/ Viabilidade/ Projeto Básico	Estimado	Total
Amazonas	521,44	31.119,35	73.642,49	104.762,04
Tocantins	5.574,70	14.313,60	2.823,80	17.137,50
Atlântico N/NE	272,92	1.172,05	2.534,90	3.706,95
Paraná	35.444,12	10.846,02	9.220,39	20.066,41
Uruguai	268,59	8.365,26	2.474,08	10.839,34
Atlântico Sudeste	2.373,07	4.720,00	2.484,48	7.204,48
Total	56.481,97	93.690,00	98.040,26	191.730,26

**Quadro 1** - Potencial Hidrelétrico Brasileiro – 1999 – Capacidade Instalada MW

Fonte: DENI – Divisão de Recursos Hídricos e Inventários/Eletobrás – Relatório Anual do GTIB - Grupo de Trabalho de Informações Básicas para o planejamento da expansão da Geração, 1999

O quadro apresenta a distribuição do potencial hidrelétrico instalado e disponível geograficamente no País com o objetivo de avaliarmos o grande potencial que ainda pode ser explorado com a construção de usinas hidrelétricas e quais as principais regiões onde podem ocorrer essas instalações. Vemos que a bacia Amazônica é de maior potencial, ainda a ser explorada, enquanto a bacia do rio Paraná representa o maior potencial em operação.

Com essa perspectiva, vemos que o País tem um potencial a ser explorado a partir da construção de novos empreendimentos hidrelétricos para a geração de energia em

praticamente todas as regiões. Juntamente com o crescimento da demanda, esse tipo de investimento passa a ser considerado essencial para que o País evite o temido “apagão” no fornecimento de energia, e tem sido utilizado como projeto do governo para a área energética.

Outro ponto importante para ser considerado no Quadro 1 é que as bacias dos rios Paraná e Uruguai representam cerca de 20% do total do potencial hidroelétrico a ser aproveitado. Conforme Bermann (2003), nessas regiões do sul do País, caracterizadas por uma elevada densidade populacional, notadamente em áreas rurais, há que se considerar a existência de um grande número de pequenas propriedades agrícolas que hoje garantem condições de subsistência de uma população rural constituída por proprietários, arrendatários, meeiros, assalariados e posseiros.

O processo de “deslocamento compulsório” dessas populações ribeirinhas para a formação dos reservatórios dos empreendimentos hidrelétricos previstos também exige toda a atenção e cuidados, para que não se reproduzam os problemas verificados no passado recente. Com frequência, a construção de uma usina hidrelétrica representou para essas populações a destruição de seus projetos de vida, impondo sua expulsão da terra sem apresentar condições de reprodução num mesmo nível daquele que se verificava antes da implantação do empreendimento.

Segundo França e Souza (2010), na construção de reservatórios são detectados vários impactos negativos: a inundação de áreas agricultáveis, perda de vegetação e de fauna terrestres, interferência na migração de peixes, mudanças hidrológicas à jusante da barragem, alterações da fauna do rio, interferência no transporte de sedimentos, aumento da distribuição geográfica de doenças de veiculação hídrica, perdas de heranças históricas e culturais, alterações em atividades econômicas e usos tradicionais da terra, efeitos socioeconômicos e culturais da realocação compulsória de populações, saúde da população, entre outros, problemas de saúde pública, devido à deterioração ambiental, problemas geofísicos devido à acumulação de água foram detectados em alguns reservatórios, e perda de biodiversidade terrestre e aquática.

Ainda na visão de França e Souza (2010), vale destacar também os aspectos positivos: produção de energia e possibilidade de usos múltiplos (recreação, abastecimento público), retenção de água regionalmente (reserva de água), aumento do

potencial de água potável e de reserva de recursos hídricos, criação de possibilidades de recreação e turismo, aumento de potencial de irrigação, aumento e melhoria da navegação e transporte; aumento da produção de peixes através da aquicultura e aumento das possibilidades de trabalho com a produção local. Com o uso múltiplo do reservatório, busca-se a integração do lago com a paisagem local, tornando viável o desenvolvimento de atividades de turismo, lazer, conservação, dentre outras.

Com esses possíveis impactos destacados, segundo Rosa (2007, p. 78),

(...) os problemas da hidreletricidade por causa das questões ambientais e dos movimentos contra as grandes represas levam à tendência de abandono da hidreletricidade. É preciso que o governo negocie democraticamente com os movimentos ambientalistas. Em razão dos impactos ambientais, devem-se reduzir as dimensões das áreas inundadas por futuras barragens no Brasil, como no caso de Belo Monte, cujo projeto foi revisto pela Eletronorte<sup>1</sup> na época em que esteve na Eletrobrás<sup>2</sup>, reduzindo substancialmente a área atingida pelo reservatório.

A construção de usinas hidrelétricas normalmente é apresentada como uma “energia limpa”, em função da pouca geração de resíduos químicos, poluentes. O que ocorre, por outro lado, é um empreendimento com consequências sociais, como a expulsão de populações, a redefinição de suas vidas e cheia de impactos ambientais. Como isso pode ser considerado “limpo”? Esta pergunta deve ser respondida principalmente por aqueles que apresentam a construção de hidrelétricas como uma solução para os problemas de abastecimento energético que o País enfrenta.

Bermann (2003, p.70) também aborda a questão:

A despeito da significativa participação da hidroeletricidade na oferta energética brasileira, mesmo considerando a necessidade de adoção de uma conversão mais adequada para a unidade padrão, a evolução das emissões líquidas de CO<sub>2</sub><sup>3</sup> no período de 1990-1999 deixa o Brasil numa posição extremamente desconfortável em termos de emissão per capita, com 1,78 tco<sub>2</sub><sup>4</sup>/hab em 1990 e alcançando 1,92 tco<sub>2</sub>/hab em 1999. Convém lembrar que os estudos do IPCC – *Internacional Panel of Climate Change*, elaborados em 1990 e utilizados como base para a assinatura da Convenção do Clima das Nações Unidas realizada em no Rio de Janeiro em 1992, indicavam a necessidade de uma redução de 60% nas emissões globais de dióxido de carbono, preconizando a redução dos 6,2 tco<sub>2</sub>/hab estimados como taxa média internacional de emissão de 1990 para 2,5 tco<sub>2</sub>/hab no ano 2000.

---

<sup>1</sup> Eletronorte – Centrais Elétricas do Norte do Brasil

<sup>2</sup> Eletrobrás – Centrais Elétricas Brasileiras

<sup>3</sup> Dióxido de carbono

<sup>4</sup> Dióxido de carbono total

Buscando uma visão de futuro sobre o assunto, o quadro a seguir demonstra uma projeção do consumo de eletricidade no País, devido ao seu crescimento econômico e a outros fatores de ordem social. A partir daí, é possível fazer uma previsão da necessidade de incremento na geração de energia elétrica e em decorrência de uma decisão filosófica verificar quais serão os recursos e os meios utilizados para atingir tal demanda:

Ano	TWh
1990	210,3
1995	238,5
2000	313,2
2005	409,2
2010	495,3
2015	593,0
2020	643,7

**Quadro 2** – Evolução do consumo de eletricidade (cenário tendencial 1990-2020)  
Fonte: Eletrobrás – Plano 2015 (1993)

Bermann (2003, p.97) ressalta que conforme esse plano para 2015, a perspectiva de se alcançar em 2020 um consumo superior ao dobro do consumo do ano 2000 seria assegurada por cerca de 494 projetos de usinas hidrelétricas identificadas pelo estudo. Portanto, o cenário tendencial pressupõe a continuidade de construção de grandes barragens e a prevalência da opção hidrelétrica para assegurar 85% da oferta, deixando a termoeletricidade (gás natural, derivados de petróleo, carvão mineral e nuclear) para os 15% restantes, conforme os dados apresentados pela Eletrobrás.

Ainda na visão de Bermann (2003, p.117), a despeito dessa distribuição geográfica, de todo potencial hidroelétrico remanescente do Brasil, 60% se encontra na região amazônica. Os reservatórios das hidroelétricas situadas nessa região emitem quantidades consideráveis de CO<sub>2</sub> e CH<sub>4</sub><sup>5</sup>, ambos os gases de efeito-estufa, colaborando para o agravamento do impacto ambiental desses reservatórios.

Buscando inverter um pouco essa ordem já estabelecida no projeto para suprir a demanda energética, podemos atuar fundamentalmente em duas frentes. A primeira,

---

<sup>5</sup> Metano

procurando a redução da demanda, buscando assegurar um padrão de qualidade de vida igual com boas oportunidades de bens e serviços com menor consumo de energia. E a segunda, aumentando a participação de fontes renováveis na oferta de energia, garantindo sua produção e diminuindo a degradação ambiental e as consequências sociais no País. Com isso, temos uma posição de atender a demanda necessária, entretanto baseando as escolhas em projetos com baixos impactos sociais e ambientais.

Para auxiliar nessa discussão apresentamos o Quadro 3 – Impacto Qualitativo dos Tipos de Geração de Energia Elétrica, no qual podemos verificar as principais características relacionadas à geração por meio da água (hidro), calor (térmica) e nuclear. Nessa avaliação, podemos verificar que é bastante diversa e difusa a avaliação de tais impactos, sendo a energia termoelétrica a com menos impactos observáveis, menores investimentos e maior retorno em geração de energia.

Procurando uma solução com escolhas com baixos impactos sociais e ambientais, no Quadro 3, Rosa (2007) faz um balanço sobre os principais impactos causados pelas diferentes fontes de geração de energia elétrica, utilizadas no projeto hidrelétrico brasileiro com maior incidência. Podemos perceber que cada um dos modelos tem características específicas e causam transtornos e consequências para o meio ambiente variáveis, sendo a opção hidroelétrica a que apresenta o baixo retorno do investimento, tendo em vista o alto valor necessário para sua implantação, apesar dos baixos custos de manutenção e operação. Vemos, assim, que a escolha do modelo necessariamente implica em algum impacto social e ambiental, de formas diferentes.

	<b>Hidro</b>	<b>Térmica</b>	<b>Nuclear</b>
Investimento por kW	Alto	Menor	Muito alto
Custo combustível	Nulo	Muito alto	Baixo
Custo de O & M	Baixo	Alto	Muito alto
Custo da energia	Baixo	Alto	Muito alto
Linha de transmissão	Longa	Menor	Menor
Tempo de construção	Grande	Menor	Grande
Tempo de vida	Grande	Pequeno	Médio
Geração de emprego	Grande	Menor	Médio
Impacto ambiental	Reservatório	Atmosfera	Radioatividade
Efeito estufa	Menor	Grande	Nenhum
Importação	Pequena	Grande	Média
Taxa de retorno	Baixa	Alta	Baixa

**Quadro 3** – Impacto Qualitativo dos Tipos de Geração de Energia Elétrica.  
Fonte: Rosa (2007)

Partindo dessa premissa, Bermann (2003, p.125), propõe que:

(...) o desafio que o cenário energético sustentável aponta é o de encontrar formas descentralizadas de geração de eletricidade baseadas nas fontes renováveis, de modo a assegurar a satisfação das necessidades em condições adequadas em termos de qualidade e confiabilidade.

Nesse sentido, Rosa (2007) relata que há um esforço da pesquisa e desenvolvimento de fontes alternativas em curso nas universidades, centros de pesquisa, como o Centro de Pesquisas de Energia Elétrica (Cepel) e o Centro de Pesquisas da Petrobrás (Cenpes), e empresas, como a Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig), a Eletronorte e outras, abrangendo biomassa, energia solar, uso de resíduos urbanos e agrícolas, energia das ondas e de marés e hidrogênio. Entretanto, transparece a necessidade de uma ação coordenada para unir esforços em alguns casos, como o de pilha a combustível, concentrando recursos dos fundos setoriais muito dispersos. Esse ponto tem a ver também com a questão da inovação tecnológica.

Outra possibilidade apresentada por Bermann (2003) para buscar aumentar a eficiência energética consiste em que o parque de geração de energia elétrica no Brasil apresenta muitas usinas hidrelétricas com mais de vinte anos de atividades. Ditas usinas podem aumentar sua capacidade de produzir energia elétrica através de investimentos na



troca de equipamentos, como, por exemplo, a substituição do rotor do gerador, ou na modernização de componentes e sistemas. Estima-se que o sistema elétrico brasileiro pode alcançar um acréscimo de potência da ordem de 6800 a 7600 MW resultante da reabilitação, reconstrução ou reparos em usinas hidrelétricas existentes, e que operam há mais de vinte anos.

Isso permite que, a partir da adoção desses procedimentos, seja possível que a construção de novas plantas energéticas seja postergada (por exemplo, usinas hidrelétricas, termelétricas, refinarias etc.), contribuindo para assegurar e melhorar as condições de sustentabilidade do meio ambiente, aumentando a produtividade e diminuindo custos, reduzindo a contaminação decorrente das emissões e conservando os recursos naturais.

Essa concepção de desenvolvimento do setor elétrico também é corroborada por Rosa (2007), ao observar que sempre se considera a manutenção do modelo de desenvolvimento intensivo em energia. Desse modo, tem sido colocada a necessidade de uma política energética voltada também para o lado da demanda, visando ao aumento da eficiência dos equipamentos e à racionalização do seu uso, mesmo no setor residencial, sem com isso negar o direito de grande parte da população mais pobre aumentar seu consumo, dadas as enormes disparidades existentes.

Por fim, no contexto da construção de novos projetos de geração de energia podemos discutir o papel assumido pelas comunidades atingidas nas discussões e definições relativas à implantação desses projetos. Como vemos, o comum, nesses casos, é que as decisões sejam baseadas em critérios políticos e econômicos e as populações passam a serem vistas como empecilhos ou dificuldades para a consecução do projeto.

O assunto foi discutido por Bermann (2003, p. 138):

As empresas e o governo deverão respeitar os direitos das populações atingidas, não se utilizando do uso da pressão ou coação, para forçar as famílias a saírem das terras ou aceitarem as negociações. Trata-se de garantir os direitos das populações atingidas em assegurar a reconstrução das suas condições de vida. Propõe-se que os “royalties” pagos pelas empresas geradoras decorrentes da inundação de áreas para a formação dos reservatórios se submetam ao controle social e sejam repassados para as populações atingidas.

Assim, os novos empreendimentos devem prescindir de um amplo debate sobre os impactos provocados pela construção de novas usinas. Para o objetivo deve ser buscado o consenso entre os diferentes agentes e organizações que fazem parte desse contexto. A busca pelo consenso significa a necessidade de um tempo maior para a decisão, o que torna referido procedimento de difícil aceitação quando as situações (e os interesses) impõem a necessidade de decisões rápidas. Por exemplo, as decisões referentes à construção de usinas de geração de eletricidade têm sido expostas com frequência às perspectivas de um suposto aumento de riscos de *deficit* de energia, alimentadas pela síndrome do *black-out*.

Uma proposta acessória, apresentada por Bermann (2003), consiste em que as taxas pagas pela futura empresa responsável pelo empreendimento, sejam pagas diretamente às populações atingidas na busca de uma recomposição das condições de vida.

Para finalizar a discussão do modelo de desenvolvimento da matriz energética do País, podemos avaliar a participação da população em geral na definição dos rumos desse modelo e na definição das políticas energéticas. Conforme afirma Bermann (2003, p.89), a não participação da população nessas decisões, de certa forma, legitima o modelo escolhido e perpetua o modelo de desenvolvimento:

O aproveitamento das fontes de energia pelo homem pressupõe a identificação de necessidades cuja dimensão determina a escolha da alternativa do recurso energético, e a escala destinada a tirar partido deste recurso com vista à satisfação daquelas necessidades. Se à sociedade é imposto certo perfil de desenvolvimento, o que determina uma dada estrutura de consumo energético, a sua não participação do processo de decisão passa a ser condição necessária para a perpetuação do perfil de desenvolvimento imposto.

É necessário incluir a população nas definições do modelo de desenvolvimento da matriz energética do País, principalmente em função das consequências e dos possíveis prejuízos de determinadas escolhas, tanto na esfera social, econômica e política.

Tudo se passa como se as opções de utilização de fontes energéticas, de sua transformação, de seu transporte e distribuição até os consumidores finais pudesse prescindir da participação direta e ativa dos setores da população direta ou indiretamente envolvidos pelas decisões, sejam eles os atingidos pelas perspectivas de implantação de empreendimentos energéticos (barragens, ampliação da capacidade de refino, construção de dutos, terminais, subestações, linhas de transmissão..., entre outros), sejam eles consumidores. A busca da legitimação parece orientar os mecanismos e procedimentos de participação. A

ampliação do espaço de debate é fundamental para tornar politicamente sustentável o processo de decisão (BERMANN, 2003, p.90).

### **2.2.2 Hidrelétricas e população local**

A implantação de grandes projetos de desenvolvimento, entre os quais as usinas hidrelétricas, desencadeiam uma série de fenômenos sociais de extrema complexidade, compreendendo tanto aspectos técnicos, políticos, socioculturais e ambientais. Esses fenômenos, por diversas vezes, são negligenciados por agentes públicos e privados relacionados à construção desses empreendimentos.

Para Santos e Nacke (2001, p.73), a instalação de grandes UHEs deve ser vista como um processo social, resultante de iniciativas complexas e multidimensionais, que compreendem aspectos econômicos, técnicos, políticos, socioculturais e ecológicos relacionados em um intrincado jogo de mútuas interações e condicionamentos. Todos esses fatores devem ser considerados na instalação das usinas, entretanto o que ocorre é que diversos aspectos sociais e ecológicos são negligenciados em favor de aspectos econômicos e técnicos, causando uma série de transtornos e efeitos negativos nos empreendimentos.

Uma das consequências mais diretas desses projetos refere-se ao deslocamento compulsório das populações locais, para o alagamento de áreas para formação do reservatório da futura usina. A retirada compulsória das populações que historicamente vinham ocupando esses locais ocorre, no Brasil, mais comumente com indígenas e camponeses, tendo em vistas as localizações periféricas dessas usinas (BLOEMER, 2001).

Segundo Reis (2001), os 60% dos maiores cursos de água no mundo, deslocaram mais de quarenta milhões de pessoas e levaram a uma perda irreversível de espécies e ecossistemas. Isso mostra o grande impacto que a construção de usinas hidrelétricas causa nas populações, provocando redefinições nas identidades individuais e transformações nos universos simbólicos de seus indivíduos. Esse número também mostra o grande impacto que o tipo de construção gera e mesmo assim é pouco considerado em estudos e trabalhos relacionados à área.

Bermann (2003, p.43) também apresenta dados relacionados ao deslocamento compulsório das populações ribeirinhas:

As usinas hidrelétricas construídas até hoje resultaram em 34.000 km<sup>2</sup> de terras inundadas para a formação dos reservatórios e na expulsão – ou deslocamento compulsório – de cerca de 200 mil famílias, todas elas populações ribeirinhas diretamente atingidas. No relacionamento das empresas com estas populações prevaleceu a estratégia do “fato consumado” praticamente em todos os empreendimentos. Enquanto que a alternativa hidrelétrica era sempre apresentada como uma fonte de energia “limpa, renovável e barata”, e cada projeto era justificado em nome do interesse público e do progresso, o fato é que as populações ribeirinhas tiveram violentadas as suas bases materiais e culturais de existência. As obras promoveram o deslocamento forçado destas populações acompanhado por compensações financeiras irrisórias ou inexistentes; o processo de reassentamento, quando houve, não assegurou a manutenção das condições de vida anteriormente existentes. Na área das barragens ocorreram diversos problemas de saúde pública, com o aumento das doenças de natureza endêmica, o comprometimento da qualidade da água nos reservatórios, afetando atividades de pesca e agricultura; e, problemas de segurança das populações, com o aumento dos riscos de inundação abaixo dos reservatórios, decorrentes de problemas de operação. Ainda, grandes quantidades de terras cultiváveis ficaram submersas e, em muitos casos, a perda da biodiversidade foi irreversível.

Com o dado apresentado acima, vemos o grande número de famílias e de indivíduos que têm suas vidas afetadas pela construção dos grandes empreendimentos hidrelétricos, que cada vez mais aparecem como a solução ecológica e viável para suprir a demanda de energia elétrica, necessária para o crescimento do País. Uma das conclusões, portanto, na visão de Bermann (2003), é que esse número só tende a crescer nas mais variadas regiões do Brasil, onde o aproveitamento das bacias hidrográficas será utilizado para a geração de energia. Outro fator que agrava essas condições é a participação nula dessas populações nas decisões que envolvem os grandes empreendimentos. O que governa essas decisões são interesses diversos aos das populações, notadamente, econômicos, estratégicos e politicamente aceitáveis.

Santos (2001) aborda que os projetos foram ou são implantados sem levar em conta as tradições das populações locais e regionais e tampouco suas expectativas e aspirações. As demandas que os justificaram e justificam são de caráter nacional e internacional. Sua localização é decidida em função dos critérios e estratégias complexos e distanciados das lógicas que presidem o cotidiano local. Assim, os grandes projetos hidrelétricos não levam em consideração as características da população local ou mesmo tradições regionais, criando dificuldades e impactos no grupo de pessoas envolvidas nos deslocamentos para a construção das usinas.

Conforme recomenda Bloemer (2001), as populações que ocupam esses espaços acabam, assim, constituindo-se apenas em obstáculos à implantação dessas obras, e a mão invisível do mercado ou das políticas de governo se impõe sobre elas, definindo seus destinos. A população envolvida em tais projetos pouco participa das decisões relativas à instalação e operação dessas obras, ficando para um grupo de “técnicos” os estudos de impacto e compensações dos empreendimentos.

Relacionadas populações têm igualmente seu patrimônio natural e seu espaço social mutilados, em proporções que extrapolam, sem dúvida, aquelas áreas submersas pelas águas do lago resultante do barramento de um rio, ou destinadas a outras obras de infraestrutura necessárias à implantação das usinas hidrelétricas. Ocorre a perda das referências, costumes e culturas da antiga área, das antigas relações interpessoais, causando um grande processo na transformação da identidade dessas populações. Sobre isso discutiremos a seguir.

### 2.3 TERRITÓRIO E IDENTIDADE NO CONTEXTO DAS POPULAÇÕES RIBEIRINHAS DESLOCADAS

Na visão de Santos (2001, p. 32), temos que compreender que terra e território têm relação direta com identidade, *ethos*, cultura, organização social e economia dos diferentes grupos. Não é possível, assim, pensar na sobrevivência biológica e na reprodução cultural desses grupos sem que se lhes assegure, pelo menos, parte de suas terras de ocupação imemorial, deixando-as livres dos empreendimentos de interesse de nossa sociedade, a começar pelas hidrelétricas. O deslocamento compulsório modifica diretamente o universo do indivíduo alterando o convívio social, as referências, valores e, por fim, sua identidade.

Segundo Pimentel e Carrieri (2011), considerando-se que a) há uma relação dialética entre as categorias espaço e identidade, partindo do princípio de que o espaço opera como meio de produção de identificação dos indivíduos com o seu mundo social; b) que é o espaço que medeia as relações sociais, e com isso fornece as bases para a construção e (re)construção de significados subjetivamente compartilhados sobre si, sobre os outros e sobre a própria dimensão da realidade, permitindo aos indivíduos

relacionarem-se consigo mesmos, com os outros e com o mundo natural e social, propõe-se aqui a adoção desse elemento como uma categoria conceitual e analítica do tema identidade.

Mendes (2011) entende que um dos principais autores neste contexto de discussão é Raffestin. Nominado autor tensiona a relação entre espaço e território, dizendo que é necessário compreender que o espaço vem antes do território e que este último apenas se forma no espaço. Assim, salienta Mendes (2011), o ato de se apropriar, concreta ou simbolicamente, do espaço é em si uma forma de territorializar. Nessa linha, Mendes (2011) destaca que uma das primeiras manifestações em torno da ideia de território é o poder, pois o ato de apropriação e dominação do espaço se constitui como a manifestação mais evidente de poder. Sendo assim, a partir da apropriação do espaço, o indivíduo constitui um território ou a territorialização, criando uma rede de significações e identificações.

A territorialização, ou apropriação do espaço pelo indivíduo, também foi abordada por Pimentel e Carrieri (2011, p.15):

É importante salientar que toda territorialização (e seu movimento inverso, a desterritorialização) pressupõe uma espacialidade, embora nem toda espacialidade corresponda à territorialização do espaço. Isso porque a territorialização pressupõe práticas de apropriação e exclusão, tendo como lógica subjacente a competição. Já a espacialidade como prática social de relacionamento com o espaço pressupõe somente apropriação. Esta pode ocorrer, por exemplo, de forma compartilhada (no caso de bens públicos) ou simbólica, em relação a bens e espaços, como ocorre no turismo. A diferença, que parece apenas semântica, traduz-se de maneira mais contundente quando se analisa, por exemplo, a polaridade entre espaços públicos e privados. Enquanto aqueles estão submetidos à lógica de apropriação coletiva e da solidariedade (ROUSSEAU, 2006), que reforça os laços entre os membros de uma comunidade, já que todos podem se apropriar de algo comum; estes últimos (espaços privados) pressupõem uma lógica de apropriação por meio da exclusão, onde algo só pode ser apropriado se for expropriado de outros. Reconhece-se aqui a relevância da apropriação do espaço pela lógica da exclusão. Contudo, ela faz parte de um quadro mais amplo de relações sociais com o espaço – da “espacialidade” – (SOJA, 1998), que tende a promover uma lógica de apropriação não necessariamente de exclusão, mas, antes, inclusiva.

Ainda na visão de Pimentel e Carrieri (2011), portanto, essa apropriação envolve a incorporação do espaço físico pelo indivíduo, atribuindo-lhe significados subjetivos e, dessa forma, traduzindo-se no uso desse espaço carregado de marcas individuais e identitárias. Assim, a apropriação está intimamente ligada à maneira como o espaço é

incorporado pelo indivíduo, que, por sua vez, irá caracterizá-lo de acordo com seus traços e marcas pessoais e identitários.

Segundo Gomes-da-Silva e Wetzel (2006, p.5), a incorporação do espaço,

Trata-se de um conceito não relacionado apenas ao espaço material ao redor do corpo, à esfera que contém os movimentos ou atividades físicas, mas também às distâncias mantidas nas relações sociais [pelas quais] os indivíduos tendem a preservar o seu espaço pessoal e a definir a sua forma de interação com os outros, [o que varia] em função da personalidade dos sujeitos, de fatores individuais, tais como idade e *status* social, de fatores interpessoais, tais como atração, de fatores situacionais (elementos físicos ligados ao contexto) e de fatores culturais.

Essa condição também foi destacada por Scherer-Warren (2011, p.86) na análise das populações que são deslocadas de seus espaços:

Portanto, remover não é apenas transferir populações de um espaço físico para outro e compensar as perdas materiais deste processo. Todo espaço físico humanamente ocupado é um espaço socialmente construído, é um espaço que se transforma pelo vivido, pelo cotidiano, pelo conjunto das relações sociais que o constituem. Portanto, o espaço social com todas as suas dimensões – mítica, sagrada, de representação – é o lugar privilegiado onde “novos valores” podem transmitir-se por herança. Para que um novo espaço seja construído, um velho espaço assume uma nova dimensão de significado. Para que isto ocorra é necessária uma dimensão coletiva. Uma dimensão coletiva ligada a uma exigência de fundamentação, refundamentação de valores. No caso de realocações compulsórias de populações esta dimensão tem sido afetada, criando situações denominadas de *stress* psicológico e social e de anomia social. Estes múltiplos significados do espaço não são considerados pela avaliação tecnocrática.

Conforme também abordam Souza e Pedon (2007), a relação que se estabelece entre identidade e território cria a forma de um constante processo em movimento, que vai se constituindo ao longo do tempo e tem como seu principal elemento o sentimento de pertencimento ou apropriação do indivíduo ou do grupo junto ao seu espaço de convivência ou sua localidade. O que torna o caráter de território ao espaço é este sentimento de apropriação do espaço enquanto local de práticas, da cultura e da interação do indivíduo com a sociedade. Nesta relação é que o indivíduo vai criando suas identificações com o espaço e com tudo mais que está a sua volta. O conhecimento dessa ordem simbólica, por meio de suas manifestações materiais e imateriais, poderia esclarecer as relações que os atores sociais estabelecem com o espaço e entre si mesmos.

Na visão de Souza e Pedon (2007), a estrutura espaço-território-identidade parte do enraizamento de uma complexa trama de sociabilidade estabelecida pelo indivíduo que torna o espaço um território onde sua identidade pessoal se consolida a partir de aspectos culturais e sociais criados e estabelecidos nas rotinas de vida.

Eis a visão ampliada por Costa (1988, p.78):

O espaço é, portanto palco de dimensões simbólicas e culturais que o transforma em território a partir de uma identidade própria criada pelos seus habitantes que o apropriam, não necessariamente como propriedade, mas com a ideologia-cultural manifestada nas relações políticas, sociais, econômicas e culturais. Destarte é pertinente a afirmação de que “toda identidade só se torna ativamente presente na consciência e na cultura de sujeitos e de um povo quando eles se vêem ameaçados a perdê-la”.

No referido trecho, Costa (1988) destaca a relação direta que o espaço tem no momento em que um conjunto de dimensões culturais e simbólicas o transforma em território, sendo criado a partir das realidades dos indivíduos que vão conferindo sentido ao espaço. Através das atuações e manifestações sociais, políticas, econômicas e culturais o indivíduo vai ampliando a relação identidade-território e passa a identificar aquele espaço enquanto uma extensão da sua própria identidade ou algo que justifica sua essência enquanto indivíduo.

Assim, temos que os indivíduos deslocados pela construção das usinas hidrelétricas passam por um novo período de apropriação do espaço ou territorialização, no momento em que eles têm que criar uma nova rede de significados no novo espaço a ser habitado. Todo esse processo repercute na identidade pessoal, pois o indivíduo passa a dar novos significados a partir do espaço que passa a viver.

Sendo assim, segundo Rebouças (2000), a liberação das áreas para a construção da usina é, portanto, uma categoria simbólica, a da terra prometida, cuja eficácia possibilita o deslocamento maciço de pessoas para o interior dos projetos e a assinatura de contratos e compromissos. O projeto de reassentamento põe em evidência elementos que recorrem ao mito da terra prometida, garantindo a execução da obra. O lote da terra e seu título anunciam, para aqueles que são historicamente agricultores, a perspectiva de escapar à condição de arrendatário, posseiro ou até boia fria. Além disto, um deslocamento desta população significará um período de territorialização do novo espaço,



onde cada indivíduo terá que se apropriar (cultural e simbolicamente) do espaço, (re)significando sua identidade pessoal.

O processo de deslocamento compulsório, suas consequências e dificuldades, foi também analisados por Rebouças (2000, p. 14):

Essa gente, uma vez desapropriada e compulsoriamente deslocada, acaba sendo reassentada em lugares outros, distanciados das margens do rio, nas quais e para as quais havia configurado expressivo repertório de saberes técnicos e simbólicos para fazer frente às exigências de seu singular modo de vida material e espiritual. Impactada com as radicais mudanças havidas em suas tradicionais formas de existir, vê-se constringida a adaptar-se a ambientes novos, planejados por técnicos cuja ignorância acerca da cultura das populações rurais só é comparável à arrogância que manifestam no trato distanciado com os milhares de brasileiros afetados pelos empreendimentos hidrelétricos.

Na visão de Rebouças (2000), o deslocamento de populações ribeirinhas provoca um reordenamento territorial regional, configurando em uma nova situação a ser enfrentada por seus habitantes. Esses indivíduos vão precisar rever e reaprender a conviver e produzir em novo território desconhecido, abrindo mão de valores e conhecimento já aprendidos no outro espaço. Como falamos anteriormente, a maioria das populações ribeirinhas deslocadas são camponeses ou produtores rurais que têm na terra sua identidade, histórias de vida, sustento financeiro, conhecimentos técnicos e outros. Sendo assim, não podemos analisar o fenômeno apenas como uma alteração do espaço, mas sim temos que levar em consideração os aspectos simbólicos e subjetivos envolvidos em tais situações.

Segundo Rebouças (2000), a mudança incide sobre os modos de ocupação e apropriação do espaço, sobre o universo de práticas econômicas e sociais, os valores e representações vinculados ao ecossistema local, seu conhecimento acumulado sobre os usos materiais e simbólicos da natureza. Assim, um conjunto de fatores é influenciado com essa mudança de espaço que as populações enfrentam, passando por uma resignificação do indivíduo frente às novas situações vivenciadas.

Na realidade, segundo Rebouças (2000), além dos efeitos negativos causados pelo deslocamento compulsório da população, esse movimento cria, potencialmente, uma dinâmica de desestruturação-reestruturação da economia e da vida social dos indivíduos daquela região, criando nos indivíduos, desde o anúncio da implantação da usina, um clima de incertezas, instabilidades, expectativas e poucas informações a respeito do

futuro. Tudo isso complexifica a situação e faz com que o novo empreendimento, em geral, seja temido pela população local e tenha efeitos significativos no universo do grupo.

Segundo Rebouças (2000), um dos fenômenos decorrentes do modo como o deslocamento e o reassentamento ocorre é a dificuldade do restabelecimento das atividades produtivas em outro ambiente natural, levando, conseqüentemente, à total transformação do modo de vida tradicional destes grupos.

A população percebe a desestruturação do antigo território, das antigas referências e laços sociais e se vê obrigada a reestruturar seus significados no novo ambiente, alternado a constituição da identidade individual. Nesse foco, Bloemer (2001, p.103) aborda o conteúdo das perdas desse grupo de indivíduos:

Do mesmo modo, serão desfeitos laços de reciprocidade e solidariedade entre as famílias a serem deslocadas. O peso dessas perdas, além de estarem intimamente relacionado com as condições concretas de vida dos atingidos e com a dependência maior ou menor de recursos específicos da região, os espaços domésticos comunitários ocupados, evidentemente dependerá dos nexos com outros atores sociais, parte deles vinculados ao Estado, especialmente no que diz respeito às propostas de soluções para permitir o acesso à terra, à retomada do processo produtivo e do curso normal de suas vidas.

Segundo Bloemer (2001), a mudança para uma nova localidade traz em conjunto uma ruptura com a morfologia social do espaço doméstico em que os proprietários habitavam. O reassentamento estabelece, de forma compulsória, uma nova distribuição entre os espaços que compõem o cotidiano daquelas comunidades, resultando em novas apropriações e representações simbólicas.

Sob essa versão, nos propomos a compreender de que forma a mudança de território ou o deslocamento compulsório dessas populações ressignificou suas identidades, especialmente a partir da atuação dos movimentos sociais intermediando esse processo. Para entender mais sobre os papéis desses movimentos, faremos a discussão a seguir.

## 2.4 A CONSTITUIÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E SUA ATUAÇÃO COLETIVA

Como abordamos anteriormente, destacamos o papel dos movimentos sociais nas lutas que foram empreendidas juntamente com as populações ribeirinhas em diversas

localidades, tendo êxito na ampliação dos direitos e espaços dessas populações. Nesse sentido, procuramos compreender melhor de que formas as organizações e movimentos são constituídos e como eles fazem parte hoje das lutas sociais que se estabelecem no País.

Segundo Gohn (2011), quando falamos em aspectos conceituais relacionados aos movimentos sociais, devem ser destacadas as várias concepções e teorias a respeito desses movimentos, assim como também deve ser abordado que não existe uma uniformidade nos movimentos existentes, ou seja, cada um desses movimentos pode assumir uma forma peculiar e particular de atuação, estruturação, organização e ação.

Gohn (2011, p. 251) procura definir e reunir algumas características para os movimentos sociais, que são:

Movimentos sociais são ações sociopolíticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articuladas em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um campo político de força social na sociedade civil. As ações se estruturam a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em conflitos, litígios e disputas vivenciados pelo grupo na sociedade. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva para o movimento, a partir dos interesses em comum. Esta identidade é amalgamada pela força do princípio da solidariedade e construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo, em espaços coletivos não-institucionalizados. Os movimentos geram uma série de inovações nas esferas pública (estatal e não-estatal) e privada; participa direta ou indiretamente da luta política de um país, e contribuem para o desenvolvimento e a transformação da sociedade civil e política. Estas contribuições são observadas quando se realizam análises de períodos de média ou longa duração histórica, nos quais se observam ciclos de protestos delineados. Os movimentos participam, portanto, da mudança social histórica de um país e o caráter das transformações geradas poderá ser tanto progressista quanto conservador ou reacionário, dependendo das forças sociopolíticas a que estão articulados, em suas densas redes, e dos projetos políticos que constroem com suas ações. Eles têm como base de suporte entidades e organizações da sociedade civil e política, como agendas de atuação construídas ao redor de demandas socioeconômicas ou político-culturais que abrangem as problemáticas conflituosas da sociedade onde atuam.

Para ampliar a compreensão de como são conceituados pela literatura atual os movimentos sociais, também apresentamos a visão de Scherer-Warren (2011, p.57) que afirma:

Não há, todavia, um acordo sobre o conceito de movimento social. Para alguns, toda ação coletiva de caráter reivindicativo ou de protesto é movimento social, independente do alcance ou do significado político ou cultural. [...] No outro extremo, encontra-se o enfoque que considera movimento social apenas um número muito limitado de ações coletivas de conflito; aquelas que atuam na produção de uma sociedade ou seguem orientações globais tendo em vista a

passagem de um tipo de sociedade para outra. A referência teórica mais expressiva, neste caso, tem sido a de Touraine. Para o autor, movimentos sociais seriam aqueles que atuam no interior de um tipo de sociedade, lutando pela direção de seu modelo de investimento, de conhecimento ou cultural.

Gohn (2011) afirma que esses movimentos passaram por uma grande transformação ao longo dos anos 90, quando se notou uma modificação do perfil do militante e também das causas pertencentes a esses movimentos. Hoje, os movimentos apresentam suas questões de lutas mais voltadas à situação da exclusão social do que como era antigamente, na luta pelos direitos, por exemplo. As causas defendidas não são mais criadas e estabelecidas por ideologias, mas sim estão relacionadas como o mundo vivido pelas pessoas, criando movimentos coletivos para articular lutas relacionadas aos seus próprios projetos. Ou seja, hoje os movimentos estão mais vinculados a um agir coletivo, próprio desta época, do que na pressão ou em pseudonegociações como eram nos anos 70 e 80 no Brasil.

Conforme afirma Scherer-Warren (2011), a categoria do sujeito popular, para uns, e de ator social para outros, passa a substituir categoria de classe social, bem como a de movimento popular e/ou de movimento social substitui a de luta de classe, significando que, em lugar da tomada revolucionária do poder, poder-se ia pensar em transformações culturais e políticas substantivas a partir da cotidianidade dos atores envolvidos. Para a autora, a ideia diretriz dos novos movimentos sociais é de que eles almejam atuar no sentido de estabelecer um novo equilíbrio de forças entre Estado (aqui entendido como o campo da política institucional: do governo, dos partidos e dos aparelhos burocráticos de dominação) e sociedade civil (campo da organização social, que se realiza a partir das classes sociais ou de todas as outras espécies de agrupamentos sociais fora do Estado enquanto aparelho), bem como no interior da própria sociedade civil nas relações de força entre dominantes e dominados, entre subordinantes e subordinados.

Segundo Gohn (2011), há a necessidade de uma organização para que os movimentos sociais possam exercer suas ações coletivas gerindo recursos políticos, econômicos e sociais, muitas vezes inacessíveis para o indivíduo em ação solitária. Claro que apenas a existência de um movimento social organizado não confere uma ação social transformadora através de objetivos coletivos.

Carlos (2001) afirma que a estrutura organizacional de um movimento social é componente importante na análise da ação coletiva, mas não se pode restringir a análise do movimento à sua estrutura, pois diversos outros fatores competem para a atuação do movimento. Diversos atores, instituições, processos, espaços e temporalidades dos arranjos institucionais compõem as estruturas de ação dos movimentos sociais. A organização do movimento é um elemento no amplo e variado leque de formações, processos e agentes que constituem o movimento e (re)definem sua fronteira.

Gohn (2011) propõe a análise da estrutura destes movimentos organizacionais através de algumas categorias, sendo elas:

- a) Demandas e os repertórios da ação coletiva: verificar qual a necessidade para se que haja uma demanda de luta; esta necessidade pode ser material ou simbólica. O triunfo da maioria das lutas, geralmente, é a obtenção de leis que demarquem ou redefinem relações sociais existentes ou a obtenção do bem demandado, na sua totalidade ou não.
- b) Composição: a origem social (classes e camadas) dos participantes ou do princípio articulatório que os aglutina.
- c) O princípio articulatório interno: refere-se às bases demandatárias, às lideranças e às assessorias. As relações que se estabelecem entre estas três estruturas vai constituir o princípio articulatório interno.
- d) Força social: análise do cenário político mais amplo em que o movimento se desenrola e da análise de suas redes e articulações, a relação do movimento com diferentes atores sociais e a contribuição deste movimento para mudanças sociais.
- e) Ideologia: conjunto de crenças, valores e ideais que fundamentam suas reivindicações. As ideologias são marcos referenciais estratégicos, fundamentais para criar a identidade do movimento e é captada por meio da análise dos discursos e mensagens dos líderes e de toda a produção material e simbólica dos movimentos.
- f) Cultura política: ela se constrói a partir das experiências vivenciadas pelo cotidiano do movimento, sendo que o conjunto de práticas sociais,

informadas pela ideologia e representações, configuradas pelo seu projeto do movimento, gera sua cultura política.

- g) Organização: no início do movimento é informal e com o desenvolvimento das atividades passa-se à necessidade de formalização do movimento, estabelecimento de funções, divisão de tarefas, cargos, tempo de mandato etc.
- h) Práticas: conjunto de ações diretas e discursos, podendo ser mais ou menos organizadas.
- i) Projeto sociopolítico ou cultural: paradigma ideológico ou projeto construído fora do movimento que alimenta a sua atuação, formando a base de conduta e ações do movimento.
- j) Identidade: decorre de seus projetos e é a representação que o movimento gera ou constrói para si mesmo ou para os outros. É o somatório das práticas a partir de um referencial contido nos projetos.
- k) Opositores: sujeitos que detêm o poder sobre o bem demandado, nem sempre antagônicos aos movimentos.

Rezende (*apud* SCHERER-WARREN, 2011) aborda que os movimentos sociais não podem ser pensados, apenas, como meros resultados da luta por melhores condições de vida, produzidos pela necessidade de aumentar o consumo coletivo de bens e serviços. Os movimentos sociais devem ser vistos, também (e neles, é claro, os seus agentes), como produtores da história, como forças instituintes que, além de questionar o Estado autoritário e capitalista, questionam, como sua prática, a própria centralização/burocratização tão presentes nos partidos políticos.

Scherer-Warren (2011) traz também essa questão relacionada às transformações dos movimentos sociais durante as últimas décadas no Brasil, denominando de novos movimentos sociais essas novas formas de organização coletiva na luta de direitos, como é o caso do Movimento das Barragens que se iniciou em nos anos 70 com a construção da usina Sobradinho, no Nordeste, e também no Paraná com a construção da Itaipu Binacional. Para a autora, a grande diferença desses novos movimentos consiste nas

formas de organização e no encaminhamento de suas lutas, com a valorização da participação popular nas bases do movimento.

Para que se estabeleça um movimento social, segundo Scherer-Warren (2011), primeiramente é necessário o reconhecimento coletivo de um direito que por outro lado se relaciona com alguma dimensão da dignidade humana, ou seja, o participante de um movimento social deve ter a consciência não só do direito, mas também do direito e do dever de lutar por esse direito e construir seu próprio destino, através da sua luta e atuação, formando assim uma identidade social e política.

A autora Scherer-Warren (2011) faz uma avaliação dos movimentos sociais propondo alguns níveis de atuação e abrangência da organização e da luta empreendida, são eles:

1. *Primeiro Nível: Associativismo local*, como as associações civis, os movimentos comunitários e sujeitos sociais envolvidos com causas sociais ou culturais do cotidiano, ou voltados a essas bases, como são algumas Organizações Não-Governamentais (ONG's), o terceiro setor. Essas forças associativistas são expressões locais e/ou comunitárias da sociedade civil organizada. Exemplos: movimentos de sem terra, sem-teto, piqueteiros, empreendimentos solidários e associações de bairro.
2. *Segundo nível: Articulação interorganizacionais*, dentre as quais se destacam os fóruns da sociedade civil, as associações nacionais de ONG's e as redes de redes, que buscam se relacionar entre si para o empoderamento da sociedade civil, representando organizações e movimentos do associativismo local. É através dessas formas de mediação que se dá a interlocução e as parcerias mais institucionalizadas entre a sociedade civil e o Estado.
3. *Terceiro nível: Mobilizações na esfera pública* é fruto da articulação de atores dos movimentos sociais localizados, das ONG's, dos fóruns e redes de redes, mas buscam transcendê-los por meio de grandes manifestações na praça pública, incluindo a participação de simpatizantes, com a finalidade de produzir visibilidade através da mídia e efeitos simbólicos para os próprios manifestantes (no sentido político-

pedagógico) e para a sociedade em geral, como uma forma de pressão política das mais expressivas no espaço público contemporâneo. Exemplos: Marcha Nacional pela Reforma Agrária, o Grito dos Excluídos e o próprio MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra).

4. *Quarto nível: Rede de movimento social.* Esta pressupõe a identificação de sujeitos coletivos em torno de valores, objetivos ou projetos em comum, os quais definem os atores ou situações sistêmicas antagônicas que devem ser combatidas e transformadas. O movimento social, em sentido mais amplo, se constitui em torno de uma identidade ou identificação, da definição de adversários ou opositores e de um projeto ou utopia, num contínuo processo em construção e resulta das múltiplas articulações acima mencionadas. A ideia de *rede de movimento social* é, portanto, um conceito de referência que busca apreender o porvir ou o rumo das ações de movimento, transcendendo as experiências empíricas, concretas, datadas, localizadas dos sujeitos/atores coletivos.

Nessa divisão, Scherer-Warren (2011), tenta demonstrar de que forma que os movimentos sociais hoje estão articulados na busca de seus direitos e mostra que as organizações locais também estão buscando se organizar nacionalmente, inclusive participando de redes transnacionais de movimentos (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, Movimento Indígena, Movimento Negro) ou através de articulações interorganizacionais.

Na visão da autora, as lutas pela redefinição da cidadania (num sentido mais pleno: econômico, político e social), a deslegitimação de decisões tomadas autoritariamente pelo Estado, o fortalecimento das relações comunitárias em seu sentido político, a forma de agir pela resistência ativa não violenta, a tentativa de democratização das práticas cotidianas e a busca de autonomias relativas são espaços que os novos movimentos sociais estão abrindo para a construção de uma sociedade mais democrática.

Segundo Rebouças (2000), a despeito da diversidade de dinâmicas dos movimentos contra barragens que eclodiram em diferentes regiões brasileiras, pode-se reconhecer a conquista de importantes espaços políticos na relação do setor elétrico com as comunidades ribeirinhas, traçando uma história que partiu da total exclusão desses



grupos até a sua participação na mesa de decisões sobre referidos projetos. Assim, vemos que os movimentos sociais representam papéis significativos na criação de políticas públicas e na luta por seus direitos, mas por outro lado, elas acabam influenciando a forma como os indivíduos vivenciam o momento de grande mudança, tendo implicações, inclusive, em seu processo identitário.

Para Scherer-Warren (2011), a organização coletiva através dos movimentos sociais, resultantes dos movimentos de resistência à construção de tais obras, pode trazer reflexos positivos na reestruturação de espaços sociais decorrentes do processo migratório.

Sob esse enfoque, Bermann (2003) aborda que as criações de diversos movimentos sociais contribuíram para ampliar estas discussões e avançar as pequenas conquistas que as populações atingidas tiveram relacionados aos empreendimentos hidrelétricos. Historicamente, podemos citar a obra da usina hidrelétrica de Itaipu, com mais de quarenta mil pessoas atingidas, e a criação do MASTRO – Movimento dos Agricultores Sem Terras do Oeste Paranaense, no final dos anos setenta, que representou a gênese desse processo, ampliado, na mesma época pela criação, na região fronteira entre o Rio Grande do Sul e Santa Catarina, da CRAB - Comissão Regional de Atingidos pelas Barragens do Rio Uruguai. A atuação do MAB – Movimento Nacional de Atingidos por Barragens, em anos mais recentes, evidencia que os problemas, as dívidas e os riscos de comprometimento ambiental apenas se ampliaram.

Segundo Reis (2001, p. 163), essas conquistas serviram para constatar que as lutas empreendidas pelos atingidos, ainda que cada um a seu modo, não foram em vão. Serviram, enfim, para fazer crer que é possível sonhar com conquistas sociais, ao reverter um jogo cujas regras iniciais apontavam para perdas e danos. Ou melhor, serviram para demonstrar que lutar e sonhar é preciso.

### 3 PERCURSO METODOLÓGICO

Qualquer pesquisa científica envolve o uso de um instrumental teórico-técnico que objetiva dar sustentação à investigação que se propõe a realizar, permitindo ao pesquisador definir uma linha de trabalho envolta no seu objetivo. Demo (1995, p. 59) define a questão da importância da metodologia em uma pesquisa, dizendo que ela “é condição necessária para a competência científica, porque poucas coisas cristalizam incompetência mais gritante do que a despreocupação metodológica”.

Minayo (2001) fala que a ciência é uma forma hegemônica de construção da realidade ocidental, um dos principais critérios da verdade hoje é a ciência. Assim, se temos por objetivo estudar a realidade e fenômenos sociais, como se propõe este estudo, há a necessidade de estabelecermos métodos e princípios que orientem o desenvolvimento do nosso trabalho e criem um roteiro para nos guiar no caminho da construção da realidade científica.

Por outro lado, para Demo (2000), o percurso metodológico utilizado não necessariamente é o caminho que nos levará à verdade, pois, em princípio, não temos condições de captar toda a realidade e sim, procuramos realizar um recorte dela, de forma bastante particular. O método nos fornecerá a ligação entre a teoria e o fenômeno que desejamos estudar.

Demo (2000) aborda que os fenômenos sociais são particularmente complexos, pois neles atuam diferentes variáveis, o que torna o seu estudo um grande desafio. Ao mesmo tempo, tentar reduzi-los, pode interferir na sua natural complexidade e dinâmica. Apesar da complexidade abordada, neste capítulo, apresentamos o percurso metodológico no qual este trabalho se baseou para chegar aos objetivos de pesquisa estabelecidos. Iniciamos apresentando as perguntas de pesquisa que orientaram nosso trabalho e, em seguida, os métodos e instrumentos de pesquisa que foram utilizados.

### 3.1 PERGUNTAS DE PESQUISA

Por se tratar de uma pesquisa qualitativa, temos perguntas de pesquisa e não hipóteses. Triviños (1987) afirma que, nos trabalhos qualitativos, as perguntas de pesquisa têm a função de orientar o trabalho do pesquisador em sua busca por respostas durante a investigação. Segundo Flick (2009), a reflexão e a reformulação das questões de pesquisa constituem pontos centrais de referência para a avaliação da apropriabilidade das decisões tomadas pelo pesquisador em vários momentos, tornado-se relevante na decisão sobre os métodos para a coleta de dados, a conceitualização da interpretação, ou seja, do método empregado e do material utilizado.

Outro ponto importante para a definição das perguntas da pesquisa, conforme aborda Flick (2009), são os critérios essenciais para a avaliação de questões de pesquisa, que abrangem sua solidez e clareza, e também a possibilidade de respondê-las dentro da estrutura de recursos determinados e limitados. Dessa forma, este trabalho procurou responder às seguintes perguntas:

1. Em que contexto histórico, econômico e social se deu a implantação da usina hidrelétrica de Salto Caxias?
2. Qual o papel dos movimentos sociais envolvidos durante o período de construção da usina de Salto Caxias?
3. Como ocorreu o processo de transformação da identidade dos ribeirinhos que sofreram com o deslocamento compulsório?
4. Como os movimentos sociais envolvidos na implantação da usina de Salto Caxias influenciaram as transformações nas identidades e no universo simbólico dos ribeirinhos atingidos?

### 3.2 NATUREZA DA PESQUISA

A presente pesquisa é considerada qualitativa, pois pretende compreender fenômenos de ordem subjetiva, buscando sua compreensão. Para Minayo (2001), a pesquisa qualitativa é a que consegue transcrever o dinamismo da vida social e coletiva e seus significados, que são seu próprio fundamento, afinal, sem interpretação e

significado, não há ação social. Assim, como o objetivo da pesquisa qualitativa está relacionado a significados, sua validade não está em números ou estatísticas, mas na descrição da realidade a partir do ponto de vista dos que a vivenciam.

Para Godoi e Balsini (2006, p.91), na pesquisa qualitativa, “não se buscam regularidades, mas a compreensão dos agentes, daquilo que os levou singularmente a agir e como agiram”. A ênfase deste tipo de pesquisa está na compreensão dos fenômenos nos meios sociais. Para isso, conforme afirma Creswell (2007, p.202), a pesquisa deve ter relatos em palavras (não apenas em números) e ter seu foco na percepção, nas experiências e no modo como os participantes da pesquisa entendem a sua vida.

Triviños (1987) considera algumas características que definem a pesquisa qualitativa:

1. A pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como fonte direta dos dados e o pesquisador como instrumento-chave.
2. A pesquisa qualitativa é descritiva: a interpretação dos resultados surge como a totalidade de uma especulação que tem como base a percepção de um fenômeno em um contexto.
3. Os pesquisadores qualitativos estão preocupados com o processo e não simplesmente com os resultados e o produto: a preocupação maior consiste na descrição e compreensão do processo do fenômeno, entrando em sua estrutura íntima, latente, inclusive não visível ou observável à simples observação ou reflexão, para descobrir relações e avançar em aspectos do conhecimento.
4. Os pesquisadores qualitativos tendem a analisar seus dados indutivamente: o fenômeno é explicado num processo dialético indutivo-dedutivo, compreendido em sua totalidade. O fenômeno tem sua própria realidade fora da consciência, ele é real, concreto e, como tal, é estudado. Isso significa enfocá-lo indutivamente.
5. O significado é a preocupação essencial na abordagem qualitativa: uma das grandes postulações da pesquisa qualitativa é a de sua atenção preferencial

pelos pressupostos que servem de fundamento à vida das pessoas. Na busca do que estão muitas vezes invisíveis, os pesquisadores procuram detectar os significados que as pessoas dão aos fenômenos.

Assim, para o objeto de estudo que se pretendeu analisar, a pesquisa qualitativa é mais adequada, tendo em vista a necessidade de compreensão de significados aos fenômenos sociais vivenciados pelos indivíduos atingidos por barragens.

### **3.2.1 Tipologia da pesquisa**

Com relação ao tipo de estudo desta investigação, podemos classificá-lo como pesquisa descritiva, tendo em vista, como mencionam Selltitz *et al.* (1967), que uma grande quantidade de pesquisa social se volta para a descrição das características de comunidades, ou seja, tentam descrever a estrutura da organização social da comunidade, ou dos principais padrões de comportamento. Como o objetivo é compreender as transformações identitárias nas comunidades ribeirinhas, a pesquisa descritiva é adequada.

Segundo Triviños (1987), a descrição dos fenômenos está impregnada de significados que o ambiente lhes outorga, e como aqueles são produtos de uma visão subjetiva, rejeita toda expressão quantitativa, numérica, toda medida. Os resultados de uma pesquisa descritiva são expressos em retratos ou descrições, em narrativas, ilustradas com declarações de pessoas para dar o fundamento concreto necessário. Esse tipo de descrição pode estar acompanhado de documentos, fragmentos de entrevista etc.

O foco essencial é compreender a comunidade, através dos seus indivíduos, os traços característicos, os problemas vivenciados pelos indivíduos e os valores que permeiam suas realidades.

Segundo Selltitz *et al.* (1967), os processos a serem usados num estudo descritivo devem ser cuidadosamente planejados. Como o objetivo é conseguir informação completa e detalhada, o plano de pesquisa precisa prever muito maior cuidado com o viés do que os estudos exploratórios.

Esta pesquisa também é seccional com perspectiva longitudinal, tendo em vista que o objetivo se concentra na compreensão do fenômeno no qual a coleta de dados é feita em um determinado momento, mas resgata dados e informações de outros períodos passados. Vieira (2006, p. 21) descreve que o foco está no fenômeno e na forma como se caracteriza no momento da coleta, e os dados resgatados do passado são utilizados para explicar a configuração atual do fenômeno.

No estudo proposto, esse momento histórico está relacionado com o deslocamento compulsório das populações ribeirinhas a partir da implantação de um projeto hidrelétrico. Através da narrativa desses sujeitos, podemos perceber os significados e percepções das vivências do momento crítico vivenciado por eles.

### 3.3 DADOS: INSTRUMENTOS DE COLETA, PARTICIPANTES E *LOCUS* DA PESQUISA

Segundo Selltiz *et al.* (1967), a etapa da criação de processos de coletas de dados é um dos pontos principais em que se introduzem medidas para impedir o viés e a imprecisão. Nessa perspectiva, é importante estudar e escolher as melhores técnicas para que a coleta de dados seja mais satisfatória aos objetivos do trabalho.

Esta pesquisa foi realizada na área da usina hidrelétrica Governador José Richa, também chamada de usina hidrelétrica de Salto Caxias. Citada usina foi construída sobre o trecho final do rio Iguaçu, entre os municípios de Capitão Leônidas Marques e Nova Prata do Iguaçu. Sua inauguração foi feita em 26 de março de 1999, possuindo uma capacidade de 1240 MW de potência instalada, capaz de abastecer 4 milhões de habitantes (COPEL, 2008).

Segundo a própria operadora do empreendimento, a hidrelétrica de Salto Caxias foi a primeira a atender integralmente a legislação ambiental, cumprindo com todas as indenizações antes do início da construção da hidrelétrica, entre outras ações. Esse fato torna referida usina especialmente importante para este estudo relacionado ao processo de transformações da identidade dos ribeirinhos que foram deslocados compulsoriamente. Assim, temos condições de analisar um caso que reúne um discurso

oficial de excelentes características legais e abordar se, mesmo dentro dessas condições, quais foram as influências identitárias na vida dos ribeirinhos atingidos.

Conforme abordam Selltiz *et al.* (1967), os estudos descritivos não se limitam a apenas um método de coleta de dados, podem ser empregados qualquer um ou todos os métodos. Assim, para chegarmos ao nosso objetivo geral, elaboramos a delimitação das técnicas e dos instrumentos que orientaram a coleta e a interpretação dos dados.

Para a consecução dos objetivos apresentados neste trabalho, utilizamos instrumentos de coleta de dados para cada tipo de etapa, conforme apresentamos no Quadro 4 a seguir:

<b>Objetivo</b>	<b>Instrumento de Coleta</b>	<b>Fontes</b>
Apresentar fatores históricos, econômicos e sociais relacionados com a construção da usina hidrelétrica de Salto Caxias, buscando compreender os componentes estruturais e o contexto dessa instalação.	Pesquisa documental	Jornais, documentos oficiais, decretos, estudos ambientais, teses, dissertações, artigos científicos.
Identificar papéis, formas de atuação e ações locais dos movimentos sociais envolvidos na implantação da usina hidrelétrica de Salto Caxias	a. Pesquisa documental b. Entrevistas semiestruturadas com representantes das organizações envolvidas no processo, procurando identificar as formas de atuação e ações locais dos movimentos sociais.	a. Jornais, documentos oficiais, decretos, estudos ambientais, teses, dissertações, artigos científicos. b. Depoimentos dos representantes das organizações relacionadas ao processo de implantação da Usina.
Descrever as transformações na identidade dos ribeirinhos que sofreram o deslocamento compulsório sofrido.	Entrevista de história oral com os ribeirinhos	Depoimentos dos indivíduos deslocados compulsoriamente pela construção da UHE Salto Caxias.
Desvelar a influência dos movimentos sociais na transformação da identidade dos ribeirinhos compulsoriamente deslocados.	a. Pesquisa documental b. Entrevistas semiestruturadas com representantes das organizações envolvidas no processo, procurando identificar as formas de atuação e ações locais dos movimentos sociais. c. Entrevistas de história oral com os ribeirinhos.	a. Todos os documentos pesquisados. b. Depoimentos dos representantes das organizações relacionadas ao processo de implantação da Usina. c. Depoimentos dos sujeitos deslocados compulsoriamente.

**Quadro 4** – Síntese dos instrumentos de coleta de dados utilizados na dissertação

De acordo com Triviños (1987), a coleta e a compreensão dos dados são de vital importância para a pesquisa qualitativa, devido à necessidade de aprofundamento que existe nesse tipo de estudo. Assim, procuramos definir de maneira mais adequada os instrumentos que utilizamos para atingirmos os objetivos estabelecidos dentro desta dissertação.

### **3.3.1 Pesquisa documental**

Para a realização de parte da pesquisa, fizemos uma busca documental procurando levantar dados históricos, sociais e econômicos relacionados à implantação da usina hidrelétrica de Salto Caxias. Segundo May (2004, p.208), os documentos, tidos como a sedimentação das práticas sociais, têm o potencial de informar e estruturar as decisões que as pessoas tomam diariamente e em longo prazo, eles também consistem em leituras particulares dos eventos sociais.

A partir desses documentos, pretendeu-se levantar dados que contextualizassem a problemática estudada, visando uma melhor compreensão do fenômeno de ressignificação das identidades das populações deslocadas. Os documentos pesquisados foram: Ata de Reunião da CRABI, Relatório da Companhia Paranaense de Energia – COPEL – Projeto de Reassentamento Salto Caxias (1995), Ata de Reunião da COPEL com a população (Audiência Pública), Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) – Salto Caxias/PR (1993), jornais da época da construção, expostos no escritório da COPEL em Capitão Leônidas Marques.

Os documentos refletem a realidade e o contexto retratado em um determinado momento sócio-histórico. Através desta pesquisa documental, foi possível encontrar uma descrição e dados dos eventos que ocorreram no passado, com a visão e avaliação das circunstâncias naquele período.



### 3.3.2 Entrevistas semiestruturadas

De acordo com o segundo objetivo da pesquisa, fizemos uso de entrevistas buscando a coleta de dados com os representantes de organizações e órgãos públicos tentando avaliar qual foi participação dos movimentos sociais no processo de construção da hidrelétrica, tentando compreender como é a percepção dos diferentes agentes envolvidos nesse empreendimento e a participação dos movimentos sociais na reconfiguração das identidades dos ribeirinhos.

Segundo Minayo (2001), o que torna a entrevista um instrumento privilegiado de coleta de dados é a possibilidade da fala revelar condições estruturais, de sistemas de valores, normas e símbolos, transmitirem as representações de grupos determinados de condições específicas, através de um porta-voz. Na entrevista, temos condições de interagir com o entrevistado, podendo captar melhor suas respostas e suas reflexões. O que temos em uma entrevista é a situação em que o pesquisador é quem dirige, controla e orienta o processo, mesmo em entrevistas consideradas abertas, criando uma atitude desigual frente ao entrevistado (MINAYO, 2001).

Para Roesch (2006), em entrevistas semiestruturadas utilizam-se de questões abertas, que permitem ao entrevistador entender e captar a perspectiva dos participantes da pesquisa. Dessa forma, o pesquisador não está pré-determinando sua perspectiva através de uma seleção prévia de categorias de questões, como no caso de quem utiliza o método quantitativo.

Assim, a entrevista semiestruturada se enquadra melhor nos objetivos de pesquisa deste trabalho, tendo em vista a necessidade de compreensão das mudanças de identidade dos sujeitos, fenômeno essencialmente subjetivo, buscado a partir do discurso e da percepção do indivíduo. É importante deixarmos os sujeitos falarem livremente suas experiências, para que possamos captar as informações que são importantes do ponto de vista das interpretações e significados dos fenômenos vivenciados.

Neste sentido, entrevistamos sujeitos que se relacionaram com a construção do empreendimento para avaliar as percepções a respeito dos movimentos sociais, das populações ribeirinhas e do resultado na construção da hidrelétrica para os municípios. Assim, entrevistamos o representante da COPEL na cidade de Capitão Leônidas

Marques, sede da hidrelétrica, o prefeito da cidade de Capitão Leônidas Marques no período da implantação da hidrelétrica e o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais da região, que originou a criação da CRABI, nos municípios atingidos. Não conseguimos encontrar para entrevistas o coordenador da CRABI da época das negociações com a COPEL. No entanto, as entrevistas com estes representantes, complementadas pelas narrativas dos ribeirinhos preencheram essa lacuna, uma vez que muitos deles tiveram participação ativa na CRABI.

### **3.3.3 Entrevistas de história oral**

Para contemplarmos o terceiro objetivo, utilizamos com os ribeirinhos uma aproximação com a história oral, levando em consideração a perspectiva de compreender historicamente o processo de implantação da usina hidrelétrica dentro do contexto de vida. Alberti (2008, p.18) define história oral como um tipo “de pesquisa (histórica, antropológica, sociológica etc.) que privilegia a realização de entrevistas com pessoas que participaram de, ou testemunharam, acontecimentos, conjunturas, visões de mundo, como forma de se aproximar do objeto de estudo”.

Segundo Alberti (2008), a história oral pode ser empregada em diversas disciplinas das ciências humanas e tem relação estreita com categorias como biografia, tradição oral, memória, linguagem falada, métodos qualitativos etc. Dependendo da orientação do trabalho, pode ser definida como método de investigação científica, como fonte de pesquisa, ou ainda como técnica de produção e tratamento de depoimentos gravado.

Com a história oral, temos o objetivo de ampliar o conhecimento e conjecturas do passado através do estudo aprofundado de experiências e versões particulares; de procurar compreender a sociedade através do indivíduo que nela viveu; de estabelecer relações entre o geral e o particular através da análise comparativa de diferentes testemunhos, e de tomar as formas como o passado é apreendido e interpretado por indivíduos e grupos como dado objetivo para compreender suas ações.

Para Alberti (2008, p.24) podemos compreender a entrevista de história oral:

[...] deve ser considerada em função das condições de sua produção: trata-se de um diálogo entre entrevistado e entrevistadores, de uma construção e

interpretação do passado atualizada através da linguagem falada. Nesse sentido, é sua característica se desenvolver em meio a recuos e evocações paralelas, repetições e desvios e interrupções, que lhe conferem um potencial de análise em grande parte diverso daquele de um documento escrito.

Levando em consideração nossos objetivos nesta pesquisa, os ribeirinhos vivenciaram o processo da construção da hidrelétrica e, através desse tipo de relato, temos como compreender melhor de que forma eles perceberam e interpretaram os fatos, para nos aproximarmos do fenômeno que pretendemos estudar. Através da história oral, buscamos reconstruir os eventos que ocorreram, e a memória dos indivíduos que passaram por esses fatos ajudam a recompor a experiência. Assim, tivemos condições de perceber crenças e interpretações dos indivíduos sobre as experiências que eles vivenciaram. Alberti (2008, p.19). comenta que a história oral aborda essas questões, “[...] deslocando o objeto documentado: não mais o passado ‘tal como efetivamente ocorreu’, e sim as formas como foi e é apreendido e interpretado”

Além disso, para Ichikawa e Santos (2006, p. 191), o pesquisador que trabalha com história oral, muitas vezes se apoia na tradição, nas ideias, nos valores que estão nele mesmo. Nos trabalhos de pesquisa fundamentados em narrativas históricas, o pesquisador é levado, então, “a afastar-se de interpretações fundadas na rígida separação entre sujeito e objeto de pesquisa e buscar caminhos alternativos de interpretação”.

Uma das preocupações em qualquer tipo de pesquisa diz respeito ao número de entrevistados para que a amostra possa ser considerada representativa. No caso da história oral, conforme apresenta Alberti (2008, p.35), o número de entrevistados pode até se restringir a uma única pessoa, se seu depoimento estiver sendo tomado como contraponto e complemento de outras fontes e for suficientemente significativo para figurar como investimento da história oral isolado no conjunto da pesquisa. É somente durante o trabalho de produção das entrevistas que o número de entrevistados necessários começa a descortinar com maior clareza, pois é conhecendo e produzindo as fontes de sua investigação que os pesquisadores adquirem experiências e capacidade para avaliar o grau de adequação do material já obtido aos objetivos de pesquisa. Quanto ao número de entrevistados nesta pesquisa, mais detalhes serão apresentados no próximo tópico.

No que tange o estudo da história oral, podemos estabelecer dois tipos de entrevistas, a saber: entrevistas temáticas ou entrevistas de história de vida. Alberti (2008, p.37) enumera que as entrevistas temáticas são aquelas que versam prioritariamente sobre a participação do entrevistado no tema escolhido, enquanto as de história de vida têm como centro de interesse o próprio indivíduo na história, incluindo sua trajetória, desde a infância até o momento em que fala, passando pelos diversos acontecimentos e conjecturas que presenciou. A escolha de entrevistas temáticas é adequada para o caso de temas que têm estatuto relativamente definido, na trajetória de vida dos depoentes, como, por exemplo, um período determinado cronologicamente, uma função desempenhada ou o envolvimento e a experiência em acontecimentos ou conjecturas específicos.

Para a realização desta pesquisa e seus objetivos, foi utilizada a entrevista temática, tendo em vista o interesse específico em recuperar as informações que os indivíduos apresentavam sobre a vivência e experiência na participação do deslocamento compulsório, em função da construção da usina hidrelétrica de Salto Caxias. Nesse enfoque, a entrevista temática foi mais adequada ao objetivo da pesquisa.

### **3.3.4 Escolha dos participantes das entrevistas**

Segundo Selltiz *et al.* (1967), em muitos estudos descritivos – embora, certamente não em todos – o pesquisador deseja ser capaz de fazer afirmações a respeito de certo grupo definido de pessoas ou objetos. Raramente, é necessário estudar todas as pessoas de um grupo a fim de conseguir uma descrição exata e precisa das atitudes e do comportamento de seus membros. Assim, procedemos a investigação com um grupo de ribeirinhos, deslocados com a implantação da Usina Hidrelétrica de Salto Caxias, conforme descrito no Quadro 4.

Para Alberti (2008, p.31), a escolha dos entrevistados é, em primeiro lugar, guiada pelos objetivos da pesquisa, ou seja, deve ser estabelecida uma relação da qualidade das informações que será possível acessarem, a partir dos entrevistados selecionados:

A escolha dos entrevistados não deve ser predominantemente orientada por critérios quantitativos, por uma preocupação com amostragens, e sim a partir da

posição do entrevistado no grupo, do significado da sua experiência. Assim, em primeiro lugar, convém, selecionar entrevistados entre aqueles que participaram, viveram, presenciaram ou se inteiraram de ocorrências ou situações ligadas ao tema e que possam fornecer depoimentos significativos. O processo de seleção de entrevistados em uma pesquisa de história oral se aproxima, assim, da escolha de “informantes” em antropologia, tomados não como unidades estatísticas, e sim como unidades qualitativas – em função da relação com o tema estudado – seu papel estratégico, sua posição do grupo, etc. Escolher essas unidades qualitativas entre os integrantes de uma determinada categoria de pessoas requer um conhecimento prévio do objeto de estudo.

Por esse prisma, na história oral que utilizamos nesta pesquisa procuramos os entrevistados, dentre os ribeirinhos que vivenciaram o processo de deslocamento compulsório para resgatar informações e impressões a respeito dos fatos vividos, buscando recompor o processo que esses indivíduos passaram, através da sua fala.

Os ribeirinhos entrevistados foram aqueles que foram reassentados pela COPEL na fazenda São Francisco de Assis (conhecida como Flamapec). No total entrevistamos doze sujeitos e no trabalho de análise aproveitamos oito, em função do teor, do conteúdo e da representatividade das falas destes ribeirinhos. Estes ribeirinhos foram escolhidos pela técnica de “bola de neve”, ou seja, a maioria foi indicada pelo participante com o qual fizemos a entrevista anterior. Assim, as histórias destes sujeitos foram se complementando, pois cada um trouxe para esta pesquisa algum enfoque especial, além das recorrências que foram identificadas na parte das análises das entrevistas.

Os nomes que utilizamos na análise deste trabalho são reais, entretanto para não identificá-los, vamos apresentá-los apenas pelos primeiros nomes de cada um. Escolhemos o reassentamento São Francisco de Assis, pois ele foi o principal reassentamento utilizado pela COPEL para os ribeirinhos que foram deslocados. Os demais sujeitos, principalmente aqueles que receberam indenização, são mais difíceis de serem encontrados, pois cada família foi para um caminho diferente, muitas vezes complicado de ser rastreado. No reassentamento Flamapec acabamos encontrando os que se envolveram diretamente com os movimentos sociais para a garantia dos direitos da população e estes acabaram sendo importantes para os objetivos da pesquisa.

### 3.3.4.1 Roteiros das entrevistas

Para as entrevistas semiestruturadas utilizamos o seguinte roteiro:

Para os representantes das organizações:

1. Como ocorreu o processo de construção da hidrelétrica de Salto Caxias?
2. Quais as principais mudanças percebidas na região, a partir da construção do empreendimento?
3. Como se deu a participação da sua organização nesse processo?
4. Qual a plataforma de trabalho do seu movimento para as populações locais deslocadas compulsoriamente? Existe algum projeto relacionado a eles?

Segundo Alberti (2008), para a história oral o roteiro de entrevistas deve ser elaborado com base no projeto e na pesquisa sobre o tema. Sua função é dupla: promove a síntese das questões levantadas durante a pesquisa em fontes primárias e secundárias e constitui instrumento fundamental para orientar as atividades subsequentes, especialmente a elaboração de roteiros individuais. Para a realização da entrevista temática de história oral, utilizamos o seguinte roteiro:

Para os ribeirinhos:

1. Fale sobre sua vida.
2. Quais as principais mudanças percebidas a partir da construção deste empreendimento?
3. O que mudou na sua vida depois de vivenciar o deslocamento da sua casa, em função da construção da hidrelétrica?
4. Como você se sente hoje, frente a todas as vivências relacionadas à mudança compulsória de moradia?

## 3.4 ANÁLISE DOS DADOS

Para falar de análise e interpretação de dados em pesquisa qualitativa, Gomes (1993) aborda que a análise e a interpretação dentro de uma perspectiva de pesquisa qualitativa não terem como finalidade contar opiniões ou pessoas, tem seu foco na exploração do conjunto de opiniões e representações sociais sobre o tema que se

pretende investigar. Ou seja, tem-se interesse na dimensão sociocultural das opiniões e representações de um grupo que tem as mesmas características e costumam ter pontos em comum, ao mesmo tempo em que apresentam singularidades próprias da biografia de cada interlocutor. Assim, ao analisarmos e interpretarmos informações geradas por uma pesquisa qualitativa, devemos caminhar tanto na direção do que é homogêneo quanto no que se diferencia dentro de um mesmo meio social.

Neste trabalho, após realizarmos as entrevistas de história oral, passamos para a etapa da análise dos dados. Primeiramente, com os dados primários, procuramos descrever a narrativa de cada sujeito da pesquisa na tentativa de dar sentido individual à história dos sujeitos, pois assim pudemos recompor as vivências do passado e do presente do sujeito através da sua fala. Fizemos uma transcrição destas entrevistas e no trabalho aproveitamos os trechos de maior destaque para compor uma narrativa que individualmente fizesse sentido ao leitor. Assim, tivemos condições de compreender um pouco das vivências destes sujeitos durante todo o processo de deslocamento compulsório e a avaliação que ele faz até o presente momento deste contexto.

Posteriormente, identificamos alguns pontos que foram recorrentes na fala de diferentes sujeitos da pesquisa para compor uma análise destes principais itens, explorando as falas dos sujeitos e confrontando com o referencial teórico estudado. Da mesma forma, alguns pontos considerados relevantes, mesmo que não tivessem recorrências nas falas, foram analisados procurando ampliar a compreensão da temática e os objetivos previstos nesta pesquisa.

Por fim, a temática da participação dos movimentos sociais no contexto da construção da hidrelétrica de Salto Caxias foi analisada separadamente em função da ênfase dada nas narrativas dos sujeitos e também pelo interesse desta pesquisa em aprofundar este tema. Assim, reunimos, além das falas dos sujeitos da pesquisa, entrevistas com representantes de organizações importantes, conforme já explicado, para ver a percepção destes indivíduos da participação dos movimentos sociais em todo desenvolvimento e construção da hidrelétrica e, principalmente, a participação dos ribeirinhos nestes movimentos e de que forma esta participação teve influência na ressignificação das identidades.

Os dados secundários acessados auxiliaram na compreensão de fatores macros e objetivos da região de Salto Caxias, sua economia e sociedade, o processo de construção da hidrelétrica e outras temáticas que foram sendo descobertas no desenvolvimento do trabalho e precisavam ser consideradas no contexto geral. Assim, eles também forneceram informações que foram confrontados com os dados primários, buscando um aprofundamento e entendimento da temática proposta. Desta forma, juntamente com o referencial teórico e com as histórias dos ribeirinhos, sua interpretação auxiliou na construção do cenário de estudo proposto por esta dissertação.



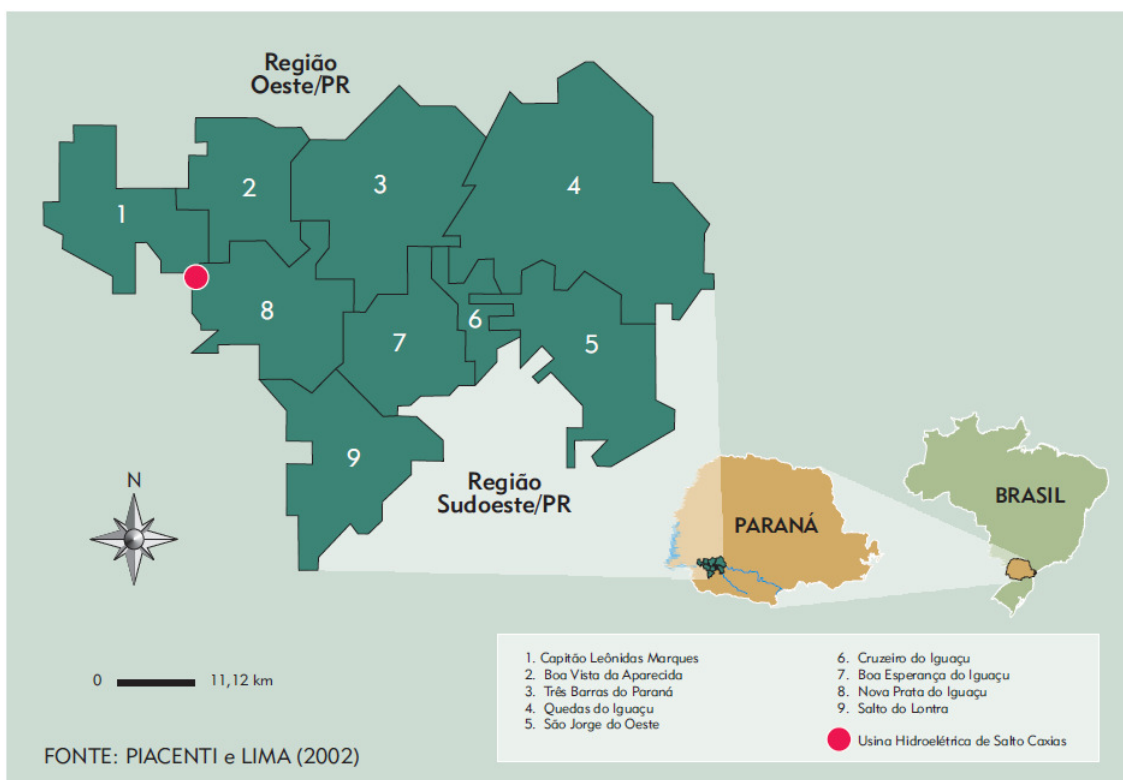
## **4 A USINA HIDRELÉTRICA SALTO CAXIAS: CONSIDERAÇÕES SOBRE SUA HISTÓRIA, CONSTRUÇÃO E A LUTA DOS RIBEIRINHOS**

Neste capítulo, faremos uma exposição da pesquisa bibliográfica e documental realizada neste trabalho com o objetivo de contextualizar a instalação da Usina de Salto Caxias, desde seus aspectos regionais, históricos e econômicos até chegarmos à repercussão da construção nas populações ribeirinhas.

Iniciamos fazendo uma contextualização da usina, dados de funcionamento, área de abrangência; posteriormente faremos uma apresentação da região de Salto Caxias e como pode ser avaliado o desenvolvimento econômico e social da região antes e depois. Após isso, procuramos delimitar os movimentos sociais que estão envolvidos com o processo de instalação da usina, tendo por objetivo evidenciar seus papéis e formas de atuação. Finalmente, apresentamos uma explanação sobre como foi o tratamento da população ribeirinha que foi deslocada a partir da construção da usina e a história de luta empreendida pela população com a notícia de construção da hidrelétrica.

### **4.1 CARACTERIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO DA REGIÃO DE SALTO CAXIAS**

A região de Salto Caxias encontra-se no oeste e sudoeste do Paraná e é formada por nove municípios, conforme apresentado na Figura 1. Ao norte, na margem direita, estão localizados os municípios pertencentes à região oeste do Paraná, a saber: Boa Vista da Aparecida, Capitão Leônidas Marques, Três Barras do Paraná e Quedas do Iguaçu. Na margem esquerda, têm-se os municípios pertencentes à região sudoeste: Boa Esperança do Iguaçu, Cruzeiro do Iguaçu, Nova Prata do Iguaçu, Salto do Lontra e São Jorge do Oeste.



**Figura 1** - Mapa da Região de Salto Caxias  
Fonte: Piacenti e Lima (2002)

A colonização dessa região foi feita basicamente por colonos vindos do sul do Brasil, marcado por conflitos e predominância da mestiçagem. Em função de ser uma região de fronteira, o governo federal criou a Colônia Agrícola Nacional General Osório (Cango), compreendendo uma faixa de 60 km da fronteira. Essa instalação contribuiu para a ocupação da região sudoeste do Paraná nos anos de 1970.

Antes disso, no governo de Getúlio Vargas, começa uma campanha para a colonização e aumento das fronteiras agrícolas do País, chamado “Marcha para o Oeste”, buscando ampliar as áreas de agricultura, trazendo força de trabalho para essas regiões. Com isso, o objetivo era o de ampliar a agricultura extensiva em regiões de terra fértil, uma vez que as regiões urbanas cresciam e necessitavam do aumento da produção de alimentos no País. Com a campanha, Vargas pretendia preencher vazios demográficos que existiam na região oeste do Brasil, principalmente por serem áreas de fronteiras de países como a Argentina e o Paraguai (GOMES, 1987).

Segundo Gomes (1987), nesse movimento, o governo Vargas cria, em 1943, a Colônia Agrícola Nacional General Osório – Cango, que tinha o objetivo de ocupar uma

extensão de terras de 60 quilômetros de fronteira, dos estados de Santa Catarina e Paraná. Ao chegar à Cango, o agricultor recebia de 10 a 20 alqueires de terra, casa, ferramentas, sementes, assistência dentária e médico-hospitalar. Assim, em poucos anos essas áreas territoriais cresceram e receberam um grande contingente populacional. A Cango era a principal instituição da região, sendo responsável pela renda da maior parte do povoado que ali residia.

O único item que a Cango não oferecia para as pessoas que decidiram se fixar na região, segundo Gomes (1987), era a documentação definitiva das terras em que eles estabeleceram suas plantações. Isso fez com que se gerasse uma série de conflitos e problemas entre os moradores e os reais proprietários das terras. Esse conflito eclodiu no dia 10 de outubro de 1957, e ficou conhecido como a Revolta dos Posseiros, movimento no qual aqueles que estavam de posse das terras reivindicavam seus direitos de propriedade. Nessa época, o levante foi amplamente divulgado pela imprensa nacional e ficou conhecido como a Revolta de 57. Em 11 de outubro de 1957, a população conseguiu expulsar a Clevelândia Industrial e Territorial Ltda., a Companhia Comercial Agrícola e a Companhia Apucarana, empresas do ramo imobiliário que exigiam e se declaravam os proprietários das terras utilizadas, e, após uma longa luta de confrontos físicos e judiciais, foi concedida a vitória aos posseiros, que tiveram suas terras reconhecidas.

Na visão de Battisti (2006), no sudoeste do Paraná, resolvidas as questões da posse da terra através de conflito aberto, inclusive armado, entre agricultores e empresas colonizadoras, iniciou-se o processo de modernização da agricultura que se constituiu, basicamente, na mudança da base tecnológica orientada pelo capital industrial. Este, a partir da cidade, absorve e recria o campo com outros significados, transformando a produção agrícola em um setor da produção industrial subordinada aos seus imperativos e submetida às suas exigências.

Para Santos (2008), a modernização tecnológica da agricultura no sudoeste do Paraná provoca alterações na sua configuração territorial e no ritmo das mudanças. Possibilita repensar o espaço em rede, verificando o processo de exclusão e/ou inclusão dos diferentes atores sociais em um sistema global. Todavia, a tecnificação das relações de trabalho no campo, provoca a inserção instantânea em um sistema mundializado, ao

mesmo tempo em que essas condições materiais (ou a falta delas) provocam a exclusão de muitos agricultores desse sistema. Pode-se afirmar, utilizando essa lógica, que tanto os lugares como as pessoas são incluídas e excluídas da constituição das redes de produção/comercialização agrícola.

Nos anos 1970, com a utilização de insumos modernos e técnicas avançadas de plantio e cultivo, a região passou a sofrer alterações em seu perfil produtivo, voltando-se para a produção de culturas de exportação (soja, milho e trigo). De uma economia agrícola tradicional passou então por uma transformação industrial no meio urbano e uma acelerada industrialização do campo, impulsionada por tecnologias avançadas. A formação da renda agrária possibilitou, a partir dos anos 80, a formação, organização e estruturação do setor urbano. Assim, neste período, a região começa a perceber o crescimento e a criação de cooperativas de trabalho, conforme aborda Santos (2008, p. 72):

Assim, as forças exógenas do território impõem mudanças que são disseminadas por forças endógenas, como as cooperativas de produção e comercialização que crescem em todo o país, a partir da década de 1960, e atendem aos interesses do setor industrial com aparato de sustentação do Estado. No final da década de 1960 existem seis cooperativas voltadas para a comercialização dos produtos de seus cooperados. Porém elas ainda são pouco representativas em termos de produção e comercialização, representando uma dificuldade na viabilização do pacote tecnológico da chamada Revolução Verde. Assim como as cooperativas, a crise da suinocultura constitui-se em um fator endógeno que contribui no processo de *modernização* da atividade agrícola no Sudoeste do Paraná, pois esta é a principal fonte de renda dos produtores e a dinamizadora da economia regional. Além dessas, outros elementos fomentam a necessidade de modernizar a agricultura, como o esgotamento dos solos decorrentes do manejo inadequado. A reportagem da Tribuna Sudoeste (28/04/1968, p. 6) expressa tais condições: “o uso abusivo da queima, o mau preparo da terra, a ausência de prática de combate à erosão, a ausência de rotação de culturas etc.” Esta propõe ainda, como forma de recuperar a fertilidade do solo, a utilização de calagem e a rotação de culturas; além de propor que os agricultores sejam orientados para adoção de novas práticas, principalmente pelo serviço de orientação rural.

Verificamos com este movimento de modernização da agricultura, que as lutas pela posse da terra continuam na região. Segundo Battisti (2006), a luta pela terra, no sudoeste do Paraná, reiniciou-se de forma sistemática, em 1983, quando seiscentas e cinquenta famílias de “sem terra” da região sudoeste do Paraná e oeste de Santa Catarina ocuparam quatro mil hectares de terras da “Fazenda Annoni” - localizada no município de Marmeireiro, na divisa com o estado de Santa Catarina. A terra estava improdutiva, após a extração de quase toda a madeira pelos proprietários que residiam no

Rio Grande do Sul. No confronto entre jagunços e ocupantes, um sem terra foi assassinado, fortalecendo a luta, e cujo desfecho foi o assentamento dos ocupantes.

Em 1984 e 1985, ainda segundo Battisti (2006), o Movimento dos Agricultores Sem Terra do Sudoeste do Paraná (MASTES), já estruturado e atuante em nove municípios da região, coordenou grandes manifestações - atos públicos e passeatas -, seguidas de ocupações de terra e acampamentos, envolvendo 1.881 famílias de sem terra - em torno de 10 mil pessoas. Os sem terra, na busca de seu "espaço vital", enfrentaram o Estado e os latifundiários, resistindo em acampamentos improvisados durante meses e, até, anos. Em 1986, por determinação nacional, o MASTES incorporou a seu plano de ação a tarefa de elaborar propostas para a Constituinte, o que culminou com a emenda popular a favor da Reforma Agrária, contendo mais de um milhão e meio de assinaturas. A estratégia de *ocupar e resistir* - implementada a partir de 1987 - forçou o Estado a agilizar as desapropriações nas áreas conflituosas, derrubando a proposição do governo de que quem não ocupa é assentado.

Na visão de Gohn (2011), o recrudescimento da luta no campo nos anos 1990, período em que centenas de trabalhadores foram mortos em conflitos pela posse da terra, a maioria deles assassinados, alcançou a mídia nacional. A matança de dezenove sem terra no sul do Pará, em 1996, foi manchete nos principais jornais do mundo. Os conflitos do Pontal do Paranapanema/SP ganharam, nesse período, as manchetes dos principais jornais e notícias do país. Isso, aliado ao aumento da violência urbana, gerada pelo desemprego, levou a sociedade brasileira, de modo geral, a apoiar a luta dos sem terra pela reforma agrária, na esperança de fixar o homem no campo, diminuir a pobreza nas cidades e diminuir a violência.

Juntamente com todo este processo de luta por terras que acontece nas zonas rurais da região, vemos a progressão da urbanização das cidades. Na visão de Santos (2008), em poucas décadas, o sudoeste do Paraná é colonizado efetivamente e se transforma. As características de povoamento são expressas na sua territorialização: pequenas propriedades; trabalho familiar; hábitos culturais dos descendentes de alemães, italianos e poloneses, como dança e comidas típicas (como a polenta); exclusão territorial etc. Enfim, um território que atende às demandas do esgotamento/fracionamento/concentração das terras do Rio Grande do Sul e geopolíticas e de

urbanização/industrialização da região sudeste do Brasil. Ou seja, a região foi definida em virtude de fatores econômicos, políticos e culturais de outras regiões, cujas populações, expulsas de seu território original, foram também testemunhas de outros conflitos que se armaram no sudoeste do Paraná, devido às condições com que essa região foi colonizada.

Piacenti e Lima (2003) mostram, no Quadro 5, que a grande maioria dos municípios da região de Salto Caxias teve sua emancipação nas décadas de 1960 a 1980. Somente Boa Esperança do Iguaçu e Cruzeiro do Iguaçu desmembraram-se em 1993. As datas de emancipação refletem a colonização recente da região, cuja ocupação definitiva pelo governo brasileiro foi efetivada na segunda metade do século XX.

<b>Município</b>	<b>Data de Emancipação</b>	<b>Município do qual foi desmembrado</b>
Boa Esperança do Iguaçu	1993	Dois Vizinhos
Boa Vista da Aparecida	1980	Capitão Leônidas Marques
Capitão Leônidas Marques	1964	Cascavel
Cruzeiro do Iguaçu	1993	Dois Vizinhos
Nova Prata do Iguaçu	1983	Salto do Lontra
Quedas do Iguaçu	1968	Laranjeiras do Sul
Salto do Lontra	1964	Francisco Beltrão
São Jorge do Oeste	1963	São João
Três Barras do Paraná	1980	Catanduvas

**Quadro 5** – Municípios pertencentes à Região de Salto Caxias e sua emancipação

Fonte: Piacenti e Lima (2003, p.105)

Além desses fatores, segundo Lima (2004), da formação histórica do território, temos os aspectos da geografia da região, que interferem na mecanização e na modernização da produção rural e da produtividade da região. A condição do relevo da região não permite uma completa mecanização da produção, criando uma tradicional e pouco capitalizada conformação da atividade agrícola. Assim, tivemos a criação de pequenas propriedades e predomínio da agricultura familiar. Geograficamente, segundo Piacenti e Lima (2003), a região de Salto Caxias é dominada por superfícies planas

dispostas a grande altitude, com um grau de ondulações um pouco mais acentuada na região do rio Iguaçu. Além disso, seus solos, desenvolvidos a partir dos produtos da decomposição do basalto, constituem a “terra roxa”, de ótima fertilidade.

No Quadro 6, segundo Lima (2004), podemos identificar os principais produtos que são produzidos na distribuição dos municípios que compõem a região de Salto Caxias:

<b>Municípios</b>	<b>Principais Produtos Agrossilvopastoris</b>	<b>Indústria Predominante</b>
Boa Esperança do Iguaçu	Feijão, aves de corte e suínos	Produtos alimentares, madeira, vestuário, calçados e tecidos
Boa Vista da Aparecida	Aves de corte, milho e feijão	Mobiliário, produtos alimentares e metalurgia
Capitão Leônidas Marques	Aves de corte, soja e milho	Mobiliário, vestuário, calçados, tecidos e madeira
Cruzeiro do Iguaçu	Aves de corte, milho e bovinos	Produtos minerais não-metálicos, produtos alimentares e extração de minerais.
Nova Prata do Iguaçu	Feijão, fumo e milho	Produtos alimentares, mobiliário, metalurgia, vestuário, calçados e tecidos
Quedas do Iguaçu	Milho, aves de corte e soja	Madeira, produtos alimentares, extração de minerais, mobiliário, vestuários, calçados e tecidos
Salto do Lontra	Feijão, aves de corte e milho	Produtos alimentares, produtos minerais não-metálicos, metalurgia, vestuário, calçados e tecidos.
São Jorge d'Oeste	Aves de corte, milho e bovinos	Madeira, produtos alimentares e produtos minerais não-metálicos.
Três Barras do Paraná	Aves de corte, milho e feijão	Produtos alimentares, vestuário, calçados, tecidos e madeira

**Quadro 6** – Principais Produtos Agrossilvopastoris e Principais Indústrias dos Municípios da Região de Salto Caxias  
Fonte: Paranacidade (2001)

Podemos verificar que a produção está baseada em gêneros alimentícios para consumo da população local e as indústrias da região estão colocadas em atividades ditas como tradicionais e também são produzidas, principalmente para consumo local. Alguns produtores rurais atendem, por meio dos seus produtos, cooperativas agrícolas da região com a criação de aves, suínos e alguns grãos como soja e milho.

Avaliando o Quadro 7, podemos verificar também que a região de Salto Caxias está entre as menos desenvolvidas no estado do Paraná. A avaliação é feita identificando o índice IDH – Índice de Desenvolvimento Humano e Social, onde verificamos que todos os municípios da região apresentam índice inferior ao da média do Estado.

População e Índice de Desenvolvimento Humano nos Municípios da Região de Salto Caxias						
Município	População				IDH	
	1990	1996	2000	2004	1991	2000
Boa Esperança do Iguaçu		3453	3107	2728	0,663	0,741
Boa Vista da Aparecida	10370	10213	8423	7424	0,603	0,697
Capitão Leônidas Marques	17843	15753	14377	15151	0,66	0,751
Cruzeiro do Iguaçu	-	4797	4394	3958	0,656	0,737
Nova Prata do Iguaçu	11615	10620	10397	9772	0,668	0,754
Quedas do Iguaçu	31509	30668	27364	28312	0,681	0,747
Salto do Lontra	14297	13055	12757	12199	0,664	0,76
São Jorge do Oeste	10321	9669	9307	8787	0,654	0,754
Três Barras do Paraná	14982	13057	11822	10201	0,661	0,72
TOTAL	110937	111285	98523	98532	0,711*	0,787*
* Média IDH Paraná						

**Quadro 7** – População e Índice de Desenvolvimento Humano nos Municípios da Região de Salto Caxias  
Fonte: Paranacidade (2001)

Outra informação que pode se destacar da região é a diminuição progressiva do contingente populacional na maior parte dos municípios. Segundo Piacenti e Lima (2003), em relação aos anos de 1995 a 2000, segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), na região de Salto Caxias observou-se uma evasão regional de 19% da população economicamente ativa (PEA). Um dos fatores contribuintes dessa queda pode ser o término da construção da Usina, pois com isso boa parte da população economicamente ativa deslocou-se para outras localidades. A evasão populacional reflete-se principalmente nos indicadores de evasão escolar das regiões, principalmente do Ensino Fundamental. Quanto à educação, é importante salientar que, apesar das diferenças entre o acréscimo da evasão populacional, nota-se um contraste quanto aos



alunos matriculados na região. Na região de Salto Caxias, houve um acréscimo de 39% nas matrículas do Ensino Básico Regular (1º a 4º Série), aumento de 3% no Ensino Fundamental Regular (5º a 8º Série) e aumento de 127% no Ensino Médio durante os anos de 1990 a 1999. Por outro lado, vemos um acréscimo populacional nos municípios de Capitão Leônidas Marques e Quedas do Iguaçu, quando observamos a evolução de 2000 a 2004.

Na visão de Santos (2008, p.53), podemos avaliar o processo de transformação territorial que a região sudoeste do Paraná passou a partir dos anos de 1960 até 1990, principalmente a partir das lutas empreendidas por terras e do povoamento e colonização da região, criando uma nova dinâmica na região, construindo um novo território:

Neste contexto, interesses econômicos se aliam aos políticos na construção de um *novo* território, para uma população específica. A dimensão cultural, por sua vez, constitui em um fator importante na caracterização do sudoeste. Trata-se de uma população que migra para constituir sua morada e desenvolver a atividade agrícola por meio do trabalho familiar: as ferramentas, as técnicas de trabalho e a própria linguagem significam a singularidade deste território. Essa edificação não se realiza apenas a partir de forças exógenas; também as endógenas representadas pelos interesses dos *colonos*, políticos locais e comerciantes são responsáveis pela formação territorial, baseada na atividade agrícola, na circulação de mercadorias, nas pequenas cidades, nas alianças políticas etc. A figura do comerciante local, amplamente estudada na história brasileira, é conceituada como a de fornecedor de produtos, os quais não eram produzidos pelos agricultores; também representa a figura do comprador do excedente, tendo papel importante na constituição deste território. O comércio efetiva-se, geralmente, em uma bodega instalada nas comunidades rurais, a compra é anotada em cadernetas e o pagamento realizado após a colheita, no ato da venda da produção agrícola.

Assim, verificamos que a história da região de Salto Caxias é marcada por constantes lutas entre agricultores em busca de terras e esta condição marca o processo de constituição das cidades que pertencem à região. Esta perspectiva histórica nos auxilia na compreensão de como a construção da hidrelétrica de Salto Caxias se estabeleceu na região. Desta forma, os municípios da região de Salto Caxias foram se desenvolvendo baseando sua economia na agricultura familiar. A partir dos anos 90, começam os “rumores” sobre a construção da usina de Salto Caxias e de alguma forma esse fato altera a dinâmica da região, como discutiremos na sequência.

## 4.2 BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DA USINA HIDRELÉTRICA DE SALTO CAXIAS

A Usina de Salto Caxias é a mais importante das operadas pela COPEL, possuindo uma capacidade de 1.240 MW, sendo situada no Rio Iguaçu. A previsão inicial da operadora era a construção de duas hidrelétricas para o trecho do rio de Salto Osório até Salto Caxias, mas, após avaliação de rentabilidade, optou-se pela construção de apenas uma delas. As obras de Salto Caxias iniciaram-se em 1995 e no ano de 1999 a hidrelétrica passou a operar. O complexo também é chamado por Usina José Richa e garante à COPEL a autossuficiência no abastecimento do seu mercado consumidor até a metade da próxima década (COPEL, 2011).

A decisão de construção de uma hidrelétrica envolve estudos que percorrem diversas etapas. No caso de Salto Caxias, a primeira etapa, conhecida como “Estimativa de Potencial”, teve início ainda no começo dos anos 70. Essa etapa consiste numa avaliação do número de locais barreáveis e do custo de aproveitamento do potencial. Em uma segunda etapa, “Estudos de Inventário” determinam o potencial energético da bacia, estabelecendo a melhor divisão de queda e estimando o curso de cada aproveitamento. Finalmente, os “Estudos de Viabilidade”, etapa em que é possível prever o total da área afetada para calcular sua viabilidade.

Segundo Parmigiani (2006), em Salto Caxias, a última etapa foi concluída em 1978, mas somente em novembro de 1993 foi elaborado o EIA – Estudo de Impacto Ambiental, instrumento que avalia os problemas ambientais que a obra irá acarretar. O estudo, assim como o RIMA – Relatório de Impacto Ambiental, foram elaborados a “toque de caixa”, quase às vésperas do início da construção da barragem, que começou em 1995.

Segundo França e Souza (2010), o estudo de impacto ambiental vem atender à legislação expressa na Política Nacional do Meio Ambiente. Ele é utilizado para diagnosticar os impactos advindos da instalação e operacionalização, nesse caso, de uma usina hidrelétrica, bem como para propor medidas que visem mitigar tais impactos com vistas à produção energética com o mínimo de agressões ao ambiente. A partir da deliberação do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), a instalação de hidrelétricas ficou bem mais complexa e ao mesmo tempo participativa, visto que há a participação social na tomada da decisão, por meio da realização de audiências públicas.

Os estudos de impacto ambiental podem representar apenas o cumprimento de uma exigência legal e não a possibilidade de diálogo sobre a real situação do espaço físico, biológico e humano da região a ser atingida.

A Hidrelétrica de Salto Caxias opera no trecho final do Rio Iguaçu, na divisa dos municípios de Nova Prata do Iguaçu (margem esquerda) e Capitão Leônidas Marques (margem direita), a uma distância aproximada de 550 km a oeste de Curitiba. Sua construção se iniciou após estudos realizados pelo Comitê de Estudos Energéticos das Regiões Centro-Sul e Sul do Brasil que informavam ter o Paraná um potencial hidrelétrico aproveitável de 26.000 MW de energia nas suas principais bacias. Segundo Parmigiani (2006), nessa área foram previstas, então, 22 usinas; 6 delas no Rio Iguaçu e 16 nos seus principais afluentes. Segundo tais previsões, Salto Caxias seria a última “grande” hidrelétrica a entrar em operação no Paraná com 1.240 MW de potência instalada, inundando uma área de 141 km<sup>2</sup>, atingindo diretamente, além dos municípios de Nova Prata do Iguaçu e Capitão Leônidas Marques, os seguintes municípios: Boa Esperança do Iguaçu, Cruzeiro do Iguaçu, São Jorge do Oeste, Salto do Lontra, Boa Vista da Aparecida, Três Barras do Paraná e Quedas do Iguaçu.

O reservatório da Usina Hidroelétrica de Salto Caxias, localizado no rio Iguaçu, apresenta uma área total alagada de 108,65 km<sup>2</sup> e uma potência de geração de 1.240 megawatts (MW). Seu índice de produção de energia é de 11,41 MW/km<sup>2</sup>. Se comparada com a Usina de Itaipu, a hidroelétrica de Salto Caxias produz uma quantidade aproximada de 20% a mais por quilômetro quadrado de alagamento. De certa forma, a Usina de Salto Caxias é mais eficiente, no momento, em termos de produção de energia/área alagada. O indicador torna-se uma referência para novos projetos hidroelétricos (COPEL, 2011).

Segundo a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), novos percentuais de áreas inundadas de cada município com a UHE de Salto Caxias foram observados, totalizando 144,20 km<sup>2</sup> e em relação ao total do espelho do reservatório. Os municípios de Nova Prata do Iguaçu, Três Barras do Paraná, Boa Vista da Aparecida e Cruzeiro do Iguaçu, foram os que mais tiveram área alagada, aproximando-se de 85% do total, como mostra o Quadro 8 a seguir:

<b>Percentagem da área inundada em relação à área total do espelho do reservatório</b>			
<b>Município</b>	<b>UF</b>	<b>Área (km2)</b>	<b>Área Inundada (%)*</b>
Boa Esperança do Iguaçu	PR	9,78	6,78%
Boa Vista da Aparecida	PR	29,29	20,31%
Capitão Leônidas Marques	PR	2,54	1,76%
Cruzeiro do Iguaçu	PR	13,73	9,52%
Nova Prata do Iguaçu	PR	40,36	27,98%
Quedas do Iguaçu	PR	8,53	5,91%
Salto do Lontra	PR	0,09	0,06%
São Jorge do Oeste	PR	1,58	1,09%
Três Barras do Paraná	PR	38,3	26,56%

**Quadro 8** – Percentagem da área inundada em relação à área total do espelho do reservatório  
Fonte: ANEEL, 2011

\*percentagem da área inundada do município em relação à área total do espelho do reservatório

No que se refere à formação do reservatório da Usina de Salto Caxias, na avaliação de Pagliarini (2009), a área alagada causou impactos ambientais comuns em construções de barragens, como a erosão do terreno, a não adaptação dos peixes de espécie endêmica, que necessitam de corredeiras e cachoeiras para sobreviver e o uso abusivo de agroquímicos nas lavouras. Tais problemas estão sendo manejados pela Usina com programas de preservação dos recursos naturais, a partir da nova ordem ambiental instalada na região, após a construção da mesma.

Em relação às propriedades e famílias que foram atingidas com a UHE de Salto Caxias, verificou-se o número de 1.322 famílias, totalizando aproximadamente 6.107 pessoas. A maioria da população atingida, 86,7% dedicava-se ao trabalho rural, e o padrão predominante era de pequenas propriedades produtivas (RIMA, 1993).

Segundo França e Souza (2010), os municípios que tiveram maior quantidade de famílias atingidas com a formação do reservatório foram Boa Vista da Aparecida, Três Barras do Paraná, Nova Prata do Iguaçu e Cruzeiro do Iguaçu. De acordo com os dados apresentados pela COPEL, através do RIMA (1993), o número de pessoas diretamente afetadas foi de 6.107. Esses quatro municípios representam 88% desse total. Para essas famílias, novos rumos foram dados para suas vidas. A maioria das famílias optou pelo

assentamento que foi instalado em áreas que a empresa de energia adquiriu, nos municípios de Cascavel, Ibema, Catanduvás, Campo Bonito, Três Barras do Paraná, Boa Esperança do Iguaçu e Nova Prata do Iguaçu, ou seja, fora dos municípios de origem. Muitas outras famílias optaram por receber cartas de crédito e fazerem seus próprios investimentos. A situação da população da região de Salto Caxias será discutida com maior profundidade nas próximas seções.

Por outro lado, de acordo com o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA, 1993) alguns dos impactos positivos ocasionados à região de Salto Caxias, pela construção da obra, merecem ser destacados: a organização social na luta pelos direitos da população, aumento do conhecimento técnico-científico sobre a região, aumento da disponibilidade de água em poços profundos causados pela elevação do nível freático, elevação da oferta de energia elétrica, melhoria dos serviços públicos e da qualidade de vida em função do recebimento dos *royalties* e através do uso múltiplo do reservatório, a possibilidade de integração do lago à paisagem local, tornando viável o desenvolvimento de atividades de conservação, turismo e lazer na região.

Segundo Pagliarini (2009), vale avaliar que um dos grandes problemas apresentados pela Usina é o fato dela vir apresentando uma série de rachaduras e vazamentos, desde o ano da sua inauguração. No ano de 2005, o então governador do Estado do Paraná, Roberto Requião, cogitou a possibilidade do esvaziamento do rio Iguaçu na região, o que até o momento não ocorreu.

Segundo Lima (2004), a energia gerada não é utilizada na região, mas sim transferida para outras regiões mais industrializadas, gerando emprego e renda. A região atingida recebe apenas o ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - pago sobre a geração da energia. Entretanto, este ICMS é motivo de disputas judiciais dos municípios envolvidos, pois ele está sendo pago apenas no município onde está instalada a usina, no caso Capitão Leônidas Marques, e os demais municípios da região requerem igual pagamento pelos danos causados.

Ainda, segundo Lima (2004), sublinhe-se a preocupação com o uso dos *royalties* e do ICMS, que devem ser utilizados de forma racional e direcionada para que continuem a garantir o desenvolvimento da região. Tais recursos devem ser empregados sempre de

maneira a estimular a cadeia produtiva regional, respeitando as suas características e vocação natural.

Apesar de todos esses fatores, na visão de Lima (2004), a região cresceu economicamente, muito provavelmente pela nova dinâmica econômica provocada pela construção da Usina. Isso ocorre tanto em função dos recursos injetados e os investimentos que foram executados em infraestrutura, estradas etc. para acompanhar a implantação da Usina. Os dados da População Economicamente Ativa (PEA), no período de 1990 a 2008, demonstram referida evolução.

<b>População Economicamente Ativa nos Municípios da Região de Salto Caxias</b>				
<b>Município</b>	<b>PEA</b>			
	<b>1991</b>	<b>1995</b>	<b>2001</b>	<b>2008</b>
Boa Esperança do Iguaçu	-	2155	1385	1482
Boa Vista da Aparecida	4424	6027	4958	5329
Capitão Leônidas Marques	7693	6265	8689	9981
Cruzeiro do Iguaçu	-	2971	2240	2123
Nova Prata do Iguaçu	4471	5977	4958	4874
Quedas do Iguaçu	11391	17011	11672	13552
Salto do Lontra	6490	7590	6094	6993
São Jorge do Oeste	4151	5482	4547	4921
Três Barras do Paraná	5306	7823	5363	6112
<b>TOTAL</b>	<b>43926</b>	<b>61301</b>	<b>49906</b>	<b>55637</b>

**Quadro 9** - População Economicamente Ativa nos Municípios da Região de Salto Caxias  
Fonte: Paranacidade (2001)

Depois desse período inicial, da instalação da Usina, segundo Lima (2004), a economia da região passou por momentos de instabilidade, mas continuou crescendo, quando comparado ao período anterior da construção. A própria Usina criou um plano de política de desenvolvimento para a região atingida chamado de Projeto de Desenvolvimento Integrado dos Municípios do Reservatório da Hidroelétrica de Salto Caxias (Pró-Caxias).

Esse programa assinalou uma maior integração entre os municípios no desenvolvimento de políticas de desenvolvimento regional, conforme assinalou Lima (2004, p.38):

Outro elemento de destaque é a preocupação em criar parcerias entre os municípios. Este é um fator positivo na conscientização de que unindo os pequenos municípios se fortalece a região. Pode-se afirmar que essa consciência é fruto dos programas desenvolvidos pelo Pró-Caxias, em que projetos de agricultura orgânica levam agricultores de vários municípios a participar de feiras que comercializam seus produtos, e mesmo da promoção de festas regionais que divulgam a cultura regional, a exemplo do município de São Jorge d'Oeste, que anualmente realiza festejos deste gênero destacando a região com o *slogan* "Terra dos Lagos do Iguaçu".

Para as cidades do entorno da Usina, atualmente, é possível a exploração do reservatório para outras possibilidades, além da geração de eletricidade, que ampliem a renda e integrem o espaço do reservatório com a população local. Segundo Lima (2004), o lago artificial apresenta um enorme potencial econômico para a região em termos de aproveitamento da água em atividades de turismo, pesca, navegação e lazer. Todos esses usos alternativos contribuem para o desenvolvimento da região e não prejudicam as atividades da Usina, tendo em vista que seguem critérios e normas dos órgãos ambientais e da própria empresa. Segundo Ramos (1998), os principais usos alternativos dos reservatórios de hidroelétricas são o turismo, a pesca, a navegação, a captação de água e recreação e lazer, que são opções que o lago oferece devido às suas características. Estes usos podem propiciar um processo de desenvolvimento regional sustentável, resultando em maiores benefícios, e, ainda, a viabilidade de usos múltiplos do reservatório.

Conforme aborda Lima (2004), o uso alternativo dos reservatórios está começando a ser empregado na região de Salto Caxias, fazendo parte dos planos de desenvolvimento da região. Junto com o movimento observa-se a construção de condomínios particulares, para moradias em temporadas de verão, para aproveitamento do lago.

Com as atividades turísticas, a região pode se desenvolver economicamente contribuindo para um maior equilíbrio da região. Na visão de Lima (2004), a região de Salto Caxias possui recursos e paisagens naturais que, aliados a uma infraestrutura adequada, constituem atrativos turísticos que podem incrementar o desenvolvimento econômico regional. Já no que tange à navegação é possível realizá-la, pois o transporte hidroviário acaba sendo uma alternativa de custo baixo para o desenvolvimento da região. Em Salto Caxias, alguns atracadouros para balsas estão em funcionamento, permitindo a passagem de veículos de um lado para o outro da represa.

Com relação à utilização do espaço da barragem para atividades de recreação e lazer, Lima (2004) afirma que na região de Salto Caxias a topografia dificulta um pouco a formação de praias artificiais. Mesmo assim, nos municípios de Boa Vista da Aparecida, Capitão Leônidas Marques e Nova Prata do Iguaçu as praias artificiais já estão em funcionamento.

#### 4.3 A POPULAÇÃO DA REGIÃO DE SALTO CAXIAS: HISTÓRIA DE LUTAS, RESISTÊNCIA E CONQUISTAS

Nesta etapa do trabalho procuraremos, a partir dos dados estudados, apresentar uma pequena cronologia de como a implantação da Usina de Salto Caxias foi se desenvolvendo e principalmente qual foi a repercussão e os movimentos realizados pelas populações locais, a partir das notícias de instalação da hidrelétrica até o processo de reassentamento que eles vivenciaram

Segundo Parmigiani (2006), os primeiros boatos sobre a construção da nova usina no ano de 1988 mobilizaram os sindicatos dos trabalhadores rurais dos municípios de Nova Prata do Iguaçu, Dois Vizinhos, Realeza, Capitão Leônidas Marques, Boa Vista da Aparecida, Capanema, Planalto e Três Barras do Paraná, que organizaram e encaminharam uma carta aberta à população e às autoridades do Estado trazendo as principais questões sociais que iriam decorrer a partir da obra e trazendo o posicionamento contrário com relação à instalação deste empreendimento.

Do ponto de vista oficial, a COPEL inicia uma série de encontros com os prefeitos desses municípios com o objetivo geral de divulgar os benefícios que uma obra do porte poderia trazer para a região em decorrência das políticas de desenvolvimento associadas à hidrelétrica. Para a COPEL, a região tinha uma economia frágil e o projeto seria uma das alternativas de ampliar a inserção econômica da região no Estado, aumentando a oferta de empregos e qualidade de vida da população em geral. Assim, a COPEL buscava estabelecer alianças com as lideranças políticas da região para a construção da obra. Por outro lado, ditas reuniões também serviam para manter a COPEL informada sobre os movimentos locais provocadas pelas entidades contrárias à instalação da barragem.



Politicamente, segundo Pagliarini (2009), as disputas em torno das obras da hidrelétrica de Salto Caxias envolveram o Estado, com seus representantes, engenheiros e funcionários. Muitos políticos se posicionaram em determinado momento favoráveis à construção da usina, enquanto outros se opuseram a ela, junto com sindicalistas e participantes do movimento social. Além desses, havia pessoas que não tomaram um posicionamento específico ou, de acordo com o desenvolver das questões, transitavam pelos possíveis posicionamentos a serem tomados.

Durante todo o processo, no ano de 1990, conforme aborda Parmigiani (2006), foi realizado um seminário com a participação de representantes das comunidades atingidas para avaliação do empreendimento. Sua conclusão foi a elaboração de uma carta enviada à COPEL, na qual as comunidades deixam claras suas posições contrárias à obra e contendo a ressalva de que a barragem só será construída com a resolução de todos os problemas sociais que foram levantados durante o seminário. Como resposta a essa carta, a COPEL realiza um encontro com os prefeitos e sindicatos locais onde ela reafirma os propósitos da construção e os benefícios que a barragem trará para a região em geral. Juntamente com referido encontro, a empresa começa com uma grande campanha publicitária, nos veículos de comunicação, com líderes da região para ganhar adesão da população à obra.

No Dia do Trabalhador Rural, 25 de julho de 1992, a CRABI – Comissão Regional dos Atingidos da Barragem do Rio Iguaçu - realiza uma grande manifestação na margem esquerda do Rio Iguaçu e, na data, os agricultores decidem conhecer pessoalmente a realidade dos atingidos pelas barragens de Salto Segredo e Salto Osório. Nessa visita às barragens, foi possível verificar as condições a que a população deslocada estava sujeita, aos processos de indenização e reassentamentos que não surtiram efeitos e pioraram a situação de vida da população. Esta percepção auxiliou na busca de melhores condições e estimulou a luta da população frente ao novo empreendimento (KARPINSKI, 2006).

Seguindo o contexto, em março de 1993, a COPEL realiza a Segunda Série de Encontros com Agricultores na Área da Usina de Salto Caxias. Foi verificado que diferentemente dos primeiros encontros com a população realizados entre 1988 e 1990, o clima na região era de hostilidade ao início da Usina e também reforçava a instalação do movimento conhecido como CRABI na região. Com a organização da população através

da CRABI, conforme indica Parmigiani (2006), era notória a capacidade de organização do grupo, principalmente pelas ações e pelo conhecimento da causa e domínio de temas complexos como a política energética do Plano 2010, da Eletrobrás.

Em abril de 1993, no entanto, a COPEL inicia o trabalho de piqueteamento<sup>6</sup> na região, e sem comunicar a população e os movimentos sociais, os técnicos da COPEL foram entrando nas propriedades e demarcando os canteiros de obras. Essa atitude desagradou a população local e os agricultores, que se organizaram rapidamente em uma manifestação e cerca de mil pessoas decidiram queimar os marcos colocados como forma de protesto. Em resposta ao movimento, a COPEL indiciou os dois principais líderes, que passaram a responder processo por estimular danos aos bens da empresa. A COPEL, enfrentando tais dificuldades com a população, realiza no dia 14 de junho de 1993 uma reunião com os agricultores, que só aceitam iniciar qualquer negociação depois da retirada da queixa-crime contra as lideranças do movimento (KARPINSKI, 2006).

Após a empresa se comprometer em suspender o processo judicial contra seus líderes, os agricultores reafirmam todas as reivindicações encaminhadas desde o seminário de 1990 e que, até então, haviam sido ignoradas pela empresa. Isso significava que os agricultores não permitiriam o início da obra antes de receberem as indenizações e que os trabalhos de topografia e cadastramento só seriam realizados depois de garantidas as indenizações e o reassentamento das famílias atingidas.

Essa postura dos agricultores e da população local foi provocada muito pelo contato que eles estavam estabelecendo com os movimentos sociais (CRABI e MAB) e pelas experiências de outras localidades em que eles tiveram contato, conforme traz Parmigiani (2006, p.18):

Tendo em mente a experiência de Salto Segredo, onde muitas promessas não foram cumpridas, os agricultores exigiram, ainda, um compromisso por escrito, assinado pelo presidente da COPEL e pelo governador do Estado. O representante da COPEL, entretanto, apenas externou disposição da empresa em “trabalhar de acordo com a lei”; e “a lei”, neste caso, dava um prazo de até cinco anos para o pagamento das indenizações. O impasse estava estabelecido e a reunião não representou, portanto, um avanço concreto para a sua solução, ainda que representasse, na prática, o reconhecimento pela COPEL da legitimidade da Crabi como interlocutora.

---

<sup>6</sup> Piqueteamento – refere-se ao processo de divisão e demarcação das terras utilizando estacas de madeiras ou concreto.

Sendo assim, a população exigia o cumprimento das indenizações antes do início da obra para os atingidos por ela e o impasse foi intermediado pela CRABI, que passou a negociar diretamente com a COPEL os interesses dos agricultores.

No dia 25 de julho de 1993, a CRABI realiza uma grande manifestação com a participação de cerca de duas mil pessoas e a presença de vários deputados federais e estaduais, entidades de apoio ao movimento e atingidos por outras barragens. O evento foi ignorado pela COPEL, que tenta reiniciar os trabalhos da obra, levando máquinas para a perfuração da rocha no local da barragem. Em assembleia, os agricultores decidem, em represália, ocupar a área e acampar no canteiro de obras, apreendendo máquinas e carros da empresa e impedindo que os trabalhos prosseguissem. No trigésimo dia de ocupação, o acampamento foi cercado pelo Grupo de Comando de Operação Especial da Polícia Militar, estabelecendo-se o confronto (PAGLIARINI, 2009).

Segundo Parmigiani (2006), como resultado da ocupação, a COPEL aceita que a CRABI passe a integrar o GEM – Grupo de Estudos Multidisciplinares, com representantes de todas as comunidades que seriam atingidas. Esse grupo, formado logo no início dos trabalhos na região, era encarregado das decisões sobre os problemas ambientais e era composto por representantes da COPEL, das prefeituras locais e um representante da comunidade atingida, escolhido, entretanto, pela COPEL. No GEM, os representantes dos atingidos, eleitos em assembleias, exigem da COPEL que todas as negociações sobre as indenizações e os reassentamentos fossem tratadas coletivamente, com a intermediação da CRABI.

A tensão estabelecida entre a população ribeirinha e a COPEL, intermediada pela CRABI, também foi analisada por Karpinski (2006, p116):

Enquanto se erguiam as paredes da barragem com os enormes blocos de concreto, uma batalha se estabeleceu às margens do rio que seria represado. De um lado estava a Companhia Paranaense de Energia (COPEL) que precisava retirar da área 1.025 famílias cujas propriedades seriam diretamente atingidas pelo alagamento; do outro lado uma organização liderada pelos atingidos sob os ideais do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) que exigiam seus direitos e estudavam a melhor maneira de serem ressarcidos pela perda de oportunidades. Esse movimento popular se fortaleceu com sua bandeira de luta e com a participação de inúmeros atingidos capazes de marchar dias a fio para embargar a obra e exigir a indenização justa. Sua força se tornou notória e a ameaça do povo fez a COPEL recuar e apresentar inúmeros projetos de indenização.

Com isso, conforme explica Parmigiani (2006), em 15 de dezembro de 1993, a COPEL e a CRABI assinam um Termo de Compromisso que incorpora a proposta dos atingidos e fixa metas complementares aos “Princípios, Diretrizes e Critérios para o Remanejamento da População Atingida”. Entre outras propostas, essas metas definem um período para as desapropriações; fixam um calendário e critérios para o início das indenizações; garantem o reassentamento para pequenos proprietários (de até cinco alqueires), arrendatários, meeiros, posseiros e, o mais importante, estabelecem que todas as indenizações e os reassentamentos deveriam ser efetuados antes da construção da barragem.

Nas discussões entre COPEL e CRABI, na avaliação de Karpinski (2006), sempre foi exigido pela população um plano de indenização que visasse a permanência dos atingidos na terra, pois o trabalho da maioria dependia da agricultura e para tanto o reassentamento era a indenização mais justa aos atingidos pela construção da barragem, e essa era a reivindicação da CRABI.

Segundo Karpinski (2006), depois de muitas discussões, a COPEL elaborou um projeto inédito de indenização: os atingidos poderiam escolher entre reassentamento ou carta de crédito. O reassentamento possibilitaria o transplante dos atingidos para outras localidades e a carta de crédito era a possibilidade de indenização em dólar. Das 1.025 famílias com direito de escolha, 600 optaram pelo reassentamento e 425 pela carta de crédito, ou seja, por mais que o movimento social reivindicasse, o reassentamento em nome dos atingidos, uma parcela significativa, cerca de 40%, não quis ser reassentada. A partir do momento da escolha, os caminhos dos atingidos tomam rumos bem diferentes. Aqueles que escolheram o reassentamento continuaram sob a proteção da CRABI, que preservou suas reivindicações. Esse movimento tomou para si a luta pela implantação de um reassentamento que fosse capaz de prover todas as necessidades dos seus membros. E, de certa forma, conseguiu, pois o reassentamento da UHE de Salto Caxias é modelo mundial de reforma agrária no discurso do Estado e do movimento social.

Ressalte-se, segundo Pagliarini (2009), que a Usina de Salto Caxias realizou uma indenização inédita no Brasil, tornando-se modelo mundial de desocupação de áreas atingidas por lagos de hidrelétricas. A empresa responsável pela instalação da Usina forneceu opção de escolha aos atingidos quanto à forma de indenização. A COPEL

prestou acompanhamento em todo o processo de desocupação, inclusive custeando as despesas da mudança.

Entretanto, conforme aborda Parmigiani (2006), o atraso de quase um ano no cronograma de indenizações provocou no dia 14 de março de 1995 uma nova mobilização da CRABI, quando mais de quatro mil atingidos ocuparam o canteiro de obras da barragem. Na mobilização, a CRABI denunciava que o cronograma da obra estava sendo cumprido em todos os pontos, menos naquele relativo às indenizações, mostrando o descaso da empresa com os agricultores. A partir dessa mobilização, a COPEL, correndo contra o atraso, cria um edital para compra de terras para os reassentamentos. Só que a confecção do edital não respeitou o acordo estabelecido, em que a comunidade atingida participaria da elaboração dos critérios para inclusão de famílias e aquisição de terras. O edital previu menos famílias atendidas do que o previsto e os critérios para a compra das terras não atendiam às exigências dos movimentos envolvidos.

A situação da COPEL de não cumprir acordos feitos com as comunidades fez que a CRABI organizasse mais uma manifestação, só que dessa vez ela foi efetivada em Curitiba, com o objetivo de criar um espaço de negociação direto com o governador do Estado, na época Jaime Lerner (1995-2003), solicitando a revogação do edital e elaboração de um decreto governamental para liberar e apressar a aquisição das terras. A população exigiu direta participação do governador nas negociações, tendo em vista as várias promessas feitas pela COPEL e não cumpridas. Assim, a CRABI organiza os moradores para participarem de uma audiência com o governador para tratar das indenizações e reassentamentos das populações que seriam deslocadas da região de Salto Caxias. Como resultado, em 1996, os agricultores escolheram cinco mil alqueires de terras em áreas previamente selecionadas e restava ao Estado a compra através da publicação do decreto governamental.

Segundo Pagliarini (2009), os resultados desses embates significaram, a partir de 1999, mudanças nas vidas de famílias destituídas de suas terras em novos municípios do sudoeste do Paraná, sendo eles: Capitão Leônidas Marques, Boa Vista da Aparecida, Três Barras do Paraná, Quedas do Iguaçu, Nova Prata do Iguaçu, Salto do Lontra, Boa Esperança do Iguaçu, Cruzeiro do Iguaçu e São Jorge do Oeste. Dessas famílias, cerca

de seiscentas foram reassentadas em dez reassentamentos. Dentre as famílias atingidas, as possuidoras de propriedades compostas por mais de cinco alqueires foram indenizadas com dinheiro. As famílias que possuíam área de cinco alqueires, juntamente com meeiros, posseiros e agregados foram incluídas no projeto de reassentamento. Das famílias indenizadas por terra, 76% era de pequenos proprietários.

Ainda segundo Pagliarini (2009), na região de Cascavel, foram constituídos, a partir de 1996, três reassentamentos, sendo o maior o São Francisco de Assis. Formado por terras indenizadas da fazenda Piquiri, pertencente até então a Agropecuária Flamapec, conhecida na região por Flamapec, nome da empresa proprietária do estabelecimento. Além do São Francisco, foram estabelecidos no município de Cascavel os reassentamentos Baretar e Refopaz. Os três juntos totalizam 450 famílias e representam um aumento de aproximadamente de 15% no número de propriedades rurais do município. O presente dado reflete, em parte, as transformações que os reassentamentos trouxeram à região. Ditos reassentamentos estão localizados nos limites das cidades de Cascavel e Corbélia. O impacto social e econômico dos reassentamentos nesses dois municípios foi significativo.

O principal motivo pela escolha da fazenda Flamapec para o reassentamento consiste em sua localização, próxima às cidades de Cascavel e Corbélia. A escolha foi realizada pelos reassentados, a partir de opções apresentadas pela COPEL para construção do reassentamento. Na avaliação de Pagliarini (2009, p.15) ainda é necessário um longo processo de adaptação dos reassentados:

De diferentes maneiras, o contraste entre as cidades de origem dos migrantes e o movimento de Cascavel demonstra como o território precisa ser reconstruído diante do desafio da conquista desta cidade. O reassentamento São Francisco de Assis pertence política e administrativamente a Cascavel e foi dessa cidade que se passou a cobrar a infraestrutura necessária para a existência do reassentamento. Afinal, era ali que se passou a votar e se passou a ser o endereço indicado quando por exemplo, se fazia uma compra a prazo (...). As lutas dos reassentados nos primeiros anos da construção da barragem de Salto Caxias estavam pautadas nas reivindicações por terras e infraestrutura. Todavia, passado um período de embates com o Estado, foi necessário, para muito deles, serem reconhecidos enquanto agricultores e merecedores das terras que receberam. Mapear parte das trajetórias dos reassentados e de compradores de terras no reassentamento nos ajuda a pensar que o processo de reconstrução de territórios pelos moradores do reassentamento São Francisco de Assis não se limita às fronteiras geográficas do reassentamento. Esse processo envolve também diferentes relações que estes moradores estabelecem com as cidades de Corbélia e Cascavel, locais de disputas, seja no que se refere à organização do reassentamento ou ao reconhecimento diante do outro.

#### 4.4 OS MOVIMENTOS SOCIAIS ATUANTES NA HISTÓRIA DA CONSTRUÇÃO DE SALTO CAXIAS

Nesta etapa do trabalho, já podemos identificar alguns dos principais movimentos sociais que estiveram envolvidos na implantação da Usina e procuramos desenvolver uma caracterização de tais movimentos para compreender o papel desempenhado neste processo.

Através de pesquisa bibliográfica e acesso aos dados secundários, procuramos caracterizar as principais formas de atuação e organização destas instituições. A região de Salto Caxias vem sentindo nas últimas décadas fortes impactos sociais decorrentes da instalação da Usina, marcadas por uma relação conflituosa entre a empresa de energia elétrica estadual e as comunidades atingidas. Isso tudo fez com que a comunidade se organizasse, ficando mais alerta quanto à postura adotada pelas empresas proprietárias do empreendimento e auxiliando no desenvolvimento de um plano organizado e justo para os reassentamentos e indenizações (LIMA, 2004).

Assim, passamos a apresentar dados sobre o MAB e a CRABI, participantes ativos em todo processo de instalação da Usina de Salto Caxias.

##### **4.4.1 CRABI – Comissão Regional dos Atingidos da Barragem do Rio Iguaçu**

A CRABI – Comissão Regional dos Atingidos pela Barragem do Rio Iguaçu foi criada em 1990 devido à necessidade dos agricultores se organizarem contra a construção da barragem de Salto Caxias. Junto com esse movimento, a população empreendeu uma série de manifestações em um longo processo de disputa entre a concessionária e os atingidos. Uma das características da CRABI na região é que desde sua constituição as principais lideranças foram os próprios agricultores, mesmo contando com apoio de lideranças externas de sindicatos locais e partidos políticos.

Segundo Silva (2007), a partir de 1991, começaram a ser realizados trabalhos de orientação para a população que seria atingida, dispersa em cinquenta e duas comunidades. Esse trabalho era feito “corpo a corpo” e, a partir dele começaram a surgir novas lideranças, fortalecendo o envolvimento entre as comunidades. Até que, em 1992 intensificaram-se ainda mais os esforços, agora na luta para conquistar reassentamentos, preços justos pelas terras e participações nas discussões.

Para organizar o processo do movimento, foi necessária a criação de diversas instâncias decisórias com o objetivo de integrar as decisões e dar uma orientação aos grupos, são eles:

- ASSEMBLÉIA GERAL: participa de toda a coordenação, equipes de trabalho, representantes dos grupos;
- PLENÁRIA GERAL: entre uma e outra Assembleia, podem acontecer plenárias com o objetivo de avaliar e reencaminhar as decisões e orientações da Assembleia;
- COORDENAÇÃO GERAL: fazem parte dessa coordenação um atingido ou atingida por município. A essa coordenação cabe encaminhar e executar as decisões da Assembleia, convocar e coordenar a Assembleia Geral, discutir, avaliar e animar o movimento na sua globalidade, constituir equipes ou grupos de tarefas, conforme a necessidade do movimento;
- EXECUTIVA GERAL: deve ser escolhida pela Coordenação Geral para executar as decisões tomadas nas instâncias superiores, bem como propor questões e tomar decisões necessárias ao bom andamento do movimento.

A organização da CRABI é uma das formas de dar maior suporte da organização para os processos da instituição e para esse fim também no ano 2000 criou um plano de desenvolvimento para diversas áreas de atuação. Esse plano, segundo Silva (2000), contou com a participação de onze profissionais contratados pela CRABI, em diferentes áreas de formação, com o objetivo de desenvolver as comunidades reassentadas, vistas a partir das necessidades e das expectativas de cada grupo, pois um dos grandes objetivos da CRABI era garantir a manutenção e melhoria das condições de vida dos reassentados.



Esse Plano de Desenvolvimento divide-se em cinco programas, segundo Silva (2000):

O *Programa Agropecuário*, que tem como objetivo garantir a permanência na terra das famílias reassentadas, otimizando a mão-de-obra existente juntamente com o aperfeiçoamento dos processos produtivos; incentivando-as a participarem dos processos associativistas e cooperativistas; produzindo, transformando e comercializando suas produções; melhorando sua qualidade de vida, através da preservação do meio ambiente e dos recursos naturais. O programa agropecuário está organizado em cinco áreas: produção vegetal, produção animal, transformação, comercialização e meio ambiente. Cada uma delas subdividida em projetos que buscam atender a totalidade da organização econômica da comunidade rural.

O *Programa de Arte e Cultura*, por sua vez, visa fomentar todas as manifestações artísticas da comunidade reassentada, proporcionando a inserção efetiva da arte como parte essencial da vida dos reassentados e das reassentadas, como instrumento poderoso para se conquistar a cidadania e integrar as comunidades reassentadas entre si e com outras comunidades vizinhas, sempre resgatando os valores da cultura rural, na preservação da sua história. A viabilização desse programa se dá através da efetivação dos eventos culturais, da Mostra Cultural, dos cursos e da comunicação.

O *Programa de Educação* tem como objetivo garantir um ensino de qualidade e diferenciado, voltado para os interesses e necessidades do homem e da mulher do campo, ampliando-lhes a visão de mundo e contribuindo para que se percebam como agentes de um processo cujo desencadear seja um exercício consciente de sua cidadania. Este programa está subdividido em três projetos que contemplam a educação escolar, a educação popular e o PEABA (Projeto de Educação de Pessoas Atingidas por Barragens), que propõe uma educação para jovens e adultos do campo, que respeite a legislação vigente e as peculiaridades de sua clientela.

O *Programa de Saúde* é um plano de ação construído coletivamente, com a meta de minimizar problemas imediatos e anseios da comunidade, promovendo a qualidade de vida das famílias. Nesse sentido, foram organizados quatro projetos que contemplam a educação em saúde, a unidade básica de saúde, a fitoterapia e a alimentação alternativa.

O *Programa de Desenvolvimento Comunitário* tem como objetivo desencadear um processo de organização e desenvolvimento comunitário nas comunidades dos reassentados, possibilitando o encaminhamento de ações concretas, contribuindo assim no processo de agregação de agricultores e agricultoras familiares no seu contexto social, cultural e econômico. O programa está organizado em projetos que atendem o grupo de jovens, o grupo de convivência comunitária e o grupo de mulheres.

Uma última observação da atuação da CRABI na região, segundo Silva (2000), é a participação e o papel desempenhado pelas mulheres dentro dos reassentamentos. Essa participação trouxe mudanças significativas na vida pessoal, familiar e comunitária, pois são mulheres que estão saindo de sua invisibilidade, estão mais presentes nos espaços comunitários e sociais, bem como estão se qualificando e se valorizando.

A CRABI valoriza esta atuação e destaca a importância da participação das mulheres na construção de um novo modelo de desenvolvimento, na busca das transformações das relações sociais e econômicas. O número de mulheres na organização das lutas da entidade vem frequentemente aumentando, mudando as próprias condições de subordinação em que vivem, criando uma nova forma de atuação política, cidadã e trabalhadora.

#### **4.4.2 MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens**

A organização dos atingidos por barragens através de movimentos sociais se inicia na década de 70, na época da ditadura militar, criando organizações que se opõem ao regime e lutam contra ele. Nesse período também surgem os principais movimentos sindicais como a CUT – Central Única dos Trabalhadores.

Segundo o próprio MAB (2012), esse período também foi marcado por uma crise energética (crise do petróleo), o que fez com que as grandes potências buscassem novas formas de gerar energia com o objetivo de substituir a dependência ao petróleo. Assim, os países com potenciais de exploração de outras formas de energia iniciam a implementação de formas renováveis de geração de energia. No Brasil, ficou a cargo da Eletrobrás o estudo aprofundado do potencial de geração de energia hidrelétrica, com a

análise dos rios e bacias hidrográficas do País. Com isso, foi possível um mapeamento completo das áreas onde poderiam ser construídas usinas de geração de energia hidrelétricas, principalmente para atender a crescente demanda energética provocada pela instalação de grandes plantas industriais.

Com esse quadro, o Estado brasileiro foi um dos grandes financiadores da construção de hidrelétricas, iniciando a implantação de grandes usinas em várias regiões do País. Entretanto, a maior parte desses empreendimentos carecia de uma proposta de indenização adequada aos ribeirinhos, criando uma população empobrecida, à margem da sociedade e sem terras. O fato gerou uma grande insatisfação da população que começou a se organizar e lutar contra este processo. Podemos destacar como principais locais de luta foram: Tucuruí (PA) no norte do país, Itaipu (binacional com Paraguai) no sul, Sobradinho e Itaparica no nordeste. E mais adiante, Itá e Machadinho, também na região sul (MAB, 2012).

Nessas regiões, os atingidos iniciaram com revoltas, lutas por indenização e logo formaram organizações locais e regionais de resistência. Eram as chamadas Comissões de Atingidos: CRAB (Comissão Regional dos Atingidos por Barragens) na região sul, CAHTU (Comissão dos Atingidos pela Hidrelétrica de Tucuruí), CRABI (Comissão Regional dos Atingidos do Rio Iguaçu). A principal reivindicação dessa população consistia na indenização justa, um ressarcimento pelas perdas que estes sujeitos tiveram com a construção das hidrelétricas e com o deslocamento compulsório sofrido (MAB, 2012).

Mais tarde, a luta do MAB concentrou-se no direito por continuar na terra, ou seja, as indenizações deveriam garantir a permanência na terra para o grupo de pessoas deslocadas, que eram essencialmente agricultores em pequenas propriedades. Segundo o coordenador do MAB, esse trabalho de lutas começa a dar resultado e alguns ganhos são percebidos:

Esse processo de organização em nível regional conseguiu desencadear lutas, bem como obteve conquistas importantes para os atingidos, como foi o caso dos atingidos pela UHE Itá, quando em 1987, as famílias conquistaram um acordo sobre a construção de reassentamentos coletivos. Esse acordo mencionou sobre regras de quem eram os atingidos e também sobre os padrões de casa, terra, assistência técnica para as famílias reassentadas. O acordo é uma referência até hoje para a luta por reassentamentos nas várias regiões onde os atingidos estão organizados. As conquistas foram acontecendo através de muita luta e organização. Houve enfrentamentos entre atingidos e empresas construtoras das

obras para que os direitos fossem cumpridos. Mesmo assim, a forma de indenização dos atingidos foi bastante diversa de acordo com as lutas que se conseguiu travar em cada local (MAB, 2012, p.5).

Sendo assim, o MAB passa a se constituir como uma importante ferramenta de luta dos atingidos, ganhando um caráter nacional. No ano de 1991, durante o I Congresso dos Atingidos de Todo o Brasil, foi definido que o MAB deveria ser um movimento nacional, popular e autônomo, organizando e articulando ações contra as barragens a partir das realidades sociais, à luz dos princípios da organização. A luta se intensificou abordando que o problema central está no modelo energético, ou seja, a luta pelo direito a ter terra, casa, vida digna continuou com a compreensão de que era possível ter dignidade sem necessitar construir as barragens (MAB, 2012).

Na visão de Foschiera (2009), o MAB foi se transformando em um movimento popular, que visava organizar a população atingida ou ameaçada por barragens na luta contra a construção de grandes barragens e pela garantia de seus direitos, colaborando, assim, para a construção de um novo modelo energético. Com isso o movimento passou a figurar entre as articulações com o Estado e com os grupos econômicos (chamados de capital) responsáveis pela construção desses empreendimentos.

Segundo o *site* do MAB, o movimento foi criado para reunir os envolvidos, esclarecer as pessoas e despertar para, através da luta, atingir os objetivos do movimento, criando assim uma organização das populações atingidas pela construção de barragens. Os participantes do MAB integram os grupos de base, formado pelas famílias ameaçadas ou atingidas por barragens, organizando os moradores e as comunidades atingidas que estão dispostos a lutar pelos seus direitos frente aos grandes empreendimentos. Além dos grupos de base, o MAB tem coordenações locais, estaduais e nacionais (MAB, 2012).

Segundo Foschiera (2009, p. 291), após a criação do movimento, foi se consolidando as principais formas de atuação do trabalho do MAB:

O MAB foi definindo sua atuação centrada em três eixos - resistência, negociação e pós-negociação -, destacando-se algumas situações de hidrelétricas que se encaixavam nesses eixos, em 1996: 1) resistência – fazendo frente à construção das barragens - Machadinho, Barra Grande, Campos Novos, Lajeado, Belo Monte, Porto Estrela, Salto da Divisa, Tijuco Alto etc.; 2) negociação – buscando garantir uma indenização justa que garantisse uma vida digna aos atingidos - Castanhão, Furnas, Serra da Mesa, Salto Caxias, Itá, Irapé, Salinas, Calhauzinho etc.; 3) pós-negociação – pretendendo resolver pendências ou problemas que surgiram nas

áreas de reassentamentos, ou de casos de famílias que não foram indenizadas ou devidamente indenizadas – Itaparica, Sobradinho, Porto Primavera, Tucuruí, Balbina, Salto Segredo etc.

Assim, o grupo, regionalmente, vai identificando sua forma de atuação e coordenando o trabalho de acordo com o momento de cada implantação das usinas hidrelétricas. O MAB amplia seu espectro de atuação ao sair da luta apenas por indenizações justas para o movimento contra a construção de usinas hidrelétricas em diferentes pontos do país.

## **5 A POPULAÇÃO DE SALTO CAXIAS, OS MOVIMENTOS SOCIAIS E A RECONFIGURAÇÃO DAS IDENTIDADES**

Nesta etapa do trabalho, apresentamos e interpretamos o material da pesquisa relativo aos ribeirinhos deslocados a partir da construção da hidrelétrica. Procuramos focar de que forma cada uma dos sujeitos percebeu este movimento de saída de um território e construção em um novo espaço e as repercussões que esse movimento tem na identidade destes sujeitos.

Também analisamos qual foi a atuação que os movimentos sociais tiveram, especialmente no caso de Salto Caxias, em função da especificidade do projeto dessa hidrelétrica e da participação da população nas lutas e movimentos de reassentamentos e indenizações da população ribeirinha.

### **5.1 OS REASSENTADOS: A HISTÓRIA DOS SUJEITOS QUE RECONSTRUIRAM SUAS IDENTIDADES EM UM NOVO ESPAÇO**

Como já abordamos anteriormente, parte da população ribeirinha da usina hidrelétrica de Salto Caxias foi reassentada em fazendas próximas aos municípios de Cascavel e Corbélia, no Paraná. O principal reassentamento é chamado de São Francisco de Assis, ou comumente conhecido como Flamapec, por este ser o nome da empresa proprietária das terras antes do reassentamento.

Esse reassentamento foi organizado pela COPEL procurando manter algumas condições dos sujeitos na sua terra de origem onde cada família ganhou sua casa e sua terra para plantação no mesmo espaço, diferentemente de outros reassentamentos onde as terras de plantio ficam distantes do local onde os indivíduos moravam (PAGLIARINI, 2009; RAMPAZO, 2009; NATT, 2011). Essa condição faz com de que certa forma se reproduza, em parte, algumas características do ambiente anterior, em seus municípios de origem.

As referidas terras foram escolhidas pela população através das diversas ofertadas pela COPEL aos ribeirinhos que procuraram um espaço onde reunia as melhores

características para a continuidade da principal atividade produtiva do grupo, que é a agricultura familiar. A primeira impressão de quem visita o reassentamento é positivo, pois é possível visualizar grandes extensões de terra, onde ocorrem as plantações, junto com as casas que cada família ganhou no reassentamento. Hoje, essas residências já estão modificadas por obras que cada morador fez, descaracterizando a padronização inicial estabelecida pela empresa construtora do reassentamento. Assim, cada morador pôde fazer as modificações e ampliações nas suas casas, favorecendo um pouco mais a necessidade de cada um.

Com o objetivo de procurar identificar qual era a percepção dos sujeitos a respeito desse processo de transferência compulsória de moradia, foram realizadas entrevistas com doze pessoas que foram reassentadas na fazenda Flamapec e habitam esta área há quase quatorze anos, desde a definição da construção da Usina. Primeiramente, chegamos até o reassentamento São Francisco de Assis e procuramos aleatoriamente uma residência, procurando identificar sujeitos que foram deslocados em função da construção da Usina. Na primeira casa que avistamos, logo na entrada do reassentamento, conhecemos o Sr. Milton e sua família que realizaram seu relato. A partir daí, procuramos seguir indicações dos entrevistados para encontrar outros sujeitos que foram transferidos para o reassentamento. Isso foi necessário, pois em algumas casas já encontramos famílias que não foram reassentadas e, sim, compraram o direito de uso de outra família originalmente reassentada.

Para as entrevistas não foi necessário marcar horário, logo que chegamos à casa desses sujeitos éramos recebidos, identificando o objetivo do nosso contato e assim conseguimos as entrevistas. Um ponto que observamos nesses sujeitos foi uma reserva no contato com pessoas estranhas, principalmente aqueles que vêm com o propósito de fazer uma “entrevista” e utilizam um “gravador”, como o que o foi realizado no trabalho. Segundo relatos dos próprios moradores, isso se deve ao fato de as entrevistas ocorrerem frequentemente durante todo o processo de transferência de residências, pelas empresas contratadas pela COPEL para essa finalidade. Dona Nair, uma das entrevistadas, pergunta: “Vai precisar gravar mesmo? Cansamos de gravar o que a gente fala para o pessoal, mas nunca aconteceu nada”. Isso mostra um pouco como foi a recepção desta senhora no momento que iniciamos a entrevista, deixando certo receio na gravação da entrevista.

Segundo os moradores entrevistados, a reserva deve-se aos constantes levantamentos, entrevistas particulares e recenseamentos que as populações passaram durante todo o processo de reassentamento e indenizações, principalmente por aquelas pessoas que “representavam” a construção da Usina e de alguma forma iria retirá-los do espaço onde comumente desenvolveram suas vidas e suas identidades. Ou seja, esta reserva, mesmo que já se tenha passado quase vinte anos do fato, ainda é apresentada como um mecanismo de defesa dos ribeirinhos contra aqueles que representavam a construção da hidrelétrica e a retirada dos espaços vividos.

Passado esse momento inicial de mostrar os objetivos da entrevista, por todos os moradores fomos muito bem recebidos e prontamente nossas perguntas eram respondidas, inclusive eles indicavam outras pessoas para realizarmos as próximas entrevistas.

### **5.1.1 Os ribeirinhos deslocados da Usina de Salto Caxias e suas histórias**

Para entendermos melhor essa transição apresentamos alguns personagens que compuseram nossa pesquisa e as atuais condições do reassentamento São Francisco de Assis:

Milton

Nas primeiras casas que conseguimos visualizar, no reassentamento São Francisco de Assis, encontramos o Sr. Milton e sua família residindo ali e iniciamos nossas entrevistas com este senhor. Durante a entrevista, o Sr. Milton nos conta que é agricultor e veio reassentado da cidade de Três Barras do Paraná, onde suas plantações tinham 60 alqueires. Lá ele tinha cultivo de soja e milho e levava uma vida tranquila. Sr. Milton relembra como foram as primeiras notícias de instalação da hidrelétrica e como o fato correu entre os ribeirinhos:

Lembro que fiquei sabendo da Usina por um vizinho, mas faz muito tempo. Até que a coisa caminhou demorou muito, mas a gente sempre ficava pensando no que iria acontecer com nós, né? Depois veio um pessoal na nossa casa, do governo, né, falar que ia ser construída uma Usina e tinha que fazer um lago perto do rio, e para construir este lago tinha que tirar todo mundo que morava na beira



do rio. Aí a gente se assustou, né, porque não falaram mais nada. Depois de alguns anos, toda a vizinhança já sabia que a gente ia ser retirada dali, que alguma coisa ia acontecer, mas não sabia o quê. Ficava uma coisa estranha entre a gente, parecia que “tavam” nos tirando o que já tínhamos construído, é difícil, né? (Milton)

Assim, vemos através da fala do Sr. Milton que a reação a partir da notícia de construção da Usina gerou um sentimento de insegurança entre os ribeirinhos que não sabiam o que iria acontecer. Nem mesmo oficialmente, através da COPEL, ficava claro qual seria o destino da população, a partir das necessidades de construção da Usina. Com essas notícias, o Sr. Milton passou a acompanhar de perto como ocorreriam as mudanças, principalmente em que local eles iriam ser instalados. Lembra que foram muitas discussões até se chegar a um consenso sobre qual seria o local onde as famílias seriam reassentadas:

Depois nós começamos a trabalhar juntos, foram muitas reuniões, encontros, traziam o governo, traziam gente de fora pra dizer como ia ser, traziam gente que nos entrevistava pra ver se a terra era nossa, o que a gente fazia... Chegou um dia que a COPEL disse que tinha algumas áreas pra gente escolher onde queria ficar, para onde a gente ia ser levado (Milton).

Assim, ele, juntamente com as demais famílias, puderam escolher onde seria o reassentamento e assim ocorreu. Depois de algumas visitas às opções fornecidas pela COPEL, a população ribeirinha, representada pela CRABI, escolheu o reassentamento São Francisco de Assis para serem reassentados. Como vimos na fala do Sr. Milton isto ocorreu muito em função da localização do reassentamento, próximos de duas cidades consideradas como de “progresso”, com melhores condições e qualidade de vida.

Foi muito bom. A COPEL, ela fez todo o objetivo que era necessário que ela fizesse ela fez, foi correto. Eu, quando vim para cá, eu já vim, porque a COPEL deu a opção pra gente escolher onde a gente quisesse ficar, ficava, e eu escolhi Cascavel, porque na minha visão é um lugar de progresso, que a gente tem Corbélia aqui perto que é uma cidade de tudo bom, então aqui é bom (Milton).

No reassentamento o Sr. Milton recebeu à época 75 alqueires de terra, ampliando a sua propriedade onde hoje planta soja e milho e tem seu gado para leite, mostrando-se satisfeito com a transferência, após treze anos, da mudança para a nova propriedade:

[...] lá eu tinha mais ou menos 60 alqueires, quatro depois foi negociado com meu irmão. Olha, com certeza, não tem comparação de como eu estava lá embaixo, aqui é muito melhor, terreno aumentou mais, muito mais do que a gente precisa, então aqui é bom. Aqui tenho 75 alqueires (Milton).

Sr. Milton também comentou sobre a postura de outras famílias de venderem suas terras e se mudarem do reassentamento, como se isto pudesse ser considerado um sinal de derrota para aquelas que foram deslocados pela construção da hidrelétrica. Por serem consideradas terras de boa qualidade, muitas famílias fizeram negócios, venderam suas propriedades e foram para outras localidades. No seu caso, ele afirma que ficará nas terras, principalmente porque avalia como de excelente qualidade e produtividade, necessidades para a agricultura que exerce.

[...] olha, na minha visão, eu vim pra ficar, não me interessa fazer negócio, nunca pus assim, nem pensamento tive de ir embora daqui. A terra é muito boa e tem muita gente de olho aqui, mas aqui é que crio a minha família e tiro nosso pão de cada dia (Milton).

Falando sobre a organização do reassentamento, o Sr. Milton avalia que as condições são próximas das que ele tinha em função de que muitos dos seus vizinhos hoje são conhecidos da cidade de Três Barras, fazendo com que algumas referências antigas ainda permaneçam.

Tá muito parecido como era antes, muitos dos vizinhos que tenho são os mesmos que quando morava na minha cidade, tem outros que conheci aqui porque são de outras cidades diferentes, né? Mas tá muito bom, todo mundo se entendeu bem e conseguimos conviver muito bem, a luta por boas condições de vida nos une (Milton).

Por outro lado, o Sr. Milton destaca os novos vizinhos que recebeu dizendo que a adaptação foi tranquila, pois esses vizinhos são famílias que também foram deslocadas de outros municípios onde a represa da Usina de Salto Caxias alagou, alguns até são parentes. A luta por melhores condições de vida no reassentamento ainda é um motivo que faz unir os moradores, diferente do que foi a CRABI, hoje eles se organizam em associações de moradores para exigir melhores condições para o loteamento, com posto de saúde, escola, praças e outros.

Para finalizar, a avaliação que o Sr. Milton faz do deslocamento é positivo, pois hoje consegue produzir em melhores condições e tirar sua renda da terra, como fazia na cidade de Três Barras do Paraná. Isto lhe dá uma sensação de melhoria que se reflete nas possibilidades que ele tem de ampliar sua casa e criar melhores condições de moradia.

Na verdade vou arrumar aqui minha casa, vou fazer lavanderia, tenho que arrumar o barracão que com o vento que deu ficou ruim, mas vou arrumando devagarzinho. Com o que a lavoura me dá, tenho condições de devagarinho melhorar as coisas aqui. Aqui já moro a treze ou quatorze anos e as coisas já tão bem melhor (Milton).

Finalizando a entrevista com o Sr. Milton ele nos indica para uma conversa a Sra. Francisca, que também era moradora de Três Barras e foi reassentada próxima à residência do Sr. Milton.

Francisca

Realizamos a entrevista com a Sra. Francisca enquanto o seu esposo, o Sr. Gilson, estava trabalhando na roça com as plantações. Assim, ela pôde nos falar como foi para a família a transferência para a nova terra. Ela vivia no município de Três Barras do Paraná, onde eram proprietários de dezesseis alqueires, mas receberam no novo assentamento sete alqueires. Cultiva ali soja, milho e possui algumas cabeças de gado leiteiro, tem sua horta:

[...] vim de Três Barras do Paraná, tinha 16 alqueires, produzia milho e feijão. E escolhemos. Isso aqui eles pagaram lá e nós pagamos por produtos. Temos sete alqueires e plantamos soja e milho. Temos umas vacas, cavalos e galinhas (Francisca).

O fato de receberem um lote menor de terras não parece preocupar a Sra. Francisca, pois na cidade de Três Barras parte das terras ocupada pela família não era de sua propriedade e por este motivo eles receberam um lote menor do que o que tinham. A Sra. Francisca também lembra um pouco de como foi todo esse processo que envolveu a definição do local do reassentamento e como isso causou um grande mobilização da população ribeirinha para saber o que, de fato, iria ocorrer com eles.

Quando a gente para pra pensar vê como foi complicado isto tudo que nós passamos, falaram pra gente que a gente tinha que sair pra construir a hidrelétrica, depois falaram que a gente ia receber um dinheiro pra ir pra outro canto, depois mudou e a gente ia ser mudado pra uma fazenda, ia ganhar terra pra plantar e casa pra morar. Até que veio o pessoal do movimento e juntou a gente e aí sim nós definimos o que a gente queria e foi aos poucos que as coisas foram acontecendo (Francisca).

Assim, percebemos na Sra. Francisca as consequências emocionais de todo processo vivenciado, retratando como foi difícil deixar de lado a antiga moradia, para

habitar um novo local, em muito, incerto. Toda lembrança positiva deste passado ficou registrado na memória da Sra. Francisca e ela relata, fazendo um resgate do passado, a partir do tempo presente.

O dia que chegou o caminhão pra carregar a mudança eu chorei muito, chorei bastante...ficava pensando em tudo que eu tinha passado ali, vi meus filhos nascerem, eles cresceram, se criaram soltos na roça, felizes que só. Foi muito triste, eu tava indo obrigada pra um lugar que a gente não conhecia bem, falavam bastante, mas só vivendo pra saber como ia ser aqui (Francisca).

A fala nos demonstra um pouco como foi o sentimento de deixar uma terra, no passado, um local onde as famílias construíram suas histórias e por um motivo alheio à sua vontade, eles tiveram que sair do seu conhecido espaço para (re)construir suas vidas em um novo território.

Fazendo uma avaliação de hoje, ela disse também que o casal se sente satisfeito com a mudança para a nova propriedade, “melhorou muito depois do assentamento”, após esses treze anos passados, destacando a boa qualidade terra de sua nova propriedade. Só ela reclama que ainda não recebeu a escritura da terra:

Aqui melhorou muito, a gente tá muito satisfeito, aqui é muito mais fácil para a gente, né. Hospital é perto, é perto da cidade, pra nós melhorou, pra nós é bom. A luta foi difícil, o mais difícil para nós aqui, que nós está achando ruim, é a parte da escritura, que não veio ainda (Francisca).

Sobre as mudanças, a Sra. Francisca relata como lida com a cidade de Cascavel, que fica próxima ao reassentamento e que comumente tem que ir em função dos serviços médicos ou mesmo do comércio. Para a moradora de uma pequena cidade do Paraná, morar próximo de uma cidade considerada “grande” faz com que suas rotinas e costumes se modifiquem, buscando uma adaptação à nova realidade. Depois de quatorze anos morando próximo de Cascavel, ela parece estar um pouco mais habituada, mas afirma que só visita a cidade em caso de necessidade.

O que nos assusta um pouco é a cidade grande, não tinha costume de ver muito carro, prédio, gente e quando a gente tem que ir a Cascavel a gente estranhava, mas agora nós estamos acostumados, não costumamos ir, mas quando vamos gente se vira bem (Francisca).

Outro ponto destacado pela Sra. Francisca está no fato de como a população das cidades de Corbélia e Cascavel receberam os ribeirinhos no reassentamento e o que falavam deles. Podemos perceber que essa percepção foi se modificando ao longo do

tempo, no princípio as famílias foram consideradas “sem terra” e agora passam a ser reconhecidos como agricultores, que é, para a Sra. Francisca, a melhor definição para eles próprios:

Nós passamos por muitos momentos aqui, fomos chamados de sem terra, de atingidos por barragens, de pobres e aos poucos os vizinhos e o pessoal lá da cidade passa a ver que somos trabalhadores. Na verdade, nós somos agricultores, vivemos da terra para tirar nosso sustento. Mas é que o pessoal daqui não sabe o que aconteceu com a gente (Francisca).

Esta situação vivenciada pela Sra. Francisca tem bastante importância na adaptação dos moradores com a ocupação do novo território e suas identidades. Até certo ponto, os próprios ribeirinhos passaram por esse processo de reafirmação da sua identidade de agricultores, enquanto estavam sendo reassentados. Com a readequação das suas atividades, eles foram se reafirmando enquanto agricultores e as pessoas da região passaram a perceber estes sujeitos através da sua atividade laboral, de agricultores. A identidade tem relação com a luta que eles empreenderam frente à COPEL para garantir benefícios e boas condições de moradia com o deslocamento:

Hoje eu vejo como foi importante a gente lutar pra conseguir condições boas pra todo mundo. Fizemos até rebelião, derrubamos os cartazes das obras na cidade, brigamos com os funcionários da COPEL até eles nos ouvirem e a gente sentar e conversar. Colocamos tudo que a gente queria para deixar a terra pra eles construírem a hidrelétrica, e com muito custo a gente foi conseguindo as coisas (Francisca).

Na fala da Sra. Francisca podemos perceber o reconhecimento da luta da população como um fato muito importante para afirmar as necessidades desta população e as dificuldades que foram para se obter progresso nas negociações com a COPEL. No final dessa entrevista, nos é indicado conversar com uma vizinha chamada Sra. Nair.

Nair

Iniciamos a entrevista com a Sra. Nair conhecendo um pouco sobre sua condição no reassentamento. Ela é viúva, tem 48 anos, é vizinha e cunhada de outra assentada, veio com seu esposo ao assentamento, e, tendo falecido seu marido, mora hoje com um filho, levando adiante a lavoura. De quatro alqueires na terra antiga, hoje ela disse que

tem mais ou menos oito alqueires, onde planta milho e feijão, tem vacas leiteiras, produzindo também na época, melancia para melhorar o orçamento.

A Sra. Nair tem toda a sua família vizinha, pois eles também foram reassentados próximos da casa onde ela reside. Isso faz com que ela se sinta mais familiarizada com a situação vivenciada hoje, principalmente depois da morte do seu marido:

A gente se sente bem, porque também tá com os da gente, meus irmãos moram ali embaixo, os parentes do meu marido estão ali no começo da vila, ganhamos gente nova também, mas temos muitos conhecidos aqui (Nair).

Ela também destaca os novos vizinhos que ganhou no reassentamento, falando que se dão bem e convivem tranquilamente, juntamente com os antigos vizinhos e moradores da vila onde residiam, próximo ao rio. Perguntada sobre como é sua vida após o reassentamento, vindo ela de outras terras, junto com parentes, está contente e reconhece também que a nova terra é até melhor do que a antiga.

Conversando mais com a Sra. Nair, além da aparente satisfação de estar morando no reassentamento e estar próximo dos seus parentes, ela relembra como foi a resistência que ela teve em sair da sua casa e posteriormente de sair do município onde residiam. Lembra que de nada adiantou a sua resistência, pois chegou uma hora que teve que sair da sua casa, para o reassentamento. A lembrança ainda mobiliza algumas emoções na Sra. Nair, tanto que ela chegou a soluçar e chorar falando sobre suas dificuldades em deixar a antiga casa e o processo de mudança pelo qual ela passou sem ter opção:

No início eu não queria vir pra cá, preferia ficar lá por perto, na verdade eu não queria sair da minha casa e da fazenda, demorou muito anos pra nós construirmos tudo lá (soluços). Mas não teve jeito, primeiro me falaram que tinha que sair de lá de qualquer jeito, porque ia ficar tudo alagado, não ia sobrar nada de lá, nada da cidade que tinha lá. Aí a gente ficou sabendo que ia ser transferido para outro município, mas eu fiquei muito chateada, além de tirar da minha casa ia me mandar pra longe, eu fiquei muito chateada. Mas não teve jeito, tivemos que vir pra cá e começar tudo de novo, como se eu tivesse me casado agora e ia criar minha família (Nair).

Mesmo com o sentimento do que ficou para trás, na cidade onde eles moravam e tinham suas referências, a Sra. Nair parece já estar adaptada à região visualizando novas oportunidades para os filhos em cidades de maior desenvolvimento econômico, como é o caso de Cascavel, ligando a ideia do referido “progresso”. Nesse sentido, são percebidas

melhores condições de acesso à saúde, lazer e emprego, mesmo que a realidade de Cascavel seja bastante diferente da que eles estavam habituados, no território onde habitavam anteriormente:

Aqui é a terra do progresso, estamos perto da cidade grande, tem muita oportunidade pros nossos filhos e a gente mesmo fica feliz quando vai pra cidade passear ou ir no médico, né? Esta mudança significou muito para nós, foi difícil deixar para trás tudo que construímos, mas aqui tivemos condições de melhorar e ser mais feliz com tudo que temos aqui (Nair).

Apesar de estar satisfeita com a nova moradia e as novas oportunidades que aparecem, a Sra. Nair lembra como foi a luta da população ribeirinha para se chegar nesse estágio e também pode usufruir de um boa terra para se viver e plantar. Lembra também que a CRABI teve uma participação fundamental durante todo o processo de negociação e posteriormente a transferência da população para o reassentamento São Francisco de Assis.

Foi difícil para todo mundo começar a vida aqui de novo, a gente não sabia se ia dar certo, se a terra ia funcionar, então a gente não sabia como ia ser. A CRABI ajudou a gente neste sentido, esclarecendo tudo que ia acontecer, mas mesmo assim a gente ficava sem saber (Nair).

Em todo esse processo de deslocamento, a Sra. Nair comentou que apareciam muitas informações desencontradas, que eram modificadas constantemente, e a CRABI passou a ser a interlocutora oficial da população ribeirinha, repassando as principais decisões e negociações que se estabeleciam com a COPEL. A participação da Sra. Nair era constante, junto às reuniões que eram realizadas entre os próprios ribeirinhos e a CRABI:

Desde que chamaram todo mundo pra se reunir, eu fui, meu marido não queria muito participar, dizia que não ia levar pra lugar nenhum, mas mesmo assim eu fui. Até que a maioria participasse, demorou, as pessoas ficavam com medo de ir, mas depois falaram que era pra gente escolher quem ia nos representar e tinha que ser alguém de nós. Aí sim que o pessoal gostou, não era gente de fora, era a gente mesmo que ia trabalhar pra garantir nossos direitos (Nair).

Na fala da Sra. Nair, percebemos o processo que envolveu a criação da CRABI entre a população ribeirinha, no início foi tratado com um pouco de desconfiança entre os moradores da região, mas com o passar do tempo, as intenções e os objetivos do movimento foram sendo conhecidos, as pessoas foram se aglutinando e realizando as mobilizações do movimento.

Para finalizar, Sra. Nair comenta sobre as principais mudanças que ela passou durante todo esse período, desde a saída do antigo município até hoje, destacando a incerteza que eles tinham, o falecimento do marido e a vida que ela tem hoje:

Nestes anos todos passei por muita coisa aqui. Chegamos eu, meu marido e as crianças sem saber de nada, não era a nossa casa. Depois a gente foi se arrumando, se acostumando com as coisas daqui, começou a plantar, a terra começou a render e foi tudo melhorando. Arrumamos a nossa casinha, mas daí meu marido começou a ficar ruim da saúde, ter uns problemas com a diabete. Nós até conseguimos ajuda em Cascavel com o pessoal do hospital de lá, mas o velho também não se cuidava e logo depois ele faleceu. Mas isto acontece na vida de todo mundo, não é? Eu e as crianças tivemos que aprender a viver sozinhos, meu filho passou a cuidar da roça, eu passei a ajudar mais, e assim nós estamos indo. Tudo vai se ajeitando, mas eu sinto muita saudade do meu velho... (Nair).

Assim, concluindo a entrevista, a Sra. Nair continua sua vida, satisfeita com os resultados até agora e com a ajuda do filho vai trabalhando em sua plantação e tirando o rendimento para sustentar sua família e dar melhores condições de vida, no reassentamento São Francisco de Assis. A Sra. Nair nos levou até o Sr. Valter, um conhecido que mora próximo e que também foi deslocado de sua cidade.

Valter

Nosso próximo entrevistado é o Sr. Valter, que junto com a família veio de Três Barras, onde tinha quatorze alqueires, com seus irmãos, terra recebida de seus pais, onde realizava seu trabalho rural. Hoje, no assentamento, tem doze alqueires onde planta soja e milho. Ele nos fala sobre como avalia a transferência para o reassentamento.

Fiquei muito satisfeito com a COPEL, são melhores as condições de morar aqui, inclusive aqui a maioria dos que moram aqui na fazenda são conhecidos de trinta anos e ficamos tudo próximo aqui. Aqui nós já nos instalamos há treze anos (Valter).

Na conversa com o Sr Valter, podemos notar claramente a participação que a CRABI teve com a população local, tendo em vista que ele participou desde o início da fundação da CRABI e também ocupou um cargo de diretoria dentro do movimento, realizando as reuniões e negociações da situação dos moradores ribeirinhos com o governo do Estado, para intermediar as necessidades do grupo com a COPEL. Em sua fala, percebemos a noção que só com a união dos moradores, através da consolidação das atividades da CRABI, foi possível negociar melhores condições para todos. A CRABI



criou uma identidade do grupo dos ribeirinhos, que tinham, neste movimento, uma voz frente ao poder estabelecido pelo COPEL:

Particpei desde o início do movimento da CRABI, lá a gente se organizou para fazer frente aos grandes da COPEL, só assim a gente foi reconhecido. No começo, nem a COPEL queria falar com a gente, só depois que eles viram que nada ia sair se eles não conversassem com nós. A gente reuniu todo mundo, de todos os municípios das redondezas, todo mundo se juntou porque viu que era o único jeito de conseguir alguma coisa. A COPEL não ia ouvir cada um de nós, precisava ter alguém que representasse a ideia de todos e isto aconteceu com a CRABI, cheguei até a ser um dos diretores do movimento e negociar direto com o governo em Curitiba (Valter).

Nessas falas do Sr. Valter, podemos identificar como foi, em parte, a participação da CRABI nas negociações que envolviam os interesses da população local frente à COPEL, representada pelo governo do Estado. Ele também lembra do tratamento dado inicialmente pela COPEL aos moradores da região, demonstrando certa indiferença à população que ali residia:

Eles chegavam achando que eram donos daquele pedaço e a gente tava atrapalhando as coisas que eles queriam fazer ali, no caso, o lago. Parecia que não tinha gente ali, que era só terra, depois eles viram que nós nos organizamos e queriam nossos direitos para que a gente saísse dali (...). Chegavam os engenheiros, entravam na nossa casa, começavam a medir as coisas, tirar foto, sei lá que mais que eles faziam... e nem se preocupavam com a gente. Isto foi deixando a gente com mais raiva deles, não era o jeito certo de fazer as coisas, todo mundo sabia ali que ia ter que abandonar suas casas, mas demorou até que eles falassem isto pra gente, fizeram uma reunião, chamaram todo mundo e explicaram como ia ser feito (Valter).

Outro fato comentado foi a forma como a COPEL informou sobre a necessidade de retirada daquelas moradias para a construção da hidrelétrica. Isso ocorreu através de reunião, onde todos os moradores participaram e a COPEL pôde explicar qual seria o plano inicial para a desocupação da área. Ao que parece, isso ocorreu depois da notícia já correr na cidade, da visita de alguns técnicos da empresa na área, o que causou um conflito entre a população e a COPEL.

Ampliando a conversa com o Sr. Valter, ele nos fala da situação atual de vida e reconhece que melhorou após esses anos de transferência, embora com dificuldade inicial. Disse que recebeu, quando da mudança o barracão, com toda a infraestrutura, água e luz, e foi melhorando com o tempo.

Quando eu cheguei não foi bom, ganhei só um barracão, mas já tinha água e luz, de resto não tinha nada. Parecia um barraco perdido neste monte de terra que era

a fazenda. Mas daí a gente começou a trabalhar na terra, fazer nossa plantação e começou a melhorar o barracão, a casa, a lavoura, comprei até umas máquinas pra ajudar na roça, deu tudo certo, graças a Deus. No início, eu estranhei muito, ficava pensando, não dormia direito até, só pensando no trabalho que eu ia ter aqui, mas foi bom este tempo todo, Deus ajudou e a gente venceu aqui (Valter).

Por outro lado, ele relembra como foi período inicial, logo quando chegou ao reassentamento e como foram os comentários que os moradores de Corbélia faziam a respeito da população que iria ocupar aquele espaço. Novamente, vemos aqui a preocupação que os moradores tiveram com o que os demais dos arredores falavam a seu respeito: eles eram considerados como “estrangeiros” na terra que agora eram donos e essa sensação demorou a passar até o momento em que eles mostraram para a população o que sabiam fazer e como queriam ser reconhecidos.

Lembro as primeiras vezes que vim pra cá, que o pessoal de Corbélia ficou sabendo que um pessoal ia vim morar aqui. Eles achavam que era coisa do MST, que ia ter um acampamento, que um monte de gente sem trabalho ia vim pra cá. Tivemos que mostrar que nós éramos agricultores, que sabíamos mexer na terra (Valter).

Superado este período inicial de reconhecimento por parte dos moradores locais, o Sr. Valter fala com orgulho das possibilidades que tem na região, destacando o seu filho, que trabalha e estuda em Cascavel. Além disto, hoje vemos estacionados na garagem da casa uma moto e um automóvel, resultado do que conquistou:

Uma parte boa daqui é que deu oportunidades pros jovem, meu filho não quer trabalhar na roça como eu, foi estudar e até arranjou um trabalho em Cascavel, ele vai todo dia e volta do trabalho, sai cedo e volta de noite, depois do colégio, passa o dia em Cascavel. Mas isto foi bom porque a gente mora perto de Cascavel hoje, tem chance de trabalho lá, fora da lavoura. No início, eu achei que ele ia trabalhar comigo, ele até me ajuda quando eu preciso, mas não quer ficar na roça, preferiu um trabalho na cidade (Valter).

Morar próximo da cidade de Cascavel, no reassentamento, criou oportunidade para que o filho do Sr. Valter estudasse e arrumasse um emprego na cidade, fora do trabalho com a lavoura e com o plantio, fato que é destacado em sua fala. Finalizando a entrevista com o Sr. Valter, tivemos a oportunidade de conhecer seu vizinho o Sr. Carlos, com quem tivemos a entrevista subsequente.

Carlos

O próximo morador a ser entrevistado foi o Sr. Carlos que tem sessenta anos, veio do município de Nova Prata do Iguçu, onde era arrendatário de uma área de dois alqueires naquele local. Em seus quatorze alqueires de terra recebidos, ele produz milho, soja e até trigo, e se notam muitas vacas leiteiras pastando ao redor da casa. No início de nossa conversa com o Sr. Carlos, ele lembrou como foi que a notícia da construção da hidrelétrica chegou até a sua cidade e posteriormente os encaminhamentos que ocorreram até a sua mudança:

A história da Usina começou com o pessoal de Capitão falando que iam fazer uma obra grande lá para fazer energia, isto deve fazer uns 30 anos atrás, porque eu já estou aqui há uns 14 anos. Só que eu não sabia que ia chegar até nós, em Nova Prata, que a gente também ia ser envolvido. Até que a COPEL, junto com o pessoal da prefeitura de lá, fizeram uma reunião com nós e falaram que iam precisar tirar nós dali para criar um lago. Aí que eu fiquei assustado, vi que iam mexer com nós. Então, nós vimos o problema batendo na minha porta (Carlos).

Continuando nossa conversa, o Sr. Carlos falou como viu a nova moradia e quais as expectativas que tinha sobre a qualidade das terras que ganhou da COPEL, em função do deslocamento.

Desde o primeiro momento que vi esta terra, sabia que ia dar certo, quando vim aqui para olhar e para escolher o lugar, vi que a terra era boa e que ia ajudar a gente. E é isto que está acontecendo, todo mundo aqui consegue trabalhar com a terra melhor do que a terra que nós tínhamos antes (Carlos).

Vemos que o Sr. Carlos foi transferido para o reassentamento de Corbéia, como um dos mais próximos moradores da estrada, junto à rodovia BR 277, e assim podemos ver evidenciada sua satisfação com a atual situação, dizendo que “ganhou na loteria”, até pela aparência bem arrumada da casa, com três veículos estacionados e uma boa estrutura residencial:

Aqui, meus filhos tiveram oportunidade de estudar, procurar bons empregos e progredir. Nunca esperava que isto fosse acontecer, pensei que eles iam ficar na roça como eu recebi do meu pai, né? Mas acho que vai ser bom, pra eles são novas oportunidades, fora do trabalho do campo, oportunidade que eu não tive (Carlos).

Assim, o Sr. Carlos nos conta como está sua vida hoje e como seu filho aproveita a proximidade com a cidade de Cascavel para trabalhar em outro ramo. Isto não parece preocupá-lo, pelo contrário, fala com certo orgulho do filho estar conseguindo iniciar e ter

outra carreira, fora do campo, falando que ele não teve esta mesma oportunidade. Em parte, isto tem relação com a localização da moradia e do reassentamento que eles vivem hoje. Sr. Carlos lembra também de alguns outros vizinhos que deixaram o reassentamento, parecendo reprovar esse tipo de atitude, como se essas pessoas deixassem para trás a história de lutas empreendidas pela população para conquistar o espaço onde eles habitam hoje. Sr. Carlos não tem notícias de onde estão e como estão vivendo essas pessoas:

Tem gente que não conseguiu ficar aqui, vendeu a terra pra outros e foi pra outro lado, não sei onde está este pessoal, perdemos o contato. Mas, acho que eles não fizeram certo, nós lutamos tanto aqui para conquistar as coisas, o posto, a escola e agora este pessoal passa pra gente estranha?!

Com isto, finalizamos a vista ao Sr. Carlos e fomos para o outro lado do reassentamento, procurar outras pessoas que poderiam dar seus relatos para nossa pesquisa e assim encontramos o Sr. Adair.

Adair

A conversa com o Sr. Adair foi muito interessante, pois foi o primeiro ribeirinho que trabalhava em uma fazenda na sua cidade de origem e com o processo da transferência ganhou as terras, se tornando proprietário. Isto é bem destacado neste diálogo:

[...] sou de Nova Prata de Iguaçu, tinha dois alqueires de terra e plantava umas miudezas e ainda trabalhava pro meu patrão, faziam aragem. Aqui agora tenho quatro alqueires e digo que sou dono destas terras, aqui consigo tirar o sustento pra minha família com o trabalho que faço na terra, não tenho mais patrão agora, eu que mando nas minhas terras e falo com muito orgulho disto, pra mim tudo isto não podia ter sido melhor (Adair).

O Sr. Adair foi um daqueles ribeirinhos que no processo de mudança se tornou proprietário de terras, uma mudança grande para quem trabalhava na terra de “terceiro”, como ele mesmo fala, além do mais o espaço destinado às plantações praticamente dobrou. Isso tem uma relação direta com sua estima e qualidade de vida e ele reconhece a situação, ou seja, apesar da mudança do espaço físico para o Sr. Adair, a melhor mudança foi ele se tornar proprietário das terras, onde hoje ele pode trabalhar e tirar a renda para sua família. Ele comenta também como foi a reação das pessoas de Nova Prata para aqueles que iram ser retirados da cidade:

O pessoal da cidade falava que a gente nunca ia ganhar terra, isto não existia, que a gente ia trabalhar numa terra que ia ser nossa, ninguém acreditava que isto poderia ocorrer. Até fui aconselhado a pegar o dinheiro e tentar comprar uma terra por ali mesmo, para não precisar sair da roça, mas eu sabia que o dinheiro não ia dar pra muita coisa, daí eu ia ficar sem terra pra trabalhar e sem dinheiro. Preferi esperar e ver o que ia acontecer, mesmo com a demora foi melhor assim (Adair).

Sr. Adair relembra também da sua participação nas reuniões da CRABI, no engajamento que teve junto com os demais moradores de Nova Prata para que algumas condições da transferência fossem estabelecidas junto a COPEL:

Participei de muitas reuniões que tivemos com a comunidade para se organizar e pensar como fazer as coisas, como nós íamos cobrar os direitos. Primeiro, veio um pessoal de fora, que organiza uns movimentos para falar pra nós da importância de ter uma representação nossa para negociar com o governo, mostraram também como isto tinha acontecido em outros lugares, depois eles nos ajudaram a organizar o que chamamos de CRABI, que era a reunião dos atingidos pela usina do rio Iguaçu, que era o nosso caso.

Esta fala nos mostra um pouco como foi a constituição e participação na CRABI, conforme pesquisamos, a ideia deste movimento social é que surjam lideranças da própria comunidade para que eles mesmos possam interpor suas necessidades para as empresas responsáveis pela construção da hidrelétrica, ou seja, a organização do movimento auxilia na criação e desenvolvimento de lideranças locais e foi isso que aconteceu com a usina de Salto Caxias e o movimento social CRABI. Para finalizar nossa conversa, novamente o Sr. Adair fala que a principal mudança que ocorreu para ele foi a de se tornar dono da terra onde ele cultivava sua plantação hoje, inclusive citando que tem orgulho de falar dessa condição para outras pessoas e para sua família que parte ficou em Nova Prata do Iguaçu:

Pra mim, particularmente, o que mudou que agora sou dono das terras e isto faz uma diferença enorme, quando eu falo agora pros outros, pra minha família falo que eu sou dono da terra, não sou mais só empregado como eu era, isto é uma diferença enorme para mim que desde sempre trabalhei na terra, Deus também nos ajudou e consegui (Adair).

Assim, finalizamos a entrevista com o Sr. Adair, também finalizando a primeira etapa de entrevistas que fizemos no reassentamento São Francisco de Assis.

Oswaldo

Logo que chegamos ao reassentamento, encontramos indo para a lavoura o Sr. Oswaldo e solicitamos ali uma entrevista, pois ele também foi transferido da cidade de Nova Prata do Iguaçu, em função da construção da hidrelétrica. Lá ele tinha 2 alqueires e agora no reassentamento está com 3 alqueires. A conversa que tivemos com o Sr. Oswaldo foi um ponto diferente das anteriores em função de uma insatisfação que ele sente hoje em relação a tudo o que vivenciou durante o processo de transferência. Dita insatisfação está ligada um pouco com a propriedade que tem hoje, com a distância que ele ficou de sua família e com as mudanças que percebeu em si mesmo. Primeiramente, o Sr. Oswaldo relembra como foi a reação dele e da sua família com a possibilidade de ser reassentado em outro município.

Desde o início, minha família, minha mulher e as crianças naquela época, ficaram com muito receio da gente sair daquela terra, de perder os amigos e os familiares que ficaram, não ia ser bom pra gente e realmente não foi. As crianças hoje estão grandes e não reclamam muito, mas eu e minha mulher não ficamos muito satisfeitos com a situação, estamos muito longe da nossa família e também não gostamos de morar aqui perto da cidade, tem mais violência, tem mais pobreza por aí (Oswaldo).

Por anterior fala, verificamos que a ausência da proximidade com a família é motivo de grande insatisfação e também o fato de morar próximo de cidades consideradas como “grandes” não agrada a família do Sr. Oswaldo. Essas duas condições fazem com que as mudanças no estilo de vida da família sejam grandes, causando aparente desconforto. Ampliando o diálogo com o Sr. Oswaldo, percebemos também uma reclamação quanto à quantidade de terra recebida, mesmo que na sua cidade de origem ele fale que também não tinha uma propriedade grande.

O problema maior pra mim foi a terra que recebi, tá certo que eu não tinha uma lavoura muito grande, mas aqui a terra é pequena, não dá pra ter uma boa plantação e daí eu não consigo muito dinheiro, tenho que acabar fazendo serviços pros outros e eu não queria isto. Pensei desde o início que ia receber uma terra boa que pudesse trabalhar, por isto que não foi bom pra gente esta mudança, a vida é mais custosa aqui do que lá, antigamente, entende? (Oswaldo).

Na conversa acima referida, percebemos que um pouco das expectativas da família com a mudança foi frustrada e isto é motivo de reclamação da condição atual. A distância com outros integrantes da sua família é destacado como um importante fator de descontentamento por parte do Sr. Oswaldo.

Minha mulher fala todo dia que estamos longe da família e não temos como ir visitar eles. Isto nos deixou distantes das pessoas que a gente gosta, eles moravam na cidade e nós na roça, só que agora ficou muito longe e perdemos o contato com eles (Oswaldo).

Após a conversa com o Sr. Oswaldo, nas proximidades da sua residência, conversamos com o Sr. João.

João

O Sr. João já tinha voltado do trabalho na lavoura e nos concedeu a entrevista na sua casa. Ele é do município de Três Barras do Paraná onde era agricultor com 10 alqueires e agora conta para a sua lavoura com 12 alqueires. Primeiramente, o Sr. João nos conta um pouco a difícil situação que vivia na sua cidade, antes de saber da construção da Usina e de seu possível deslocamento.

Tava vivendo uma fase muito ruim na cidade, a terra não dava dando mais, tinha dívida com o banco, com o comércio, tava numa situação muito difícil, aí o pessoal chegou oferecendo a indenização. Imagina, um dinheiro vivo ali, podia resolver o problema que eu tinha com as dívidas, né? Pensei bem, junto com minha mulher, e preferimos ser transferidos para outra cidade, porque aquele dinheiro ia vim, eu ia pagar o que devia, mas ia ficar sem casa, sem lavoura (João).

A fala do Sr. João nos mostra que ele já vivia uma situação de vida complicada em sua cidade, muito em função da sua condição financeira. Quando ficou sabendo das propostas oferecidas pela COPEL para a população ribeirinha - ou indenização ou reassentamento - teve que fazer uma avaliação sobre o que seria melhor para ele e sua família. Acabaram preferindo a opção do reassentamento, pois viram nesta possibilidade uma saída para iniciar uma nova vida e ter uma nova terra para poder plantar e ter seus recursos financeiros. Nessa conversa, também tivemos oportunidade de compreender como foi a posição de alguns setores da sociedade, como, por exemplo, da Igreja, com relação à construção da Usina na região. Sr. João lembra que, muito em função de ser um “caminho sem volta”, quem era contra a construção da Usina ficou favorável e acabou auxiliando a população na compreensão do seu papel nas negociações que iriam se estabelecer com a empresa proprietária do empreendimento.

Lembro de uma missa de domingo que eu fui na Igreja e o padre na hora do sermão ficava falando que ele era contra a Usina, que o pessoal da Igreja não podia sair dali, destruir aquela comunidade, mas não teve jeito, até ele mudou de

ideia depois, viu que não tinha o que fazer, que iam construir a Usina querendo ou não querendo (João).

Passada essa fase inicial da escolha da forma de indenização, com a mudança para o reassentamento São Francisco, o Sr. João faz uma avaliação de algumas mudanças que percebeu na sua vida e da sua família, em função deste processo. Citadas mudanças estão relacionadas à melhoria da sua condição de vida, inclusive a financeira, como nos relata:

Eu mudei muito vindo pra cá, minha família mudou, aqui tudo é diferente, como a gente melhorou daquele problema do dinheiro, nós estamos levando uma vida melhor, agora até um carro eu tenho pra ir na cidade, antes era só a cavalo ou com a carretinha...

Para finalizar nossa conversa com o Sr. João, ele nos fala da qualidade da terra que foi escolhida para o reassentamento, fato comum em outros relatos de moradores que fizemos. Assim, podemos avaliar que este fato parece ser preponderante para a avaliação destes moradores em todo o processo de deslocamento vivido, ou seja, como hoje eles conseguem perceber um sucesso com relação à principal atividade econômica de muitos deles, no caso a agricultura, isso faz com que a avaliação de todo processo de mudança também seja registrada como positiva.

[...] aqui a terra é muito boa, foi muito boa a escolha deste terreno pra nos ajudar, até por isto as condições são melhores do que antes. Felizmente, tivemos sorte quando escolheram esta terra, mesmo distante da nossa antiga casa (João).

Com o último relato, finalizamos as entrevistas dos ribeirinhos e temos possibilidade de realizarmos algumas análises sobre os temas recorrentes abordados pelos entrevistados e também algumas observações importantes para o contexto do nosso trabalho.

### **5.1.2 O deslocamento compulsório da população ribeirinha de Salto Caxias e os impactos percebidos pelos sujeitos na resignificação das suas identidades**

Através da descrição das histórias dos sujeitos que tivemos contato durante nossa etapa de campo da pesquisa, temos dados para avaliarmos algumas condições



estabelecidas no reassentamento, que demonstram as condições que os sujeitos estão hoje e como foi todo esse processo desde o momento em que a construção da hidrelétrica começou a ser aventada até hoje, residindo no reassentamento São Francisco de Assis.

A primeira questão observada está no tamanho das terras recebidas pelos entrevistados. Conforme já abordado neste trabalho, a COPEL realizou uma série de estudos e levantamentos na região para determinar a distribuição e avaliação das terras nos assentamentos, para aqueles que tiveram essa opção. Entretanto, o que se observa na fala dos ribeirinhos, é uma falta de critério para a concessão do tamanho das novas propriedades, conforme apresentamos:

Mesmo que pareça uma discrepância entre o tamanho da propriedade na cidade de origem e no reassentamento, este é um fator que parece não incomodar os reassentados, pois nenhum deles fez qualquer comentário a respeito durante as entrevistas. Mas, o que pode se perceber na fala desses sujeitos, é uma diferença para mais ou para menos, no tamanho das propriedades que eles receberam quando reassentados pela COPEL. Até mesmo alguns ribeirinhos que eram posseiros ou arrendatários ganharam terras no reassentamento, tendo sua terra agora como própria.

Para alguns, o reassentamento significou, além da mudança territorial, a alteração do *status* de empregado para proprietário de terras, conforme encontramos na fala do Sr. Adair, que agora tem orgulho de falar da terra como sua, pois antes ele trabalhava para o patrão dele, fazendo serviços de agricultura e agora ele se intitula dono das suas terras, trabalhando na lavoura exclusivamente para o sustento da sua família. Mesmo com uma propriedade pequena, frente aos demais reassentados, o Sr. Adair mudou sua identidade e agora apresenta-se como dono e não mais como empregado, ressignificando as suas relações, o seu futuro e da sua família e sua disposição para o trabalho. O que acontece com o Sr. Adair pode ser explicado por Silva (2000), que diz que na construção da identidade, há a necessidade de um conjunto de referências para o indivíduo se autodefinir. No caso dele, as referências positivas – agora ser o dono das terras – ajudou nessa construção.

Outro ponto que identificamos como muito presente na fala dos ribeirinhos está na qualidade da terra escolhida para o reassentamento. Fator que pode ser apontado hoje,

como uma das variáveis para avaliarmos a satisfação desses ribeirinhos no assentamento. Assim, na visão dos reassentados, uma das características do novo território consiste na qualidade da terra, o que fornece para eles uma percepção de melhoria e de progresso. Em sua maioria agricultores, essas pessoas têm relação direta com a terra, ou seja, a qualidade da terra parece ser diretamente relacionada com os sentimentos de felicidade, progresso e mudanças para uma vida melhor.

Essa visão dos reassentados é destacada também por Pagliarini (2009, p.55), que aborda que

a produção nos reassentamentos localizados em Cascavel exigiria de muitos produtos maiores aprimoramentos, oferecidos pelos técnicos agrícolas. As propriedades, diferentes da realidade da maioria das terras submersas, são totalmente mecanizadas, como uma maior produtividade do solo, principalmente em relação ao cultivo da soja, cultura forte na região oeste paranaense.

Os reassentados já produziam nas terras anteriores, mas não com a mesma produtividade, pois as terras não lhes possibilitava esse avanço. Antes, se vivia de maneira simples e hoje, após todo o processo, os reassentados se vêem diante de novas perspectivas de produção.

É perceptível, na fala dos ribeirinhos, a sensação de progresso advindo da boa escolha do terreno. Como abordamos anteriormente, a COPEL ofereceu várias opções de terras para os ribeirinhos, que através da organização da CRABI, escolheram os locais onde seriam os reassentamentos. Conforme a fala do Sr. Adair, percebemos o movimento dos próprios ribeirinhos poderem escolher a sua terra e na avaliação dele já era perceptível que a terra era boa e poderia proporcionar boa qualidade às plantações, principal fonte de renda dos reassentados.

Outra consideração feita sobre a qualidade da terra está no desejo, informado pelo Sr. Milton, de não sair da terra, demonstrando sua satisfação com a qualidade da terra recebida e também com a produtividade que consegue com suas plantações.

Todavia, Pagliarini (2009) ainda traz uma ressalva sobre este processo de reassentamento levando em conta que, mesmo com as ditas melhoras, muitos agricultores, aproximadamente 20% das famílias, deixaram os reassentamentos. Muitos moradores criticam a venda, pois afirmam que a posse das terras remete a uma conquista da coletividade e a venda poderia ameaçar a continuidade da produção familiar, em razão

da ameaça que os latifúndios assumem na configuração das propriedades na região. A diferença entre os viveres de lá e cá implicam mais discussões sobre a construção do ideal comunitário. Muitas vezes, a explicação dada para a venda das terras está associada às dificuldades de adaptação e/ou produção, fatores que geraram um endividamento com os bancos, e em consequência, a venda das terras se apresentava como uma única alternativa.

Um fato que percebemos na fala dos sujeitos, que auxiliou no processo de reconhecimento do novo território e também na reorganização das relações sociais, é de que o reassentamento foi organizado procurando manter alguns laços de proximidade com parentes. Assim, os moradores do reassentamento destacam a importância da organização do espaço da fazenda, onde as famílias ficaram próximas umas das outras, auxiliando no senso de reconhecimento do novo espaço. Com a vizinhança conhecida, parece que os reassentados se sentem mais “próximos” das condições que eles tinham anteriormente, não estranham muito a vizinhança.

O fato de familiares e conhecidos terem permanecido próximos aos entrevistados fez com que eles tivessem um sentimento de continuidade em suas identidades. Para Jenkins (2008), a família, enquanto instituição responsável pela socialização primária é a que forma, ao longo do tempo, uma identidade mais durável nos sujeitos. Naqueles em que houve a possibilidade de uma proximidade com seus familiares, a mudança foi menos traumática. No caso do Sr. Osvaldo, que até hoje não se acostumou com a falta que a família faz, seu *status* identitário se encontra mais fragilizado, uma vez que muito da identidade dos indivíduos está ligado a essas referências familiares.

A vizinhança também é destacada por alguns moradores como fato positivo no reassentamento, criando uma sensação de familiaridade ao novo espaço habitado. Novos moradores, de outras cidades, também são reconhecidos e bem vindos. Na fala dos moradores, a integração entre as famílias do reassentamento ocorreu de forma positiva, já nos quase treze anos que eles habitam nesse novo espaço.

Outro ponto destacado pelos sujeitos sugere uma percepção de modernização de suas vidas, a partir da mudança para o reassentamento. Muito em função de estarem próximos a uma “cidade grande” que é Cascavel, mas também pelas melhorias nas condições gerais de vida.

Castells (2008) diz que a identidade é mediada pelas relações estabelecidas entre os grupos e construída a partir da matéria-prima fornecida pela história, geografia, instituições produtivas e reprodutivas, pela memória coletiva e por fantasias pessoais. Tudo isso é processado pelos indivíduos e grupos sociais, que reorganizam o seu significado em função de tendências sociais e projetos culturais na sua estrutura social, bem como na sua visão de tempo e espaço. Ou seja, a partir do momento do deslocamento, os ribeirinhos reprocessaram sua nova situação, a partir de um desejo de melhoria da qualidade de vida, observando as condições objetivas que tinham para conseguir isso, fazendo disso um projeto. Esse fato também deu a impressão de que as suas identidades puderam ser reconfiguradas de maneira mais sólida.

A partir do deslocamento sofrido, com as melhorias da terra e das condições de vida, muitos moradores enfatizam um progresso em suas vidas, nas novas possibilidades para os filhos, destacando o acesso à educação, e também na melhor produtividade que eles têm com o trabalho na agricultura e na roça. Nas falas, podemos notar as novas possibilidades percebidas para os filhos, que agora têm condições de estudar e até fazer cursos superiores, em função da proximidade com a cidade de Cascavel, que tem à disposição faculdades públicas e privadas. Esse ponto é visto pelos reassentados como uma condição positiva da nova terra, sendo que cria uma nova perspectiva familiar para todos, em função de novas oportunidades (emprego, estudo). Por um lado, podemos analisar o processo como uma profunda alteração da estrutura dessas famílias que não tinham as condições de acesso satisfatórias nas cidades de origem e agora, com a proximidade, têm novas possibilidades de vida.

Nesse sentido, já há uma resignificação das identidades dos sujeitos, que agora veem a possibilidade de mudança na forma de vida, antes ligada diretamente na agricultura, a partir de oportunidades de emprego e estudo que os filhos têm nas cidades próximas aos reassentamentos.

Essa questão foi discutida por Pagliarini (2009, p. 50), ao afirmar que um lugar desconhecido pode se tornar um território, um espaço-tempo vivido formado por disputas materiais e simbólicas. Resolvida a questão de estabelecimento nas terras que hoje abrangem o reassentamento São Francisco de Assis, os reassentados precisaram criar nesse lugar um território. À medida que a terra já era uma garantia, novas questões

passam a interessar. As preocupações, antes envolvidas nas negociações com o governo – momento de busca pelo direito de ter terra e de receber casas e infraestrutura no reassentamento – diminuem, enquanto os moradores passam a lidar com a construção da comunidade e com a busca pelas cidades.

É destacado também a dificuldade que foi deixar as terras alagadas para trás, mas as novas expectativas e realizações nos reassentamentos parecem ocupar um novo espaço na vida dos indivíduos. Erikson (1987, p.181) chama esse processo de uma previsão do que poderemos *vir a ser*, ou seja, o desenvolvimento da identidade do indivíduo é formada por algumas contribuições, como a confiança primitiva no reconhecimento mútuo, uma vontade de sermos nós próprios e a previsão de que podemos também nos transformar. A perspectiva de progresso, de ganhos materiais e simbólicos, a partir de novas significações que são feitas a partir da interação desses sujeitos com os novos elementos sociais, presentes nas rotinas e no espaço do reassentamento, trouxeram essa perspectiva, do *vir a ser*, e isso colaborou para o reforço de suas identidades.

Por outro lado, fica evidente a percepção dos sujeitos de agora morarem em uma cidade “grande” e para muitos isso é avaliado como positivo, em função das novas possibilidades que se apresentam. Não foi observado nas falas dos sujeitos algum descontentamento em morar em Cascavel, talvez porque o reassentamento ainda reserve características da cidade “pequena” onde ele habitavam, com grandes lotes de terras espalhados pelo reassentamento. Cascavel apenas está hoje mais próxima da realidade de cada um dos sujeitos.

No princípio, os moradores mostram um pouco de apreensão nos desafios que o novo espaço apresenta, como o movimento de carros, os prédios, o comércio e também algumas dificuldades de não conhecer ninguém no local. Alguns moradores colocam até a preferência na cidade de Corbélia para realizar algumas atividades básicas como compra de mantimentos, materiais para as plantações, por reconhecer nessa cidade a proximidade com o que eles conhecem por cidade “pequena”, sendo mais fácil de reconhecer as pessoas, de criar laços de confiança e se locomover com facilidade. Para outros, Cascavel representa novas possibilidades que se apresentam, como a oferta de empregos de melhor qualidade aos filhos, a oportunidade de estudar em colégios ou

faculdades de boa qualidade, os serviços de saúde com mais qualidade e outros pontos que são destacados pelos reassentados.

Logo, essas duas opções serviram também para que os sujeitos buscassem aproximar suas identidades com a cidade “pequena”, mas também fazer novas identificações com a cidade “grande” e, a partir destas experiências, ressignificar a sua identidade pessoal, suas relações sociais e a forma como interagem com o novo espaço que vivem. Segundo Pagliarini (2009, p.19), na avaliação dos movimentos migratórios, as questões de identidade se apresentam como relevantes quando consideramos o espaço físico e social ocupado pelo migrante. Essas diferenças de lugares “adotados” implicam maior ou menor dificuldade para os migrantes quando reconstroem suas vidas. Nessas relações sociais, a exclusão se dá em diferentes intensidades.

Isso vem corroborar a teoria de identidade de Jenkins (2008), quando afirma que a construção da identidade do sujeito se dá quando o indivíduo entra em contato com identidades que já existem antes mesmo da existência dele e a partir das identificações ele vai criando sua identidade pessoal. E, juntamente com o desenvolvimento, o indivíduo vai interagindo com outras pessoas e moldando sua identidade, ocorrendo com esta interação a formação dos grupos onde pessoas com identidades semelhantes se encontram. De acordo com Jenkins (2008), as identidades não são inatas, não nascem conosco, precisam ser construídas e esta construção passa pela interação com o outro, pois só a interação social permite viver em sociedade.

Assim, se dá a conexão entre a identidade individual e a identidade institucional, com o fato dos sujeitos terem algo subjetivo que compartilham, formando a sociedade. Para Jenkins (2008, p.157), as instituições são parte integrante de nossas vidas, pois elas definem o modo de como as coisas devem ser e, por consequência, a vida humana se dá através das interações que estabelecemos entre o nível individual e o institucional. Esse nível individual é o resultado das socializações primárias que formam ao longo do tempo uma identidade mais durável. Já as instituições, para o autor, representam a ordem coletiva e formam um conjunto de regras e características, sendo consideradas fluidas, contingentes e passíveis de negociação.

Uma questão bastante importante na fala dos sujeitos está no processo de definição de uma nova identidade ou definição pessoal a partir do reassentamento. Em

função das mudanças, muitas são as dúvidas sobre o que eles realmente são, principalmente em contato com os outros. Na cidade, é comum se referir a esse grupo de sujeitos como os sem terra, os reassentados, termos que muitas vezes parecem pejorativos aos próprios entrevistados. Todo esforço desse pessoal está na busca de reconhecimento enquanto agricultores, que seria o termo que melhor define a identidade dos sujeitos entrevistados.

Ciampa (1996, p. 64) diz que a identidade é construída prioritariamente pelo agir dos sujeitos, uma vez que a pessoa é sua ação, e transforma-se por meio dela: “[...] nós somos nossas ações, nós nos fazemos pela prática”. Desta forma, muito da luta desses sujeitos é por provar a sua identidade por suas ações: o trabalho na agricultura, que foi o que sempre fizeram, mas que pela contingência da perda das terras por causa da construção da Usina, acabaram sendo reconhecidos como os “reassentados”. Baumann (2004) afirma que os indivíduos constroem suas identidades envolvendo a utilização dos recursos disponíveis, guiada pela racionalidade e pelo objetivo. Os recursos que eles dispunham eram a nova terra, mas o mais importante: saber trabalhar nela. A partir desse recurso, eles racionalizaram e buscaram o seu objetivo: reconstruir sua identidade como agricultores.

Aqui podemos perceber a questão da identidade desses ribeirinhos que, além do processo de reconhecimento do novo território, passam por um processo de reconfiguração e reafirmação. Para tanto a necessidade do reconhecimento desse grupo enquanto agricultores, conforme mencionado no trecho acima. Percebemos, ao longo das entrevistas, a relação direta que a terra tem com identidade e por isso a importância desse tipo de estudo com as populações implicadas na construção de hidrelétricas. Isto é abordado por Pagliarini (2009) ao se referir que por meio da interpretação de memórias dos entrevistados e dos estudos de seus lugares sociais e historicidade do próprio reassentamento e da região, percebemos como as diferentes identidades são construídas e (re)significadas. O colono trabalhador, o agricultor empreendedor e o reassentado são noções que afirmam lugares de pertencimento num diálogo com as lutas de inserção desses migrantes.

Retomando a abordagem de Castells (2008) sobre identidade, podemos observar que esses indivíduos passam por um processo em que a identidade vai se estabelecer

através de uma construção social e que ocorre em um contexto marcado pelas relações de poder. Nesse contexto, Castells (2008), destaca a identidade de resistência, que é criada por atores sociais que se encontram em posições/condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica da dominação, construindo, assim, trincheiras de resistência e sobrevivência com base em princípios diferentes dos que permeiam as instituições da sociedade, ou mesmo opostos a esses últimos.

Na avaliação de Paglirini (2009), o reassentamento São Francisco de Assis não deixa de ser resultado de uma resistência que se dá no ato de migrar, daí a ideia de que estavam sendo desenraizados. Ou seja, os indivíduos foram ao longo do tempo e das construções sociais que estabeleceram com a nova terra e a sociedade, reconfigurando sua identidade e redefinindo sua conceituação pessoal.

## 5.2 O PAPEL DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NA RECONFIGURAÇÃO DA IDENTIDADE DOS RIBEIRINHOS

Buscando uma compreensão do papel dos movimentos sociais no contexto da construção da Usina Hidrelétrica de Salto Caxias, também entrevistamos alguns representantes desses movimentos e de outras organizações que tiveram relações com os movimentos sociais e, em conjunto com o relato dos entrevistados, iremos procurar avaliar e desvelar a forma como estes movimentos sociais interferiram na reconfiguração da identidade do conjunto de sujeitos deslocados em função da construção da Usina.

Procuramos realizar entrevistas com o coordenador da CRABI no momento de construção da hidrelétrica, mas devido à natureza do movimento, conforme abordamos anteriormente, a CRABI deixou de existir depois que as ações pró-ribeirinhos foram tomadas e a partir daí algumas associações de moradores passaram a realizar o papel da luta dos direitos dos moradores. Desta forma, infelizmente, a entrevista com o coordenador da CRABI, à época do movimento, não pôde ser realizada, pois não conseguimos contato com ele. Apresentamos aqui alguns entrevistados que tivemos acesso, buscando compreender melhor o papel da CRABI no contexto de construção da Usina:



1 - Olinto Joppe, diretor do Sistema Cooperativo de Crédito Rural com Interação Solidária, em Capitão Leônidas Marques, era casualmente presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, à época da construção da barragem de Salto Caxias para a implantação da hoje Hidrelétrica José Richa. Lembra-se das lutas pela indenização aos agricultores cujas terras foram alagadas, as lutas para a resolução dos problemas ocorridos, nos quais ele atuou diretamente como presidente do Sindicato. Mas, depois de todos esses problemas, reconhece, por outro lado, os benefícios que a Usina trouxe a Leônidas Marques no início, o que permitiu, por exemplo, a reforma do hospital local, ainda hoje gerido pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Também acentua que a Usina gerou benefícios ao município com o retorno de ICMS, o que permitiu melhorar a educação, gerou empregos, melhorou o comércio local, embora o fim das obras também tenha motivado desemprego para alguns trabalhadores que tiveram que mudar ocupação ou de moradia.

2 - Henrique João da Cás, 55 anos, atual Chefe de Gabinete da Prefeitura de Capitão Leônidas Marques, era prefeito da cidade na época do início das obras da construção da barragem de Salto Caxias, tendo participado de muitas reuniões com agricultores e autoridades da COPEL na época, a fim de promover o consenso das atividades, tendo em vista os conflitos sobre as propriedades rurais e suas indenizações. Hoje, ele reconhece a grande utilidade do empreendimento como gerador de progresso para a região, principalmente na distribuição dos “royalties”, para os nove municípios da região, que tiveram as terras alagadas, embora destaque que Capitão Leônidas Marques receba um valor pequeno, por outro lado, o retorno do imposto gerado pela venda da energia gerada ali pela COPEL é compensador. Se por um lado a construção da Usina trouxe “desenvolvimento para a região, que teve um crescimento urbano extraordinário”, reconhece que alguns agricultores permaneceram no município, com problemas, outros foram reassentados em outras localidades, como o assentamento localizado em Corbéia, alguns outros receberam indenizações e adquiriram outras propriedades rurais. Define que embora com “as dificuldades iniciais, no final todo mundo saiu ganhando, hoje toda a região está melhor, colhendo os frutos da distribuição do imposto gerado pela energia produzida pela Usina”. Henrique afirmou que está em andamento o projeto de construção de outra Usina no chamado Baixo Iguaçu, entre os municípios de Capitão Leônidas

Marques e Capanema, o que gerará nova movimentação social na região, concluindo o chamado trio Itaipu - Salto Caxias - Baixo Iguaçu de hidrelétricas paranaenses.

3 - Orides Zatta Padilha, da administração do escritório da COPEL, em Capitão Leônidas Marques, do setor de Gestão Fundiária da Hidrelétrica, destacou que, apesar de todas as dificuldades enfrentadas no sentido de construir a barragem, instalar a Usina e produzir mais energia, a hidrelétrica trouxe inúmeros benefícios a toda a região e também desenvolvimento social. A construção da barragem e as obras de implantação da Usina proporcionaram muitos empregos e agora os municípios são beneficiados com o retorno do ICMS gerado pela venda da energia, e também com os “royalties” distribuídos pela COPEL aos municípios integrantes da bacia ou barragem da Hidrelétrica José Richa. Segundo informações colhidas, os agricultores que tinham até cinco alqueires eram indenizados e procuravam outras terras, os que tinham sete alqueires ou mais recebiam uma carta de crédito (o equivalente a 50/60 mil reais) e então procuravam outro local para se instalar e outros foram assentados em outras terras em locais pré-determinados, adquiridos pela COPEL ou suas subsidiárias contratadas.

Muito embora a fala desses entrevistados destaque unanimemente que a Usina trouxe benefícios para a região, não se pode esquecer que se os realocados foram indenizados com certa justiça, isso não se deve às intenções e ações da COPEL, à época da construção. Muito do que foi conseguido foi o resultado das lutas dos movimentos sociais, como MAB e muito mais a CRABI, conforme relatado aqui anteriormente.

Assim, um ponto bastante importante percebido na fala dos entrevistados do reassentamento foi o papel que o movimento social, em especial a CRABI, exerceu durante todo o período de implantação da Usina de Salto Caxias e nas lutas empreendidas para buscar melhorar as condições da população que foi deslocada em função da Usina. Isso demonstra que os movimentos sociais tiveram uma atuação importante junto à população para assegurar melhores condições do reassentamento, das indenizações e da condução de todo processo junto aos órgãos governamentais e com a própria COPEL.

No estado do Paraná, conforme afirma Ribeiro (2002), os movimentos sociais passaram por momentos de transição e transformação ao longo do tempo, principalmente enfocando novos problemas decorrentes de políticas públicas adotadas pelo Estado.

Entre elas podemos citar a construção da usina hidrelétrica de Itaipu, as políticas fundiárias para o desenvolvimento da agricultura em larga escala, que ocasionaram problemas às populações locais, que habitam as referidas áreas, transformando o meio rural e familiar em espaços para o desenvolvimento de grandes empreendimentos empresariais.

Primeiramente se constitui a CPT – Comissão Pastoral da Terra, uma organização ecumênica que tem por objetivo apoiar questões e lutas relacionadas à terra, transformando seus próprios valores em movimentos. Assim, começa a se estruturar nas regiões oeste e sudoeste do Paraná, em 1978, o Movimento Justiça e Terra (MJT), criado por colonos atingidos pela construção da usina hidrelétrica de Itaipu. Já em 1981 surge o MASTRO – Movimento dos Agricultores Sem Terra do Oeste do Paraná e em 1983 surge o MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. No ano de 1990, principalmente a partir das trocas de experiências com outros movimentos paralelos que ocorriam no País, foi fundada a Comissão Regional dos Atingidos por Barragens do Rio Iguaçu (CRABI) (RIBEIRO, 2002)

Segundo Ribeiro (2002), o surgimento das CRAB's, dentre as quais a CRABI, origina-se no momento em que o estado, em nome do “desenvolvimento” prevê a construção de grandes obras, dentre elas a Hidrelétrica de Itaipu, com um megainvestimento de dez bilhões de dólares. A construção da Hidrelétrica de Itaipu se constitui num marco histórico para o surgimento dos “Novos Movimentos Sociais Rurais” no Paraná, já que a grandiosidade do empreendimento implicaria em profundas transformações sociais, culturais e econômicas na vida das pessoas atingidas direta e até indiretamente pela construção da usina.

A constituição desses movimentos sociais no Paraná influenciou diretamente nas mobilizações das populações para que os problemas decorrentes das instalações das usinas fossem resolvidos, levando em conta as reivindicações existentes. Os movimentos de luta política nasceram nas experiências vividas dos sujeitos que através das suas ações conquistaram importantes espaços de forma pacífica, minimizando os efeitos trágicos que estas populações são submetidas durante a construção destes grandes empreendimentos.

No caso de Salto Caxias, a constituição da CRABI ocorre com o objetivo de concentrar os esforços e as lutas da população em torno de objetivos e metas comuns. Conforme já descrito neste trabalho, a formação da CRABI na região se deu após algumas visitas que foram realizadas pela população da região de Salto Caxias a outras regiões e populações que sofreram o deslocamento compulsório. Ao perceberem a situação ruim destas populações e o descaso com que as empresas e empreiteiras trataram a população, é que ocorre a decisão de constituir um movimento local para reunir a população.

Segundo Scherer-Warren (2011), parece que existe um ideal básico que substancia o agir destes novos movimentos sociais: o da criação de um novo sujeito social, o qual redefine o espaço da cidadania. O sentimento de uma tripla exclusão relativa – econômica, política e cultural/ideológica – sempre presente na história brasileira, mas que se acentua consideravelmente durante os anos mais duros do regime militar, está no bojo dos movimentos que vão se organizando. A fala abaixo mostra isso:

A população se organizou junto com a CRABI, claro que no começo nem todo mundo confiava no pessoal, mas foi o único jeito de reunir todo mundo e lutar pelos direitos, cada um tinha uma vontade particular e ficava difícil ter uma opinião só. A proposta de criar a CRABI foi resultado de um entendimento de todo mundo que a gente precisava se unir (Olinto).

Dessa forma, a CRABI passou a desempenhar um papel importante para o conjunto da população ribeirinha e a criação desse movimento passou a integrar as atividades diárias dos sujeitos. Na fala dos entrevistados, fica marcado o papel da CRABI enquanto articulador das lutas da população e o resultado que tiveram com as constantes negociações com o governo, que representava a construção da hidrelétrica.

A criação de um movimento social para representar uma categoria identitária é o que a autora Scherer-Warren (2011) aborda no sentido de que a consciência dos efeitos negativos dessas obras sobre suas vidas é que tem levado à constituição de uma identidade coletiva, como de “vítimas” do progresso entre as populações indígenas ou de “atingidos” pelas barragens entre as populações camponesas. Conforme declara Sigaud (1988, p.15), os camponeses, através desta identidade de atingido, contrapõem a fala do “progresso” e dos “benefícios” o discurso da “desgraça” sobre suas vidas. Trata-se, pois, de uma identidade que se constrói em face do sentimento relativo a uma situação de expropriação, mas que se define também enquanto bandeira de luta por direitos.

O papel da CRABI enquanto movimento que reunia os interesses da população foi destacado por alguns moradores:

Nós unimos com a CRABI para lutar por aquilo que a gente tinha direito e também para não acontecer igual aos outros de outros lugares que pioraram suas vidas depois de terem que se mudar para se construir uma hidrelétrica, como a gente ficou sabendo (Milton).

O papel da CRABI foi fundamental para que hoje nós tenhamos o que temos, foram muitas vezes que tivemos que nos manifestar, lutar para que as coisas acontecessem do jeito certo. No começo, a gente ficou meio assim com este pessoal dos movimentos, pra nós eram o sem terra, mas depois quando a gente mesmo escolheu nossos representantes, a coisa melhorou e nos ajudou muito (Valter).

Segundo Pagliarini (2009), a COPEL já possuía vasta experiência na construção de hidrelétricas e, assim como lidar com os enfrentamentos e dificuldades diante dos moradores desapropriados por obras de barragem. Os moradores dos nove municípios do sudoeste envolvidos no processo de construção de Salto Caxias tinham noção da demonstração de força do governo e passaram a ter contato com a realidade de outros atingidos por obras hidrelétricas. Um momento fundamental foi a participação de sindicatos locais e associações voltadas à discussão dos impactos sociais e ecológicos de projetos hidrelétricos no Brasil

Diante dessa perspectiva, da formação de um movimento social para representar a população, podemos destacar algumas falas dos sujeitos onde percebemos uma interação entre o papel exercido pelo movimento e as transformações da identidade que cada indivíduo sofreu no processo. De certa forma, percebemos que a CRABI passou a representar os sujeitos e ao mesmo tempo os sujeitos assumiram a causa representada pela CRABI como sua.

A criação da CRABI fez com que os sujeitos se unissem para a luta por melhores condições de vida, a partir do deslocamento que eles iriam sofrer. Os indivíduos reconhecem na constituição do movimento uma interação com a organização que vai consolidando uma nova identidade deste grupo:

A CRABI nos fez perceber que nós éramos importantes, que tínhamos que resistir e lutar por aquilo que achamos certo, ela despertou um sentimento de nos unirmos para lutar e conseguimos muita coisa em função disto (Valter).

Fica difícil pensar hoje como tudo seria se não tivéssemos nos reunido na CRABI, juntado as nossas ideias e a nossa força para trabalhar com conjunto. No início até que veio gente de fora, de outras barragens, para nos ajudar no movimento, mas depois escolhemos nosso representante e ficamos sozinhos lutando pelos nossos interesses (Adair).

lam nos levar tudo, nossa casa, nossa terra, nossos amigos, e a gente ia ficar só olhando. Daí que veio o pessoal dos atingidos, o MAB, para mostrar para nós como era importante a gente se juntar para trabalhar. Foi muito bom, criamos um grupo bom que defendeu todo mundo que ia ser mudado (Nair).

Esse raciocínio ratifica a visão da autora Scherer-Warren (2011) sobre o papel dos movimentos sociais, pois é o reconhecimento coletivo de um direito que leva à formação de uma identidade social e política. Reconhece-se mutuamente como pertencendo à mesma situação de carência e como portador do mesmo direito. As carências tendem a ser definidas em torno de carências múltiplas, tendo em vista a necessidade de constituição (a partir da redescoberta) de um indivíduo total. Isso tem levado, nos novos movimentos sociais, os mesmos sujeitos a se constituir frequentemente em torno da pluralidade de identidades que, apesar de diversas, podem ser convergentes.

Scherer-Warren (2011) ainda destaca que enquanto espaços de socialização política, os movimentos permitem aos trabalhadores, em primeiro lugar, o aprendizado prático de como se unir, organizar, participar, negociar e lutar; em segundo lugar, a elaboração de uma identidade social, a consciência de seus interesses, direitos e reivindicações; finalmente, a apreensão crítica de seu mundo, de suas práticas e representações sociais e culturais.

Entretanto, foi percebido que o movimento da CRABI se encerrou logo após as famílias terem se mudado para o reassentamento e a partir daí algumas associações de moradores passaram a executar o trabalho de busca de melhorias para a população local. Na fala da moradora do reassentamento, percebemos uma ideia de que a CRABI realizou o seu objetivo enquanto movimento organizado e a partir de agora os moradores criavam um novo tipo de mobilização, através das associações de moradores do bairro:

Hoje não tem mais a CRABI aqui, ela desapareceu porque o principal nós conseguimos, agora têm várias pessoas que tão se organizando para pedir pra prefeitura um posto de saúde, uma escola, tão continuando a se mexer para ver se conseguem alguma coisa (Francisca).

Esse assunto foi também abordado por Pagliarini (2009), afirmando que com a extinção da CRABI, as associações de moradores continuaram agregando e representando os reassentados diante das questões político-administrativas. Entre elas, a autorização de troca, compra e venda de propriedades dos reassentamentos. Mas pelo que podemos perceber na fala dos moradores, as associações não tiveram a mesma força que a CRABI e não conseguem dar sequência às reivindicações da população que foi reassentada. Parece também não ter mais um motivo que reúna e integre todos os moradores do reassentamento. Com a CRABI, o motivo e a identidade grupal era bem clara para todos.

Concluindo esta etapa, de uma forma geral, é perceptível na fala dos sujeitos a avaliação positiva dos resultados da luta da implantação da hidrelétrica, tanto para as cidades quanto para a população que foi deslocada. Essa avaliação tem relação direta com o movimento empreendido e liderado pela CRABI em nome do conjunto de moradores que foi compulsoriamente deslocado. A identificação com uma causa comum fez que os moradores superassem de maneira mais positiva toda a situação vivenciada pela mudança de moradia. A fala abaixo mostra essa situação:

Foi muito bom, muito positiva, pra nós foi quase como ganhar na esportiva. Segundo o que os políticos falam e o próprio povo fala é que foi a primeira vez que uma hidrelétrica fez isto para nós, em outras regiões isto nunca aconteceu. E muito aconteceu em parte pelo que o próprio povo fez, nas lutas que tivemos que ter e com o apoio da CRABI que organizava o povo no movimento (Carlos).

Na visão da população que foi deslocada, também há a percepção de que a situação de vida de cada um hoje está melhor. Podemos analisar que esse sentimento está ligado ao processo de engajamento com o movimento social da CRABI, que reuniu os interesses dos moradores ribeirinhos e conseguiu significativos resultados em melhorias para a população deslocada.

De certa forma, a identidade coletiva de deslocados fez com que os indivíduos se reunissem na CRABI e através das suas lutas e conquistas conseguissem ocupar um espaço de melhor qualidade. Esta situação também foi reproduzida por Scherer-Warren (2011, p.92):

Creio que o resultado importante da ação política destes movimentos é reflexo positivo que poderá vir a ocorrer para a própria reprodução cultural. Os estudos sobre as consequências sociais dos grandes projetos de grande escala têm demonstrado que as populações por eles afetadas, quando não organizadas, têm

passado por processo de desintegração comunitária. Parece-me que a solidariedade coletiva que se constrói no processo de luta poderá ser um fator de contribuição para o estabelecimento de um novo projeto de vida que se faz necessário e em vista da reestruturação de seu espaço cotidiano. De acordo com o que nos diz Bettanini (1982), um novo espaço social se constrói por meio de uma dimensão coletiva. Se a população removida compulsoriamente não consegue se reestruturar adequadamente enquanto coletividade, teremos uma situação em que a resolução de necessidades objetivas e subjetivas destas populações pode se apresentar como problemática. Penso, pois, que os movimentos sociais que se organizam tendo em vista a defesa dos projetos de vida das populações afetadas por grandes obras terão também seu papel na reconstrução da vida da coletividade no momento em que a remoção espacial se apresentar como inevitável. Isto falando-se das dimensões subjetiva e objetiva inerentes à reestruturação do espaço social de uma coletividade.

O papel da CRABI na reconfiguração da identidade desses ribeirinhos foi, dessa forma, fundamental. Ela tinha legitimidade perante as pessoas que seriam deslocadas pela hidrelétrica, e com isso eles puderam interiorizar um conjunto de padrões e crenças para resistir às ações da COPEL, na época. De certa forma, ela criou uma identidade de resistência, ou seja, ajudou a construir uma identidade defensiva nos termos das instituições e ideologias dominantes, revertendo o julgamento de valores. Segundo Castells (2008), esta identidade é moldada a partir da resistência a ideias hegemônicas, criando um grupo de indivíduos que procuram algum tipo de diferenciação, se contrapondo à lógica social dominante.

O encerramento da CRABI na região, no entanto, de acordo com o relato dos próprios ribeirinhos, faz parte da filosofia do movimento de atuar até que a situação do reassentamento ou reparação ocorra e esteja adequada para a população. Assim, pelo que pudemos analisar na investigação, os ribeirinhos puderam contar com a CRABI na sua luta coletiva até o momento em que foram reassentados. Após essa etapa, o movimento foi encerrado e eles continuaram com suas trajetórias de vida sem aquela força coletiva que antes os impulsionava.

Desta forma, ocorreu o que Castells (2008) chama de terceiro processo de construção da identidade, que é a identidade do projeto. Sujeitos não são indivíduos, mesmo considerando que eles são formados por indivíduos. É o ator social coletivo pelo qual indivíduos atingem o significado holístico em sua experiência. A partir da definição do seu papel na sociedade, o indivíduo assume sua condição de sujeito enquanto agente social, exercendo sua identidade dentro de um contexto social mais amplo. Essa é a



identidade de projeto, quando os atores sociais se utilizam de identidade capaz de redefinir sua posição na sociedade.

Assim, esses ex-ribeirinhos, antes agricultores, a partir de certo momento passaram a ser os sem terra, depois os deslocados pela hidrelétrica, até que conseguiram ser os reassentados pela CRABI. A CRABI, portanto, ajudou-os na reconfiguração de suas identidades até este ponto, na identidade de resistência.

Hoje, no entanto, eles não se consideram mais os reassentados. Desde que a CRABI deixou de atuar na região, eles conseguiram resgatar e ressignificar o sentido de serem agricultores novamente. Essa nova reconfiguração foi o resultado do trabalho deles em suas lidas diárias, num processo de redefinição de suas posições na sociedade. Essa foi a identidade de projeto, construída, desta vez, sem a participação da CRABI. O que pudemos finalmente concluir na pesquisa é que voltar a serem reconhecidos como agricultores foi a conquista social mais importante para eles, depois de tudo o que passaram em suas trajetórias.

## 6 CONCLUSÃO

Esta dissertação teve por objetivo principal compreender o papel dos movimentos sociais que atuaram no período de construção da Usina Hidrelétrica de Salto Caxias (Paraná), na reconfiguração da identidade dos ribeirinhos compulsoriamente deslocados. Para que este objetivo fosse atingido, percorremos inicialmente o caminho de construção teórica dos principais temas desenvolvidos neste trabalho, como a identidade, os movimentos sociais e a construção de usinas hidrelétricas e a população local.

Procurando ampliar o objeto de estudo da nossa dissertação, passamos, conforme nosso primeiro objetivo específico, à apresentação dos fatores históricos, econômicos e sociais relacionados com a construção da Usina Hidrelétrica de Salto Caxias, buscando compreender os componentes estruturais e o contexto dessa instalação.

Para isto fomos avaliar a história da região onde se instalou a Hidrelétrica de Salto Caxias, analisando alguns indicadores sociais, demográficos, históricos e econômicos da região. Os municípios desta região, localizados no sudoeste do estado do Paraná, são essencialmente baseados em agricultura familiar, com populações que não ultrapassam os cinquenta mil habitantes e um desenvolvimento social e econômico considerado baixo, quando comparado à média do estado. A Usina de Salto Caxias é uma das hidrelétricas que pertence ao rio Iguaçu, tendo cerca de 140 m<sup>2</sup> de área inundada para seu reservatório. Para a construção deste reservatório foram deslocadas mais de mil famílias, que puderam optar por indenização financeira ou reassentamento, conforme o tamanho da propriedade que possuíam no seu município de origem. A COPEL, proprietária da Usina, divulga que Salto Caxias foi a primeira UHE a cumprir integralmente a nova legislação ambiental, no que tange à realização de audiências públicas, relatórios de impactos ambientais e a indenização para todos os atingidos antes do início da obra.

Iniciando nosso trabalho de campo, avançando com nosso segundo objetivo específico, realizamos pesquisas com dados secundários e entrevistas para compreender e identificar papéis, formas de atuação e ações locais dos movimentos sociais envolvidos na implantação da Usina Hidrelétrica de Salto Caxias. Descobrimos a criação e a participação da população na CRABI, movimento social que procurou ser um interlocutor da população ribeirinha com as forças do Estado. Este movimento foi formado a partir de

lideranças da própria comunidade e passou a conduzir importantes ações de resistência e luta pela garantia dos direitos da população e por uma justa recomposição das perdas destes sujeitos.

As entrevistas com os ribeirinhos procurou levantar alguns aspectos da história destes sujeitos, buscando recuperar memórias deste período vivido desde os rumores de construção da Usina até o momento de hoje. Pudemos perceber que a maioria dos entrevistados avalia como positiva sua situação de vida hoje, quatorze anos após a saída dos municípios de origem. Em meio a histórias de angústia, desconfiança e insegurança, pudemos notar que os sujeitos tiveram que superar as adversidades para enfrentar o processo de transferência e atualmente podem colher os frutos da luta e das negociações que foram realizadas durante todo o processo, junto ao governo do Estado, representado pela COPEL.

Um ponto que merece novamente importante destaque nesse contexto foi a CRABI, que aparece com destaque nas narrativas dos sujeitos entrevistados e é apontada por eles como tendo um papel importante no êxito, por parte da população deslocada, nos encaminhamentos realizados para a obtenção das indenizações.

Pela análise que realizamos neste trabalho, identificamos, além da participação efetiva da CRABI, que outros fatores foram apontados como responsáveis pela satisfação da população. Um deles foi a qualidade da terra recebida pelos reassentados, que possibilitou o fomento da principal atividade econômica da população, que é a agricultura familiar. As terras do reassentamento foram escolhidas pela própria população a partir de algumas opções ofertadas pela COPEL, sempre com a intermediação da CRABI. Outro ponto identificado é a proximidade das relações sociais nos reassentamentos, tendo em vista que muitas famílias e conhecidos foram alocados em residências próximas mantendo, em grande parte, a rede de relações sociais dos reassentados neste novo território. O fato do reassentamento se localizar próximo a duas cidades consideradas “prósperas”, que é o caso de Cascavel e Corbélia, também é apontado pela maior parte dos sujeitos como positivo, oferecendo novas opções de serviços de saúde, comércio, estudo e emprego.

Seguindo nosso terceiro objetivo específico, procuramos descrever as transformações na identidade dos ribeirinhos que sofreram o deslocamento compulsório

sofrido. Entrevistamos os ribeirinhos que hoje se encontram reassentados na fazenda São Francisco de Assis. Tivemos contato com as principais preocupações que estes sujeitos vivenciaram neste processo, mesmo depois de terem sido reassentados. Notamos que sua identidade passou de agricultores para sem terra e reassentados ao longo do processo. Atualmente, há o resgate, novamente, da identidade de agricultores, pelo fato deles estarem sobrevivendo e conseguindo realizar seus sonhos, a partir do trabalho com a terra conseguida.

Para finalizar, de acordo com nosso último objetivo específico, a partir da avaliação do material colhido em campo, passamos a desvelar a influência dos movimentos sociais na transformação e na reconfiguração da identidade desses ribeirinhos, evidenciando culturas, valores e trajetórias de vida. No caso do deslocamento produzido pela construção da Usina de Salto Caxias, que foi objeto de estudo desta dissertação, percebemos que o senso de luta coletiva fomentado pela criação e mobilização da CRABI permeou os processos de reconfiguração da identidade dos sujeitos, sendo que a efetiva participação da população deslocada fez com que fossem conquistadas melhores condições de enfrentamento da situação vivenciada.

Ou seja, os movimentos sociais, através da sua ação coletiva, ajudaram no reforço de uma identidade social, em que os sujeitos envolvidos passaram a partilhar de uma identidade coletiva. A CRABI marcou a história dos sujeitos e trabalhou em prol do bem coletivo, através de suas ideologias e valores compartilhados pelos sujeitos. Após o período de implantação do reassentamento, o movimento CRABI se extinguiu na região e cada um dos indivíduos teve a tarefa de reconfigurar sua identidade novamente, através das suas atividades laborais e do seu dia a dia.

Com este trabalho, podemos oferecer algumas contribuições para o estudo da temática da identidade, especialmente no contexto dos deslocados compulsoriamente pela construção de hidrelétricas. Cada indivíduo tem uma série de possibilidades que contribuem para a ressignificação das suas identidades. Podemos notar, por exemplo, a importância que território e trabalho têm como elemento definidor da identidade do sujeito. Um novo território faz com que o sujeito tenha que buscar uma ressignificação da sua identidade, por tudo o que ele simboliza: novos atributos técnicos, novas relações sociais, proximidade ou não com seus valores e sua cultura. Um novo território pode ajudar a

construir ou desconstruir a identidade das pessoas. No caso específico deste estudo, por meio das lutas empreendidas e por terem conseguido um lugar que trouxesse âncoras positivas, os sujeitos conseguiram elementos que definissem construtivamente sua identidade pessoal, após tudo o que passaram.

Outro ponto observado na pesquisa é que a identidade é formada e ressignificada a partir da interação com o outro, ou seja, a identidade é um fenômeno social que precisa da referência do outro para sua constituição. Isto também fortalece a perspectiva que a identidade é definida pela ação do sujeito, na construção que ele realiza diariamente na sua vida. Dentro desse pressuposto, nesta investigação, um ponto fundamental para a construção social das identidades foi a participação dos sujeitos em um movimento social.

Com esta participação, os sujeitos criaram uma identificação, que auxiliou na construção e na ressignificação da identidade coletiva. Ao lutarem por uma causa coletiva e assumirem uma ideologia, os sujeitos formaram uma série de definições que ajudou na construção que eles fazem no seu dia a dia, e esta condição lhes conferiu segurança, que se traduziu em menor crise identitária durante o processo.

Retomando a condição que a identidade é fruto também da ação do dia a dia, o engajamento percebido por estes sujeitos nos faz refletir sobre como esta condição foi importante para o enfrentamento que cada um fez no seu processo de deslocamento e a avaliação positiva que hoje fazem ao analisar tudo o que sofreram. A participação no movimento ajudou cada um deles a construir uma identidade de resistência. Passada essa fase, no entanto, e sem mais o engajamento no movimento social, o projeto de cada um passou pela construção de uma identidade de projeto, dependente, no caso, de recursos e ações do dia a dia, ligados às referências do seu trabalho na atividade rural.

Uma observação, dentro da perspectiva histórica, é perceber que a região de Salto Caxias, desde sua constituição, foi marcada por constantes lutas da população (colonos) por terras, contra grandes forças estabelecidas, como os governos ou proprietários de fazendas. O que vimos, durante o processo de construção de Salto Caxias, foi novamente a população assumindo a luta contra grandes potências, no caso a COPEL, na busca da garantia por uma melhor condição de vida e de uma adequada reparação das perdas, ocasionada pelo deslocamento compulsório. É a história da população se reproduzindo

em diferentes gerações, o que não deixa de ser uma representação da identidade deste grupo ao longo do tempo, ou seja, da história maior.

Mesmo este trabalho tendo atingido os objetivos propostos na formulação do problema, é possível identificar algumas limitações deste estudo. Em função do término do movimento conhecido como CRABI, não foi possível localizar as principais lideranças, pois elas estão dispersas hoje e não atuam mais nesta organização. Um depoimento do coordenador na época da construção da Usina auxiliaria no esclarecimento da atuação da CRABI em todo processo de sua implantação. Outro fator limitante foi não encontrarmos sujeitos que originalmente foram reassentados, mas por vários motivos, acabaram vendendo e repassando suas terras para terceiros. Esta população não está mais espacialmente identificada, cada família tomou um rumo diferente, ficando difícil sua localização. O contato com estas famílias poderia ser importante para identificar as dificuldades ou motivos pelos quais as famílias abandonaram o processo de reassentamento.

Sendo assim, para estudos futuros recomendamos que trabalhos como estes procurem identificar em outros espaços, ou projetos de construções de usinas hidrelétricas, como foi a participação dos movimentos sociais nas lutas da população ribeirinha e suas consequências nas transformações das identidades destes ribeirinhos. Pelo que analisamos, no caso de Salto Caxias, os movimentos sociais tiveram papel preponderante nos resultados das negociações com o poder público, representado pela COPEL, e isto garantiu melhores condições para a população que foi compulsoriamente deslocada para os reassentamentos. Vale verificar se a participação da população e dos movimentos sociais apresenta o mesmo resultado em outras obras de usinas hidrelétricas. Também não foi aprofundado o papel exercido pelo MAB, pois neste caso, esta organização praticamente não foi citada pelos sujeitos nas entrevistas, mas pode-se verificar o papel desempenhado por esta organização em outros contextos semelhantes.

Dentro da perspectiva dos estudos organizacionais, este trabalho buscou uma reflexão sobre como algumas grandes decisões – como a construção de uma usina – pode impactar no dia a dia das gentes comuns. As organizações não estão sós neste mundo, elas fazem parte de uma sociedade, e a ela devem satisfação. Tudo o que é decidido, em termos organizacionais, tem impacto nessa sociedade. Uma gestão bem

realizada e decisões tomadas com base em negociações justas podem diminuir o impacto que as organizações têm no mundo social. Salto Caxias foi uma história de lutas nesse sentido. Resta saber se a construção de outras usinas hidrelétricas no Brasil está se pautando pelo mesmo exemplo.

## REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

ANEEL. Agência Nacional de Energia Elétrica. **Novos percentuais das áreas inundadas**. Disponível na Internet via WWW. URL: [www.aneel.gov.br/arquivos/pdf/pauta.pdf](http://www.aneel.gov.br/arquivos/pdf/pauta.pdf). Acessado em 21 de Dezembro de 2011.

BAUMANN, Zygmunt. **Identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

BATTISTI, Elir. As disputas pela terra no sudoeste do Paraná: os conflitos fundiários dos anos 50 a 80 do século XX. **Campo Território: Revista de Geografia Agrária**, v.1, n.2, p. 65-91, ago, 2006.

BERMANN, Célio. **Energia no Brasil: para quê? Para quem?** São Paulo: Editora Livraria da Física, 2003.

BLOEMER, Neusa Maria Sens. A hidrelétrica de Campos Novos: camponeses, migração compulsória e atuação do setor elétrico. In: REIS, Maria José; BLOEMER, Neusa Maria Sens. **Hidrelétricas e Populações Locais**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2001, p. 93-118.

CARLOS, Ana Fani A. **O Lugar no/do Mundo**. São Paulo: HUCITEC, 2001

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

CIAMPA, Antônio da Costa. **A estória do Severino e a história da Severina**: um ensaio de psicologia social. São Paulo: Brasiliense, 1996.

COPEL - Companhia Paranaense de Energia Elétrica. **Usina José Richa**. Disponível na Internet via WWW. URL: <http://www.copel.com/hpcopel/root/nivel2.jsp?endereco=%2Fhpcopel%2Froot%2Fpagcopel2.nsf%2F044b34faa7cc1143032570bd0059aa29%2F9bdc37f6b8c44b810325741200587db7>. Publicado em 03 de julho de 2008. Acesso em 06 de julho de 2011.

COSTA, Rogério Haesbaert da. **Latifúndio e Identidade Regional**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. Porto Alegre: Artmed, 2007.

DEMO, Pedro. **Metodologia científica em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1995.

DEMO, Pedro. **Metodologia do conhecimento científico**. São Paulo: Atlas, 2000.



DENI - Divisão de Recursos Hídricos e Inventários/Eletobras. **Relatório Anual do GTIB** - Grupo de Trabalho de Informações Básicas para o planejamento da expansão da Geração, 1999.

ELETOBRÁS. Centrais Elétricas Brasileiras S/A. **Plano 2015**. Brasília: Ministério das Minas e Energia, 1993. Disponível na internet via WWW. URL: <http://www.eletobras.com/ELB/services/eletobras/ContentManagementPlus/FileDownload.ThrSvc.asp?DocumentID=%7BCCEC607A3-AE6B-4016-8EB3-2A51AD25FC88%7D&ServiceInstUID=%7B8560E99F-A6A6-428C-965E-619167F03211%7D&InterfaceInstUID=%7BE0381ED6-F9CE-49BC-AB30>. Acesso em 20/12/2011 .

ERIKSON, Erik H. **Identidade: juventude e crise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

FERNANDES, Karina; ZANELLI, José Carlos. O processo de construção da identidade dos indivíduos na organização. **Revista de Administração Contemporânea**. São Paulo, v.10, n.1, p.55-72, jan/mar. 2006.

FLICK, Uwe. **Introdução à Pesquisa qualitativa**. São Paulo: Editora Artmed, 2009.

FOSCHIERA, Atamis Antonio. **Da barranca do rio para a periferia dos centros urbanos: a trajetória do Movimento dos Atingidos por Barragens face às políticas do setor elétrico no Brasil**. 2009. Tese (Doutorado em Geografia). Departamento de Geografia – Universidade Estadual Paulista/Presidente Prudente (FCT/UNESP). Presidente Prudente, 2009.

FRANÇA, Francieli Mezzomo; SOUZA, Edson Belo Clemente de. Os impactos Sócio-espaciais com a construção de hidrelétricas – Um estudo de caso da usina hidrelétrica de Salto Caxias – PR. **Anais do XVI Encontro Nacional dos Geógrafos**, Porto Alegre, 2010.

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

GODOI, Christiane Kleinübing; BALSINI, Cristina Pereira Vecchio. A pesquisa qualitativa nos estudos organizacionais brasileiros: uma análise bibliométrica. In: SILVA, Anielson Barbosa da; GODOI, Christiane Kleinübing; BANDEIRA-DE-MELLO, Rodrigo. (Org.). **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos**. São Paulo: Saraiva, 2006.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos Movimentos Sociais: Paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

GOMES, Romeu. Análise e Interpretação de Dados em Pesquisa Qualitativa. In: Minayo, Maria Cecília de Souza (org). **Pesquisa Social**. Teoria, método e criatividade. São Paulo: Editora Vozes, 1993.

GOMES, Iria Zanoni. **1957 A Revolta dos Possesores**. 2ª Ed. Curitiba: Criar Edições, 1987.

GOMES-DA-SILVA, J. R.; WETZEL, U. A construção de um quadro analítico sobre as significações de espaço no contexto das mudanças organizacionais. In: **Anais do Encontro Nacional de Programas de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração**, 30, 2006, Salvador. Anais... Salvador: ANPAD, 2006.

HABERMAS, Jurgen. **A lógica das Ciências Sociais**. São Paulo, Vozes, 2009.

HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006

ICHIKAWA, Elisa Yoshie; SANTOS, Lucy Woellner dos. Contribuições da história oral à pesquisa organizacional. In: SILVA, Anielson Barbosa da; GODOI, Christiane Kleinübing; BANDEIRA-DE-MELLO, Rodrigo. (Org.). **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos**. São Paulo: Saraiva, 2006.

JENKINS, Richard. **Social identity**. Abingdon; New York: Routledge, 2008.

KARPINSKI, Cezar. **Sobre as águas a memória: relações de poder e subjetividades durante a implantação da Usina Hidrelétrica Salto Caxias** (Paraná, 1989-2001). 142 f. Florianópolis, 2006. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Santa Catarina.

LIMA, Jandir Ferrera de. A percepção do conceito de desenvolvimento regional nas áreas atingidas pelos reservatórios de Itaipu e Salto Caxias. **Informativo GEPEC**, Toledo: UNIOESTE, v.7, n.1, p.81-94, 2004.

LIMA, Jandir Ferrera de; ALVES, Lucir Reinaldo; KARPINSKI, Cesar; PIACENTI, Carlos Alberto; PIFFER, Moacir. A região de Salto Caxias no sudoeste paranaense: elementos para uma política de desenvolvimento econômico microrregional. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, n.108, p.87-111, jan/jun, 2005.

MAB. **Movimento dos Atingidos por Barragens**. Disponível na Internet via WWW. URL: [www.mab.org.br](http://www.mab.org.br). Acessado em 12 de janeiro de 2012.

MAY, Tim. **Pesquisa Social: questões, métodos e processos**. São Paulo: Artmed Editora, 2004.

MINAYO, Maria C. S. **Pesquisa social: Teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2001.

MENDES, Luciano. **As culturas organizacionais territorializadas na atividade de camelô em Três Lagoas/MS**. Tese (Doutorado em Administração) - Programa de Pós-Graduação em Administração – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011.

MESQUITA, Zilá. **Antenas, redes e raízes da territorialidade**. São Paulo: USP, 1992, Tese de Doutorado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1992.

MESQUITA, Zilá. Descobrir-se pela arte na escola, isto é possível? **Arte e Educação em Revista**. Porto Alegre, Ano III, n.4, p.71-80. Dez/1997

NATT, Elisângela Domingues Michelatto. **A usina hidrelétrica Engenheiro Sérgio Motta e as configurações do Campo Primavera: um estudo sobre o poder simbólico à luz da Teoria dos Campos, de Pierre Bourdieu**. Dissertação (Mestrado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração consorciado entre a Universidade Estadual de Londrina e a Universidade Estadual de Maringá. Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 2011.

OLIVEIRA, Ailton Souza de. **Autonomia vigiada: caminhos para a construção da identidade profissional dos docentes do colégio militar de Campo Grande – MS**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2007.

PAGLIARINI, Jorge. **Memórias de luta, lutas pela memória: o reassentamento São Francisco de Assis (1995-2008)**. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação e Mestrado em História, UNIOESTE, 2009

PARANACIDADE. **Dados Estatísticos do Estado do Paraná**. Curitiba: Governo do Paraná, 2001.

PARMIGIANI, Jaqueline. Apontamentos para a história de uma luta: os atingidos da barragem de Salto Caxias/PR. **Tempo da Ciência**. Vol.13, nº 26, 2º semestre, 2006.

PIACENTI, C.A.; LIMA, J.F. (Coord.). **Análise do impacto dos reservatórios das hidroelétricas no desenvolvimento econômico microrregional**. Toledo: UNIOESTE, 2002

PIACENTI, C.A.; LIMA, J.F. (Coord.). Apontamentos sobre a economia dos municípios atingidos pelas hidroelétricas de Salto Caxias e Itaipu Binacional. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 104, p. 103-123, jan/jun, 2003.

PIMENTEL, Thiago Duarte; CARRIERI, Alexandre de Pádua. A espacialidade na construção da identidade. **Cadernos EBAPE.BR**, v.9, nº1, p.1-21, 2011.

QUEIROZ, Z. Introdução. In: REBOUÇAS, Lidia Marcelino. **O planejado e o vivido: o reassentamento de famílias ribeirinhas no pontal do Paranapanema**. São Paulo: Annablume, 2000.

RAMOS, J. M. **A influência de Itaipu na economia dos municípios lindeiros: o caso de Entre Rios do Oeste**. Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Ciências Econômicas, UNIOESTE, 1998.

RAMPAZO, Adriana Vinholi. **O simbolismo das identidades naufragadas no Território Cantuquiriguaçu**. Dissertação (Mestrado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração consorciado entre a Universidade Estadual de Londrina e a Universidade Estadual de Maringá. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2009.

REBOUÇAS, Lidia Marcelino. **O planejado e o vivido: o reassentamento de famílias ribeirinhas no pontal do Paranapanema**. São Paulo: Annablume, 2000.

REIS, Maria José. O reassentamento de pequenos produtores rurais: o tempo da reconstrução e recriação dos espaços. In: REIS, Maria José; BLOEMER, Neusa Maria Sens. **Hidrelétricas e Populações Locais**. Florianópolis: Editora da UFSC, p. 119-166, 2001.

RIBEIRO, Maria de Fátima Bento. **Memórias do Concreto**. Cascavel: Edunioeste, 2002.

RIMA. **Relatório de Impacto Ambiental da Usina Governador José Richa**, Curitiba: COPEL - Companhia Paranaense de Energia, 1993.

ROESCH, Sylvia Maria Azevedo. **Projetos de Estágio e de Pesquisa em Administração**. São Paulo: Editora Atlas, 2006.

ROSA, Luiz Pinguelli. Geração Hidrelétrica, termelétrica e nuclear. **Estudos Avançados**. v.21, n.59, p.39-58. 2007.

SANTOS, Roseli Alves dos. **O Processo de Modernização da Agricultura no Sudoeste do Paraná**. Tese. Programa de Pós-graduação em Geografia – Universidade Estadual Paulista Julio Mesquita Filho/SP, 2008.

SANTOS, Sílvio Coelho dos; NACKE, Aneliese. A implantação da UHE Machadinho num cenário privatizado: uma caso para reflexão. In: REIS, Maria José; BLOEMER, Neusa Maria Sens. **Hidrelétricas e Populações Locais**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2001, p. 19-38.

SANTOS, Sílvio Coelho dos. As hidrelétricas, os índios e o Direito. In: REIS, Maria José e BLOEMER, Neusa Maria Sens. **Hidrelétricas e Populações Locais**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2001, p. 71-92.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Movimentos Sociais** – um ensaio de interpretação sociológica. Florianópolis: Editora da UFSC, 1996

SCHERER-WARREN, Ilse. **Rede de Movimento Sociais**. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

SELLTIZ, C.; JAHODA, M.; DEUTSCH, M.; COOK, S. M. **Métodos de pesquisa nas relações sociais**. São Paulo: Herder, 1967.

SIGAUD, L. O efeito das tecnologias sobre as comunidades rurais: o caso das grandes barragens. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, nº 18, ano 7, fev, 1998

SILVA, Tomaz Tadeu da. A reprodução social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira. História das paisagens. In. CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História**. Rio de Janeiro: Campus, p. 203-216, 2007

SOUZA, E. A.; PEDON, N.R. Território e Identidade. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros** – Seção Três Lagoas, v. 1, n.6, p. 126-147, Novembro, 2007.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

VIEIRA, Marcelo Milano Falcão. Por uma boa pesquisa (qualitativa) em administração. In: VIEIRA, Marcelo Milano Falcão; ZOUAIN, Deborah Moraes. (Org.). **Pesquisa qualitativa em administração**. 2 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e Diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.